NOVELLAE OLIVARUM

ANO XVI NÚMERO 161 MAIO-JUNHO 1959

CARACTEROLOGIA — António Serrão 105

EXPANSÃO DA ACÇÃO CATÓLICA NA DIOCESE DO ALGARVE — José Rosa 130

ELECTRICIDADE E LITURGIA — Avelino Rodrigues 145

FÉRIAS MISSIONÁRIAS — J. Policarpo 165

CRÓNICA — Diamantino Marques 174

CASA PEYROTEO

Artigos de 1.ª qualidade

— Para —

TODOS OS DESPORTOS

Socidel — Soc. Com. de Artigos de Desporto L.da

RUA NOVA DO ALMADA, 52

LISBOA

Cem anos!

VELAS DE CARDIGOS

J. d'Oliveira Tavares, Filhos

Telef. 5-B. Baixa-CARDIGOS

Casa antiquíssima preferida pelo Ex.mo clero do continente, Ilhas e Províncias Ultramarinas

Primeiros fabricantes das velas de Cardigos cujas fábricas foram fundadas em 1850!

PREMIADA EM 7 EXPOSIÇÕES
4 ESTRANGEIRAS E 3 NACIONAIS



ÓRGÃOS PARA MÚSICA SACRA

WURLITZER ORGAN

O órgão aprovado pelo

VATICANO

Casa Ruvina

RUA FORMOSA, 173 — PORTO

NOVELLAE OLIVARUM

REVISTA DOS ALUNOS DO SEMINÁRIO DE CRISTO-REI — OLIVAIS

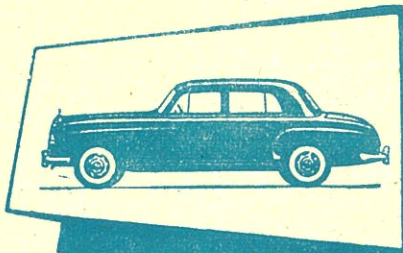
Director — FERNANDO MICAEL
Redactores — AVELINO PINTO — ANTÓNIO SERRÃO
Administradores — ANTÓNIO DOS REIS — JOÃO DO NASCIMENTO
Proprietário e Editor — ADALBERTO R. FONTES

Com a aprovação da autoridade eclesiástica

Tipografia — União Gráfica — Lisboa

MERCEDES - BENZ

AUTOMÓVEIS
com motor a gasolina
e diesel



CAMIÕES DIESEL
para todas as cargas



AUTOCARROS
DIESEL
para 33/35 e 41/43
lugares



UNIMOG
tractor para todo o ter-
reno, para fins agrícolas
e industriais



MOTORES MARÍTIMOS
E INDUSTRIAIS
para todos os fins e aplicações



Representantes

C. SANTOS L.DA

LISBOA · PORTO · COIMBRA · BRAGA

Sociedade Industrial Metalúrgica

S. A. R. L.

SERRALHARIAS

Rua de S. Tiago, 13 — LISBOA

JÚLIO GOMES FERREIRA & C.ª LIMITADA

Casa fundada em 1832

A casa mais antiga do País no seu género

Lustres, Lanternas, Placas, Castiçais, Lâmpadas, Suspensões, Lampadários, Banheiras, Caldeiras, Esquentadores, Fogões de cozinha

Instalações sanitárias, Casas de banho, Pára-raios, Aquecimento central, Ascensores, Ventilação, Eléctricas, Contra incêndios, Telefone, Todos os trabalhos em latão e ferro forjado, CROMAR, PRATEAR, NIQUELAR, BRONZEAR.

166, RUA DO OURO, 170
17, RUA DE S. TIAGO, 19
LISBOA

Vendas a pronto e a prestações

O Café d'A Mariazinha é inconfundível em cor, aroma e paladar.
O nome d'A Mariazinha é segura garantia

Rua Barros Queiroz, 28
Lisboa-2
Av. Rio de Janeiro, 25-B
— Frente à Igreja —
Lisboa-5

C. Santos

LANIFÍCIOS

Sortido completo de lanifícios para o Rev.mo Clero, e Seminaristas, Colegiais, etc.

Qualidades para todos os preços.
Exclusivos — Secção de cachecóis e lanifícios de cor.

DESCONTOS E PRAZOS

COVILHÃ

CARACTEROLOGIA

Nota da Redacção — Promoveu no ano passado a Academia de S.to António uma série de nove lições sobre a Caracterologia de René Le Senne. Do trabalho realizado resultou a publicação, em policópias, de uns resumidos apontamentos (76 páginas) dessas aulas que em breve se esgotavam, impondo-se nova tiragem. A matéria desse curso fora vasta: uma visão geral de toda a Caracterologia de Le Senne, completada com os estudos ulteriores de Gaston Berger. No presente ano lectivo, não conseguiu a Academia, em colaboração com a Catequese, reunir condições para levar a efeito novo curso, vendo-se limitada a três ou quatro palestras sobre Caracterologia das Crianças e Adolescentes (mas só Nervosos e Sentimentais), tendo por base a obra do mesmo nome da autoria de André Le Gall.

Pensou-se que seria útil reduzir essas conferências às dimensões de um artigo que servisse, para alguns, de iniciação e, para outros, de registo esquemático das ideias-mestras que foram leccionadas. Claro está que imediatamente se levantou uma dificuldade: muitos dos nossos leitores não estarem ainda familiarizados com certos conceitos caracterológicos e respectivos termos, pelo que se tornou indispensável redigir uma parte de Caracterologia Geral.

A própria finalidade deste artigo ditou a sua estrutura e forma literária: é mais uma colectânea de algumas aquisições feitas na matéria, do que a descrição a nível fenomenológico *dos caracteres nervoso e sentimental, a qual constitui a própria essência da Caracterologia.*

Certa de vir dar realização ao desejo de muitos leitores, pretende Novellae Olivarum *colocar-lhes nas mãos um instrumento de trabalho, e despertar em outros o gosto por assunto de tão actual e tão grande interesse para todos os que têm responsabilidades de educadores.*

I — CARACTEROLOGIA GERAL

Não parece haver necessidade de fazer a apologia do conhecimento do homem; tanto quanto é possível recuar na história do pensamento humano, sabemos que sempre o homem se pôs este problema fundamental: — Quem sou eu? E se as respostas têm sido variadas e emitidas a diferentes níveis de conhecimento, também é certo que a generalidade das pessoas tem tomado consciência de que lhe é dirigida a intimação que Sócrates bebeu no Templo de Delfos: — «Conhece-te a ti mesmo!»

As respostas situam-se em planos diferentes: do puro empirismo à metafísica,

passando pela ciência experimental e culminando em místicas e lúcidas visões em Deus; e essas respostas, dadas ao longo de séculos, desiludiram muitos, satisfizeram outros.

Era com amargura que exclamava um poeta da geração actual:

«Não sei para onde
vou (quem sabe?, quem me responde?)
e vou desiludido
cansado
da vida
e abraçado
à vida
como um menino abraçado
a um brinquedo partido». (1)

E Thomas Merton, focando a questão do ângulo da humildade e amor sobrenaturais, escreve: — «O segredo da minha identidade está oculto no amor e misericórdia de Deus». (2)

O século XX tem assistido ao desenvolvimento de inúmeras técnicas e ciências, entre as quais as que dizem respeito ao homem. Pode afirmar-se que tem sido em nossos dias que se tem realizado a passagem de um empirismo eivado de superstição e charlatanismo à constituição de verdadeiros ramos da Ciência, como a Psicologia e a Caracterologia.

Esta última teve de fazer um certo esforço para se libertar das diversas psicologias, bem como da psiquiatria, da fisiologia e das numerosas tipologias; mas finalmente conseguiu-o e depois dos trabalhos de G. Heymans e E. Wiersma adquiriu foros de autonomia que René Le Senne em breve lhe confirmava.

Verdade seja que não há apenas uma caracterologia mas, em nosso entender, é a de Le Senne e seus continuadores que apresenta maior seriedade, mais profundidade e equilíbrio, a par de uma já notável sistematização de resultados e numerosos trabalhos de investigação e de aplicação prática.

TRÊS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Esta ciência parte de algumas observações banais, mas que apesar disso (ou talvez por isso mesmo) são observações-chave e constituem o seu próprio fundamento.

A primeira é que todo o homem, por muito que venha a mudar no correr dos anos, permanece sempre idêntico a si mesmo: há nele algo que *nasce* com a pessoa, a *distingue* das outras, se *mantém* pela vida fora e se *traduz* em habituais maneiras de agir e reagir. Esse algo faz-nos exclamar ao vermos tais e tais atitudes de um

---

(1) Eduino de Jesus — «Caminho para o Desconhecido», Col. Arquipélago, Coimbra — 1952.

(2) Thomas Merton — «Sementes de Contemplação», Liv. Tavares Martins, pág. 34.

nosso amigo ou conhecido: «Isto é mesmo dele! Só ele podia fazer isto!» Outras vezes acrescentamos: «O que o berço dá, a tumba o leva...». A este fundo congénito, individualizador e permanente dá-se o nome de CARÁCTER; é portanto «o conjunto de disposições congénitas que forma o esqueleto mental de um homem». (3)

Mas o carácter, se bem que pràticamente imutável, permite que sobre ele se edifique uma construção de hábitos, gestos, escolha de valores que pode variar ao longo da vida pois depende da vontade do sujeito e das circunstâncias em que este se encontra, p. e., a educação, a instrução, meios social, familiar, profissional... Dá-se o nome de PERSONALIDADE àquilo em que a pessoa se torna, ao que nela há de *adquirido* (em oposição a *congénito*).

Por último há que considerar o próprio sujeito que possui um carácter e se constrói uma personalidade: é o EU, é a PESSOA que se realiza em liberdade, mas dentro de certos limites que lhe são impostos quer do interior, quer do exterior. A vocação, em sentido lato, é «um compromisso entre o que o carácter permite que um homem se torne e o que os valores lhe fazem pressentir, admirar e desejar de si mesmos. (...) Falta-se à vocação, união do homem e dos valores, ou porque se quer fazer o que se não pode, ou porque se não quer aquilo que se pode.» (4)

AS TRÊS PROPRIEDADES BÁSICAS

O carácter aparece como uma pluralidade de factores dos quais Le Senne, na esteira de Heymans e de Wiersma isola três. O estudo destas três propriedades fundamentais, congénitas, e de mais alguns outros factores constitui o objecto da *Caracterologia Geral;* combinando esses factores, obtêm-se tipos que, descritos a nível fenomenológico, são visados pela *Caracterologia Especial.*

Vejamos quais são essas três propriedades básicas.

A primeira é a EMOTIVIDADE.

> O leitor está certamente recordado dos personagens de Pierre Daninos, o major Thompson e Sónia. Ele é uma pessoa calma, imperturbável, preso aos seus hábitos, falando devagar e pausadamente. Olha as situações de frente e sem pânico. Não é homem para excessos nem violências e tem um programa de vida rìgidamente traçado e ciosamente mantido.
>
> Ao contrário, Sónia escandaliza o marido com o seu gosto pelas novidades, a sua necessidade de emoções, o seu desejo de divertimentos e de variedade. Fala em voz alta e quase gritante, gesticulando largamente. Usa uma linguagem colorida, enérgica, expressiva, entremeada de *argot* que visìvelmente contraria o major.
>
> Por uma ninharia se emociona e perturba e tão depressa tem uma cena de lágrimas, como em pouco tempo se recompõe e deixa ouvir pela casa o seu riso alegre e contagioso.
>
> Thompson é muito pouco emotivo, mas Sónia é, fora de toda a dúvida, muito emotiva.

---

(3) René Le Senne — «Traité de Caractérologie», P. U. F., Col. Logos, pág. 9.
(4) Le Senne, op. cit., pág. 555 e 556.

Todos os homens possuem emotividade (como aliás qualquer outro factor) mas em graus diversos; se esse grau é inferior ao da média dos homens dir-se-á *não-emotivo* (nE) e se é superior chama-se *emotivo* (E).

«A essência da emotividade é a aptidão a ser perturbado por acontecimentos cuja importância é mínima». (5)

Vem em segundo lugar a ACTIVIDADE, essa força interior que dispõe contìnuamente à acção, que leva a vencer obstáculos e permite passar da veleidade ao querer, do sonho ao real, da potência ao acto. O homem activo encontra naquilo que se lhe opõe um pretexto para expandir a sua necessidade de acção; o inactivo, ao invés, desencoraja-se fàcilmente, acabando por renunciar à luta.

> Basta pensarmos nas dificuldades que teve de superar um Napoleão para vermos o que é este dinamismo interior. Igualmente foram activos (A) George Sand, D. João II ou Beethoven. Mas Chopin ou António Nobre pagaram tributo à sua pequena actividade (nA).
>
> O activo é um homem sempre ocupado, pronto para o trabalho, perseverante, dominando-se e dominando. O seu lema poderia ser: «faço o que quero». O inactivo tem grande tendência para o ócio, adia os trabalhos impostos, desencoraja-se com facilidade e é com frequência melancólico. Talvez lhe sirva um dístico como este: «contenta-se em sonhar o que desejaria fazer».

Por último aparece-nos a REPERCUSSÃO dos acontecimentos na consciência do sujeito. Todo o facto por nós vivido constitui uma experiência e deixa em nós sulcos mais ou menos profundos. Estes podem depender da emotividade: aquilo que perturba violentamente é natural que dure mais tempo do que aquilo que nada impressiona — é a chamada *repercussão afectiva.*

Mas, além desta, há uma outra, caracterial, congénita, existente mesmo em acontecimentos insignificantes. A repercussão profunda e demorada chama-se SECUNDARIDADE, e se é rápida e superficial recebe o nome de PRIMARIDADE.

> F. é um *secundário* (S). A conversa insignificante que à tarde teve no café com um amigo, ainda lhe paira no pensamento duas horas depois, interferindo no seu trabalho, e isto acontece-lhe com frequência nos assuntos mais comezinhos. É constante nos seus gostos e preferências, bem como nas antipatias e rancores. A sua estrutura de pensamento é *sistemática:* daí certa teimosia e certa fixidez ou arraigamento de opiniões. O tempo é uma continuidade, em que o presente é apenas uma ponte para o futuro e do passado recebe toda a sua significação: por isso é conservador e preso aos seus hábitos.
>
> R. é um *primário* (P). Depressa se consola dos aborrecimentos, como depressa miminiza e esquece as zangas e contendas. Tudo o que é novo lhe agrada e muda com facilidade de opiniões e simpatias, porque não tem um espírito sistemàticamente organizado, antes goza de *esporadicidade* ou pluralidade de centros

---

(6) Le Senne, op. cit., pág. 66.

de sistematização. Vive no presente e para o presente, sendo o passado uma recordação e o futuro uma quimera: o tempo não é continuidade, mas sucessão de instantes.

Além destes três factores de base, outros há a que se dá o nome de *factores suplementares* (6); falaremos apenas de um: a *amplitude* ou *largura do campo de consciência* que determina o tipo (*Largo* (L) e o tipo *Estreito* (nL).

J. é um honesto chefe de família que se entretém à noite em casa, sentado còmodamente numa poltrona, a ler uma sugestivo romance policial. Tão absorvido fica na leitura que tudo em redor desaparece e experimenta uma onda de impaciência de cada vez que um dos filhos ou a mulher o distraem da sua ocupação. É uma pessoa que gosta da ordem, da simetria, da linha quebrada e da pontualidade: é rígido, inflexível e peremptório nas suas afirmações. Além disto, tem umas pequenas manias que ninguém é capaz de lhe tirar. Na rua, ao atravessar por entre o trânsito, faz zig-zagues bruscos e dá (e leva...) muitos encontrões por não prever conjuntamente as possíveis colisões.

Ao contráro, M. ondula por entre o trânsito com habilidade e elegância. M. é um homem que nada tem de minucioso, é maleável, não fala «ex-cathedra» e não se lhe conhecem manias. Não se irrita quando o distraem e consegue, ao mesmo tempo, ler um romance e vigiar um dos filhos que brinca, ouvir o programa de rádio e responder a uma pergunta da mulher!

O campo de consciência diz-se *largo* quando abrange, num só acto, um grande número de representações; é *estreito* quando o espírito parece focado apenas num ponto. A energia mental, no primeiro caso, encontra-se difundida por todo o campo da atenção; no segundo caso está concentrada sobre o objectivo em vista: «a inten-

---

(6) Vale a pena transcrever na íntegra as definições de Gaston Berger em «Traité pratique d'analyse du Caractère», P.U.F., Col. Caractères, pág. 227 nas instruções para a execução do seu teste; este refere-se a 9 factores importantes:

«Dois *factores intensivos:* a *emotividade* que é a disposição a experimentar emoções vivas e frequentes; a *actividade* que traduz a maior ou menor facilidade com que se executa o que desejamos fazer.

«Três factores exprimindo o *aspecto geral* do comportamento: a *secundaridade* que é a persistência das impressões, muito variável com os indivíduos e que determina as características mais ou menos sistemáticas da sua conduta; a *largura do campo de consciência* que representa o número mais ou menos elevado de ideias, imagens ou sentimentos diferentes que podem estar presentes ao espírito num mesmo momento; a *polaridade* que distingue um tipo «Marte» e um tipo «Vénus», o primeiro procurando dominar por coacção, o segundo querendo seduzir, encantar.

«Quatro factores indicando a *direcção* das tendências: a *avidez* ou desejo de aumentar o que se tem, o que se pode, o que se vale; os *interesses sensoriais* que nos ligam ao mundo sensível e desempenham um importante papel na vida estética; a *ternura* que nos faz preocupar muito com os outros e nos coloca espontâneamente «no seu lugar»; a *paixão intelectual* que mede, não a nossa inteligência a qual é uma aptidão, mas a nossa curiosidade, a nossa precisão de compreender».

Em resumo: 3 factores de base — E, A e P, S; 6 factores suplementares — 2 complementares, L e M, V e 4 de tendência, Av, Is, T e Pi.

sidade das acções especiais do espírito está na razão inversa da amplitude do campo de consciência». (7) O campo de consciência pode sofrer um estreitamento sob o influxo da emotividade: dor viva, alegria intensa, prazer forte que *prendem toda a atenção* — é um estreitamento *ocasional*; mas o campo de consciência pode ser também *habitual*, permanente e independente da emotividade.

★

OS OITO TIPOS

Como acima dissemos, da composição ternária das propriedades ou factores de base resultam os tipos ou caracteres; estes são:

Emotivos-Inactivos-Primários — E nA P — Nervosos
Emotivos-Inactivos-Secundários — E nA S — Sentimentais
Emotivos-Activos-Primários — E A P — Coléricos
Emotivos-Activos-Secundários — E A S — Apaixonados
Não-Emotivos-Activos-Primários — nE A P — Sanguínios
Não-Emotivos-Activos-Secundários — nE A S — Fleumáticos
Não-Emotivos-Inactivos-Primários — nE nA P — Amorfos
Não-Emotivos-Inactivos-Secundários — nE nA S — Apáticos.

Os NERVOSOS são um carácter rico pela vivacidade dos sentimentos, a variedade dos interesses, o profundo sentido estético; são também ávidos de mudanças e de divertimentos, gastadores, negligentes no trabalho, sem perseverança; propensão marcada para a mentira por embelezamento, para a vaidade e para um certo número de excessos: café, morfina, cocaína, sexualidade desregrada. Ex.: Oscar Wilde.

Os SENTIMENTAIS distinguem-se pela riqueza da sua vida interior, pelos matizes que ela apresenta, pelo lugar que nela ocupa o valor intimidade; mas são extremamente vulneráveis o que os torna tímidos, escrupulosos, melancólicos e voltados para o passado; contudo é de notar a sua fidelidade e honestidade. Ex.: Kierkegaard.

Os APAIXONADOS são dominadores, ambiciosos que realizam, bons servidores da Família, da Pátria ou da Religião. Têm boa memória, observação exacta, vigor intelectual e físico. Não lhes falta pontualidade, honestidade e veracidade. Grande auto-domínio e tensão interior. Entregam-se inteiramente à obra que empreendem. Ex.: Napoleão.

Os COLÉRICOS aparentam-se com os apaixonados pela necessidade de agir e pela capacidade de realização. Mas a sua acção, se bem que muito intensa, nem sempre é continuada. São pessoas abertas, francas, cordiais, risonhas. Gostam da política, da oratória e dos prazeres da mesa. São condutores de multidões e frequentemente revolucionários. Ex.: Danton.

Os SANGUÍNEOS são pessoas frias e práticas, muito extrovertidas. Mundanos,

---

(7) Le Senne, op. cit., pág. 108.

diplomatas, espirituosos, irónicos e cépticos triunfam na sociedade, o que é um dos seus grandes objectivos. São bons desportistas. Gostam da ciência mas falta-lhes sistematização; na literatura refugiam-se no género epistolar. Ex.: Maquiavel.

Os FLEUMÁTICOS impressionam pela sua calma e a sua fidelidade aos hábitos e regulamentos. São objectivos, sérios, pacientes e tenazes. Grande espírito cívico e grande moralidade. Gosto pelos sistemas abstractos. Ex.: Kant.

Os AMORFOS são pessoas abertas, disponíveis, mas sem riqueza interior. Muito preguiçosos e indolentes. Sem sonhos nem ambições, fàcilmente se entregam aos prazeres sexuais ou da alimentação. Por vezes, aptidões para o teatro e para a execução musical. Ex.: Luís XV.

Os APÁTICOS apresentam-se fechados, misteriosos, sombrios mas este exterior carregado dissimula o profundo vazio interior. São solitários, conservadores e escravos dos próprios hábitos. Acima de tudo desejam a tranquilidade e que os deixem a sós com as suas ruminações de coisas por vezes mesquinhas e insignificantes. Ex.: Luís XVI.

Feita esta rapidíssima excursão pelos oito grupos de caracteres, a fim de o leitor ter uma visão geral do conjunto, iremos agora debruçar-nos com mais pormenor sobre o ramo dos E nA, quer primários, quer secundários, convencidos como estamos de que uma elevada percentagem da nossa população nele tem o seu paradigma.

★

II — OS E nA P (NERVOSOS)

O nervoso é um *emotivo primário*, isto é, a sua emotividade encontra-se vinculada ao presente, ao aspecto sucessivo e irreversível do tempo: cada novo momento é um momento novo. Por isso os seus sentimentos mudam a cada passo e dos cumes da euforia pode passar, a breve trecho, aos abismos da melancolia. Estes sentimentos são vivos, tanto mais vivos quanto é certo que a vontade os não domina e a secundaridade os não refreia. Como não ser o nervoso uma pessoa ansiosa de emoções, de novas impressões? Esta é uma das razões por que a arte ocupa tanto lugar na sua vida, desde a poesia ao teatro, desde o romance à pintura, desde a música à escultura. É um extrovertido e esse exterior para onde se volta é ocasião de mil solicitações a que não sabe resistir e fazem dele um *vagabundo:* no amor, na profissão, na residência... (8)

Não esqueçamos que ele é um *inactivo*, incapaz de esforços pesados e perseverantes: tem muitos e grandes planos, mas estes não chegam a efectivar-se e o trabalho

---

(8) A esta *vagabundagem afectiva* deu René Le Senne o nome de *resultante característica* ou seja a orientação concreta e singular de cada carácter, obtida por síntese dos elementos em que ele se decompõe (op. cit., pág. 164). «Para o nervoso é a vagabundagem afectiva, para o sentimental a vulnerabilidade, para o colérico a cordialidade, para o apaixonado a ambição, para o sanguíneo o sentido prático, para o fleumático o sentido da lei» (idem, pág. 471-2) e para o amorfo talvez a preguiça, bem como para o apático a escravidão aos hábitos.

acumula-se, adia-se e acaba por ficar em sonho o que poderia ter sido realidade. Não é capaz de se dominar, de vencer as tentações para o mal ou simplesmente para a dispersão: é impulsivo, é desregrado, é gastador e por vezes lança-se no caminho fácil da sexualidade desenfreada ou dos estupefacientes.

Apesar de tudo o nervoso não se sente descontente consigo próprio, pelo contrário: é vaidoso, desejoso de honras, ri-se com os seus próprios gracejos e, de vez em quanto, o *discolismo* (essa inclinação para a melancolia ou mau humor) surge como sombra a dar realce ao conjunto. A sedução que deles se desprende é enorme e o conjunto deixa uma impressão geral de fragilidade e vivacidade, de excitação e alegria que nos faz pensar que «a Providência, vigilante sobre todos os seres, tem por vezes atenções especiais para com os nervosos, que especialmente lhe lembram os passarinhos de que falava o poeta». (9)

Urge fazer uma distinção entre nervosos largos e estreitos.

O *estreito* está sobretudo preocupado consigo, com o seu vestuário (p. e., detesta ir para a escola com um fato usado, adora os enfeites e adornos), com a sua apresentação: quer fazer-se notar. Adopta frequentemente uma atitude altiva ou, passe a vulgaridade do termo, uma atitude «peneirenta» que transparece na maneira como fala ou cumprimenta e também nas «poses» que toma no jogo e na vida, no foro externo e interno. Mas há aqui um ponto de apoio para o educador: este interesse por si próprio pode ser um motor para a acção.

O *largo* não tem tais preocupações: adora as coisas fáceis, ignora os regulamentos, abre-se a tudo e a todos e é o retrato vivo da prodigalidade, da generosidade e da simpatia sorridente. De todo desconhece o verdadeiro sentido da palavra trabalho, devidamente substituída por outras, a seu ver mais importantes: ternura, delicadeza, poesia...

Está absolutamente fora do âmbito deste pequeno trabalho apresentar as aquisições obtidas pelo esforço dos morfologistas que tentaram estabelecer as correlações entre a forma corporal e o tipo caracterológico; sobre este assunto deverá o leitor consultar obras especializadas. (10) Diga-se apenas que Le Gall pensava que, como regra, o nervoso teria um tipo físico diminuído, músculos sem relevo, ossatura leve e delgada, estreitado na parte inferior, com grandes vestíbulos (olhos, nariz, boca, orelhas); se aparecesse algum nervoso que de forma nenhuma correspondesse a esta descrição, deveria tomar-se por um nervoso ocasional e não constitucional.

Contudo esta opinião já está completada por outros caracterólogos. Assim, o Dr. Torris nota que, se é verdade existirem muitos nervosos magros e febris (sobre-E e sub-nA), também é certo que o nervoso médio e sobretudo o para-amorfo apresentam formas arredondadas por uma certa camada de gordura e são preguiçosamente calmos, excepto quando assaltados por certas tempestades imprevisíveis.

Os trabalhos de Roger Mucchielli confirmam e enriquecem estas conclusões.

---

(9) Pierre Mesnard — «Éducation et Caractère», P. U. F., Nouv. Encyc. Péd., pág. 16.

(10) Da col. Caractères, será de grande proveito a leitura da obra de Roger Mucchielli — «Caractères et Visages», bem como certas aproximações feitas entre a Caracterologia e a Fisiologia em «L'Acte Médical et le Caractère du Malade» do Dr. Georges Torris, publicado na citada colecção. Cfr. também *Les éléments du Caractère et leurs sources physiologiques* na obra de Le Gall, a seguir citada.

A EDUCAÇÃO DOS NERVOSOS

Uma vez esboçado o retrato do nervoso, é a altura de formularmos algumas interrogações: como o educar? que fazer dele? quais as maneiras de desenvolver as suas qualidades e atenuar os seus defeitos?

Tentaremos responder a tais perguntas com brevidade e precisão, tomando como guia um livro indispensável em tal matéria, a magnífica «Caractérologie des Enfants et des Adolescents» de André Le Gall. (11)

Duas atitudes são necessárias na educação de qualquer carácter, mas especialmente quando lidamos com emotivos-inactivos: a prudência e a revelação.

A *prudência* é aqui encarada no seu aspecto negativo, como prevenção de erros em que o educador pode cair e de perigos que se arrisca a originar. Os grandes erros educacionais cometem-se quer por demasiada severidade, quer por excesso de benevolência.

A severidade é absolutamente contra indicada para com o E nA P; como reacção a sanções brutais ou frios e duros castigos, ele poderá adoptar, entre outros, os seguintes comportamentos:

Antes de mais, uma atitude manhosa, interesseira, um *recalcamento de precaução* que o leva a não fazer o que é proibido quando certo da sanção, e a ir executá-lo logo que dela se sinta imune; daqui uma terrível consequência para a vida espiritual deste jovem: passa a ver na moral um terreno dividido em duas zonas — a do lícito e a do ilícito — que aproveita com um céptico oportunismo, conforme está ou não seguro da impunidade das suas acções.

Vêm em seguida os *sentimentos negativos* que a severidade produz e estimula. Perante certas faltas (roubos, mentiras, perjúrios, maldades,...) brutalmente repreendidas, surgem ondas afectivas destruidoras: nos estreitos, sob a forma de violência (fuga, roubo, cenas dramáticas,...), nos largos, como melancolia difusa e generalizada que lhes ensombra a vida e lhes paraliza ainda mais a já tão pequena actividade que possuem.

Finalmente, por compensação, podem aparecer sentimentos quase opostos aos anteriores; falamos dos *sentimentos de sobrestima*, pelos quais o nervoso passa a supravalorar aquelas mesmas condutas que o educador desajeitadamente lhe censura, tais como as suas teimosias ou cóleras, a sua vaidade ou dissipação.

Vamos agora referir-nos à *revelação*, que é um dos mais seguros meios de evitar os males indicados. Consiste em «revelar e explicar à criança, e sobretudo ao adolescente, as servidões que o seu carácter lhe impõe, mostrar-lhe que ele as deve conhecer como o daltónico o seu daltonismo, dar-lhe o gosto por tal conhecimento, único meio de transformar a servidão em liberdade». (12) Tal revelação deve ser feita com imenso tacto, levando o jovem a descobrir-se e a aceitar-se amorosamente tal como Deus o quis, com um certo número de defeitos a combater pela utilização racional das qualidades de que está dotado; ela deve ser feita num ambiente de sim-

---

(11) Col. Caractères, P. U. F., 1.ª edição.
(12) Le Gall, op. cit., pág. 71.

patia, de modo a não ver no educador que a si mesmo o revela, apenas um técnico de psicologia, mas também um amigo cujo olhar trás sempre um encorajamento e uma mensagem de amor.

Avisados dos perigos que a severidade provoca, é igualmente preciso ter em conta que o *mimo* excessivo os não origina menores: desregramento de costumes, dissipação de forças e cabedais, vida inútil e sem trabalho, em suma, um destino falhado.

Qual o *ambiente geral* em que deve viver o nervoso? Tanto quanto possível, deve dar-se-lhe um clima familiar e social calmo, que lhe não forneça motivos para grandes excitações (13), mas que não seja também tão monótono que a sua ânsia de novidades não tenha onde saciar-se: é preciso diverti-lo, mas arranjar-lhe divertimentos sãos e equilibrados, que se integrem harmoniosamente dentro de um programa de vida que não pode ser tão rígido que o abafe, nem tão livre que o deixe ao sabor das suas mais caprichosas tendências.

Não nos é possível indicar todos e cada um dos processos de remediar à hiper-excitabilidade, às deficiências motrizes, à indecisão, à tendência para a mentira, etc.; contentar-nos-emos com um curto resumo. (14)

Antes de mais é preciso dar ao nervoso um acréscimo de energia, fornecendo-lhe tónicos gerais e neuro-tónicos; para isto é conveniente que o clínico geral vá acompanhando sempre o seu desenvolvimento e receitando conforme julgar oportuno; o nervoso é sempre um asténico que é preciso fortificar e, conjuntamente com a acção terapêutica e posteriormente a ela, devem usar-se os meios educacionais.

A *mãe* não deve deixar a criança derivar para *actividades parasexuais*, obrigando-a a fazer as suas necessidades naturais de modo tão automático quanto possível e com a maior regularidade (15); levá-la a *jogos* nìtidamente voltados para o exterior e que lhe farão compreender o valor real do mundo, que existe independentemente dela e dos seus caprichos; encorajar, ajudar e exigir o cumprimento das *pequenas obrigações* infantis, apelando mesmo para o sentimento de si própria: lavar-se, pentear-se, arrumar os brinquedos, etc.; ter grande *regularidade* nas horas de trabalho e de descanso; proporcionar-lhe um *ambiente* de calma e alegria, de ordem e de paz; *vigiar* atentamente mas com discreção; nada de *fortes excitantes*, recepções, festas, bailes, saídas, espectáculos: o nervoso só se forma na calma, intimidade e presença contínua.

O *pai* deve *estimular a actividade* da criança ou adolescente, vigiando o cumprimento das tarefas escolares, não tomando ao trágico os fracassos e recompensando o menor dos sucessos; mostrar a *confiança* que nele tem, mandando-o fazer certos recados, dando-lhe um talhão de terra no jardim para cultivar...; é preciso *integrá-lo*

---

(13) A cidade tem certamente influência no aparecimento do carácter EnAP, eis o que parece poder deduzir-se de um inquérito escolar que deu os seguintes resultados:

Classes urbanas:

Nervosos — 27 % (13,1 % de rapazes e 39,8 % de raparigas).

Classes rurais:

Nervosos — 10 % (3,4 % de rapazes e 17 % de raparigas) (Reprod. de A. Le Gall, op. cit., pág. 72).

(14) Cfr. Pierre Mesnard, op. cit., pág. 22 e ss.

(15) Desta falta de regularidade resulta quase sempre a prisão de ventre, segundo verifica G. Torris na obr. cit.

na família, fazendo-o aceitar os outros irmãos sem ciúmes nem traquinices, demonstrando-lhe contínua e profunda afeição, sobretudo quando tiver de ser castigado; a *convivência* com os irmãos é-lhe imensamente favorável: a imitação dos mais velhos desperta as suas naturais faculdades de invenção e de originalidade criadora, a protecção aos mais novos sublima-lhe a vaidade e o desejo de se afirmar.

Pai e mãe devem estar preparados para aceitar com serenidade as explosões do pequeno nervoso: às suas fúrias apresentar uma barreira de indiferença sorridente, mostrar-lhe que se atribui tal «cena» ao estado dos seus nervos e não a ele mesmo; passada a crise, fazer-lhe tomar consciência dela, indicar-lhe meios de se dominar, enaltecer o valor da serenidade e convidá-lo à procura do auto-controle, dizendo-lhe que o poder da vontade é muito grande, que ele é capaz, que com isso se valoriza, que agrada aos pais e a Deus. Mas que o nosso jovem sinta sempre ternura nos conselhos e compreensão para as suas quedas.

Não podemos deixar de aflorar o problema da *escolaridade* do nervoso.

Paul Griéger dá-nos as características gerais da inteligência dos E nA P. (16). Tudo se conjuga para diminuir as possibilidades de uma investigação puramente abstracta, servida por uma impecável organização lógica: esta falta ao nervoso, a sua concepção é rápida mas superficial, embora possua uma boa inteligência analítica. Deficiente espírito de observação, ausência de concisão e de precisão. Preso ao concreto, repugnando-lhe o abstracto. Falta de originalidade intelectual mas, por vezes, grande originalidade artística. Inteligência não-sistemática, da ordem do coração. É uma inteligência particularizante com tendência artística.

Acrescentemos a estes dados os que já possuímos sobre o seu carácter (grande sensibilidade, vontade fraca, tendência à dissipação, etc.) e esbocemos o retrato do jovem nervoso na escola, colhendo um exemplo sugestivo na citada obra de A. Le Gall, pág. 60-61:

> «*Marie, sexo femmino, 15 anos.* O pai abandonou o lar, depois foi deportado, mãe doente, histérica, meio indigente, a rapariga vive num asilo de creanças (instituição de caridade). Criança israelita, com uma escolaridade descontínua por causa da guerra.
>
> 1 — *Físico.* Alta, delgada, cabelo ondulado e muito comprido, rosto delicado e estreito; olhar profundo e sempre um pouco atónito, tem muito encanto natural. Roi as unhas de uma maneira abominável, fazendo uma multidão de caretas. O médico notou: longilínea, sudação importante e tremor das mãos, hiperemotividade.
>
> 2 — *Aptidões manuais* — Gestos muito habilidosos, vivos, rápidos, precisos e delicados, dons excelentes para o desenho. Escrita centrípeta.
>
> 3 — *Inteligência* — (Segundo notas da professora e do Centro de Orientação profissional). Êxito completo em redacção, desenho, canto, recitação; fraqueja em matemática e história; muito boa observação espontânea, medíocre observação voluntária; memória fixando fàcilmente tanto no ponto de vista visual como asso-

(16) Paul Griéger — «L'Intelligence», Col. Caractères, P. U. F., pág. 127 e ss.

ciativo, mas muito pouco segura; imaginação rica e desregrada que embeleza e romanceia as recordações; julgamento por vezes são, mas muitas vezes falso; o raciocínio não é metódico, mas sabe economizar os seus esforços; trabalho cuidadoso, minucioso, bastante regular nas zonas de interesse, mas o esforço depressa termina em fadiga e enervamento; tem boa vontade, mas falta-lhe paciência e perseverança. Gosta de aprender belos textos, lindas canções, danças, gosta de pintar, bordar, fazer decorações, modelar. Sentido estético muito vivo, muita delicadeza.

4 — *Carácter* — Declara que gostaria de fazer teatro ou música, gosta da natação, das excursões, da montanha, da dança rítmica; adora *Cyrano de Bergerac*, a *Vida de Mallarmé*, a *Vida de Beethoven*; em cinema, só gosta dos filmes «que fazem rir».

Aparece como muito idealista, não vê as coisas como elas são, pinta-as e embeleza-as; tendência para a efabulação, entusiasma-se fàcilmente. Muito instável (saltos de humor muito frequentes), muito impulsiva, muito irritável, muito sugestionável. Carácter muito exteriorizado. A afectividade parece mal equilibrada e dir-se-ia superficial. Cede com frequência a impulsos súbitos e torna-se exuberante, em outras alturas parece desconfiada e sombria, mostrando contudo um fundo de bondade. Amizades mudáveis. Rapariga dotada de um amor-próprio muito vivo: quer sempre deixar de si uma óptima impressão.

Diagnóstico. Tipo de nervosa muito larga.»

Esta preciosa observação pode servir ao leitor como confirmação de tudo o que atrás dissemos. Por seu turno, Roger Gaillat elucida-nos sobre os resultados escolares dos nervosos pertencentes à classe que estudou: (17)

em	*aritmética*	têm	boa	nota	25%
»	*geometria*	»	»	»	25%
»	*redacção*	»	»	»	50%
»	*ortografia*	»	»	»	50%
»	*leitura*	»	»	»	60%
»	*recitação*	»	»	»	100%
»	*geografia*	»	»	»	75%
»	*história*	»	»	»	60%
»	*caligrafia*	»	»	»	0%
»	*desenho*	»	»	»	25%
»	*educação física*	»	»	»	90%

no que se aproxima da descrição de *Marle* e das investigações de P. Griéger.

Como aproveitar um tal carácter?

Não nos esqueçamos de que é um emotivo ansioso por emoções e coisas novas:

---

(17) Roger Gaillat — «Analyse caractérielle des élèves d'une classe par leur maître», Col. Caractères, P. U. F., pág. 147 e ss.

(21) COMPOSIÇÃO BINÁRIA DOS TRÊS FACTORES ELEMENTARES	(22) Descrição sinalética do Carácter «Nervoso» (EnAP)	(23) Inteligência	APTIDÕES E ORIENTAÇÃO	ATITUDE EDUCATIVA
E P Emot. imediata, não mascarada. Sem poder de inibição. Imaginação. Alegria superficial. Reacção às contrariedades. Mobilidade nas emoções e nos interesses. Expansão verbal. Estouvamento. Mentira ingénua. Inteligência, intuitiva e subjectiva principalmente.	Instável e atarefado. Trabalho, por repentes. Impulsivo. Humor instável. Simpatias variáveis. Ràpidamente consolado. Recordações desordenadas de leituras. Mudanças repetidas de orientação, profissão, residência. Violento, susceptível, voz gritante, riso frequente. Procura impressões novas, divertimentos. Não é caseiro. Contradição entre o pensamento e a vida. Falta de objectividade.	Multiplicar os conceitos, em vez de ir ao essencial. Pequena originalidade intelectual, fraca conceptualização e reflexão abstracta. Observação deficiente e descrição pouco concisa e precisa. Sem interesse pelas ciências teóricas e técnicas, mas algum pelos problemas religiosos e muito por si mesmo. Ausência de ordem, de método. Expressão pouco veraz, objectiva ou coerente. Sem grandes preocupações de verificação. Inteligência muito ligada à ordem afectiva, particularisante com tendência artística. Pensamento por contrastes.	Redacção, recitação. Educação física. História (?). Desenho (?). Arte. Ofícios artísticos. Literatura. 1. Carreiras nómadas. 2. Carreiras literárias (poesia). 3. Carreiras artísticas (pintura, gravura, escultura). 4. Jornalismo. 5. Cinema, teatro. 6. Representação. 7. Guias, intérpretes.	Tratamento por tónicos e neuro-tónicos. Ausência de excitações. Ambiente geral de ordem, paz e alegria. Evitar a severidade e o mimo excessivo. A indiferença sorridente e amiga, durante os acessos. Educar a motricidade pelo desporto, dança rítmica, ginástica, cultura do canto e da voz. Aumentar-lhe a confiança em si mesmo: pequenas tarefas, recados, etc.. Impedir a mentira, denunciando-a logo que surja. Integrá-lo na família e num grupo (p. e. o escutismo). Levá-lo a adoptar um programa de vida regular mas maleável.
E nA Emotivo, sob a forma de emoções. Medo da acção. Fatalista. Falta de perseverança. Sonhador, distraído. Caprichoso, ciumento. Sublimação dos desejos. Tendência à impolidez. Gosto pela leitura.				
nA P Máximo de passividade maleável. Tirania do desejo. Age sobretudo em palavras. Submissão ao instante presente. Deixa-se viver. Neglicências. Dissipações.	*Valor dominante:* divertimento. *Resultante característica:* vagabundagem. *Tendências mórbidas:* Psiconevrose emotiva de Dupré. Histeria. Mitomania. *Psicodialéctica:* o «demónio da perversidade».			

por esta razão que o ensino surja com múltiplos aspectos que lhe despertem o interesse, agindo directamente sobre a afectividade. Matérias tão árduas como as matemáticas e a gramática grega ou latina devem ser ensinadas de forma bem diversa da tradicionalmente empregada, muito estática, dedutiva e fria.

O ensino deve aparecer ao nervoso como algo de sério, sem dúvida, mas com uma seriedade que seja compatível com a alegria, a boa disposição, o aspecto divertido e pitoresco ([18]). «A inteligência deste aluno só conseguirá prender-se, onde primeiro se tenha prendido a sua viva sensibilidade. É esta adesão que os métodos activos permitem. Na verdade, parecem feitos para ele» ([19]). Não devem acalentar-se grandes esperanças de fazer dele um matemático ou uma cientista, antes se deverá prever uma saída pelas letras ou artes: é esta a opinião de todos os caracterólogos, de que se faz eco René Resten, aconselhando «carreiras nómadas, carreiras literárias (poesia), carreiras artísticas (pintura, gravura, escultura), jornalismo, cinema, teatro, representação, guias, intérpretes» ([20]).

Proceder com realismo, educar olhando com objectividade para aquele que vai ser educado, agir com bom senso e amor é cumprir nobremente uma das missões mais belas criadas por Deus: levar um ser humano a realizar livremente o seu destino pessoal.

✱

III — OS ENAS (SENTIMENTAIS)

A transição do nervoso ao sentimental faz-se como de uma gargalhada franca e espontânea a um riso frouxo e contido ou de uma abertura ao exterior à contemplação íntima.

O pequeno sentimental deixa, com frequência, uma impressão de seriedade precoce, de desenvolvimento psicológico superior à sua idade ([24]) mas, quantas vezes, um exame mais atento nos convence de que a criança se esconde lá dentro, revestida de uma carapaça protectora, feita de seriedade e isolamento. Porque a verdade é que o sentimental precisa de se proteger: extremamente sensível, tudo o fere, o choca e, uma vez a ferida aberta, demora longo tempo a fechar, deixando sempre cicatriz. É esta a sua resultante característica: a *vulnerabilidade*, que toma aspectos variados. Assim, apresenta-se como particular sensibilidade às variações atmosféricas que influem espantosamente sobre o seu bom ou mau humor; pode ser também a ruminação prolongada, v. g., da frase mordaz que lhe lançaram ou ainda o isolamento feroz, a fuga de toda a convivência humana para evitar que esta o magoe ainda mais.

---

(18) G. Berger atribui ao nervoso, como valor dominante, o divertimento. Ob. cit., pág. 33.
(19) A. Le Gall, «Les insuccès scolaires», Col. Que sais-je?, pág. 101.
(20) Dr. René Resten — «Le Diagnostic du Caractère», Ed. L'Arche, col. Commentaires, pág. 89.
(21) R. Gaillat, ob. cit., pág. 120.
(22) R. Resten, ob. cit., pág. 87, trabalhando sobre Le Senne, ob. cit., pág. 137 e ss.
(23) P. Griéger, ob. cit., pág. 128 e 133.
(24) Dele tem cabimento escrever, com certo psicólogo, que «tem uma adolescência precoce, prolongada e dissociada».

Profundamente emotivo, o sentimental é também um inactivo-secundário: a sua emoção não só é refreada cautelosamente, como sofre especializações, isto é, aparece muito viva em certos acontecimentos, mantendo-se estranhamente impassível perante outras objectivamente mais graves. Esta *emotividade especializada* pode instalar-se com maior facilidade nos sentimentais com campo de consciência estreito (25).

A razão está em que a emotividade nada mais é do que energia a mobilizar em diferentes direcções, podendo acontecer que certas zonas dela fiquem privadas. O facto tem grandes consequências pois é assim que se formam os sentimentais *duros*, rígidos doutrinadores, simpatizantes do estoicismo, ao contrário dos largos que costumam de preferência ser sonhadores, utopistas e «humanos».

A natureza (árvores, rios, jardins, montes, caminhos...) ser-lhe-á sempre um refúgio que o abriga dos homens e da vida, excepto quando ela própria se lhe torna hostil, levando-o a refugiar-se em si mesmo.

É um meditativo, ruminando longamente sobre a sua própria pessoa e sobre os mil pormenores da sua vida que tanto o emocionam e lhe dão a sensação de ser único no mundo; conjuntamente vem o sentimento, na aparência contraditório, de que todos os homens são iguais, todos os acontecimentos se repetem e o dia que amanhece não é muito diferente daquele que morreu. De tal maneira o mundo interior o apaixona que tem tendência a viver nele permanentemente e este gosto traduz-se no *diário íntimo*, a produção mais querida ao jóvem (e às vezes até ao velho...) sentimental.

Se há alguém que tudo encare sob o prisma da subjectividade, é ele com certeza, a ponto de escrever Le Senne (26): «em última análise, não há subjectividade senão para o sentimental, porque os outros homens não a conhecem senão na medida em que dele se aproximam». Ele sente-se e sabe-se *sujeito*, pessoa, e sofre terrìvelmente quando considerado indivíduo entre a multidão, um entre muitos e não um *eu* na sua unicidade irredutível.

Consequentemente gosta da solidão, visto ela acentuar o aspecto de único que qualquer homem possui, porque ela lhe dá dimensões suficientemente grandes, pois não sofrem comparação com mais nenhumas, e ainda porque é uma condição favorável para melhor sonhar e recordar. Recordar, sem dúvida, pois o passado tem na sua vida uma enorme importância, com ele se ligando indissolùvelmente, a ele indo buscar um ponto de apoio, uma recordação suave, às vezes um estímulo ou um termo de comparação com o presente: e sempre uma continuidade. Não raro daí advém uma céptica e desiludida visão para o futuro: este aparece-lhe com tonalidades sombrias e encara-o sem muita curiosidade, quase sempre com receio.

Uma das coisas que mais lhe desagradam são as mudanças, em especial quando imprevistas; o sentimental, como todos os emotivos, tem necessidade de emoções novas mas, secundário, ele tende a conservar hábitos e costumes, a não alterar um qua-

---

(25) Ela está na base de sentimentais cruéis como Robespierre, bem como do sem número de «forretas» e avaros que culminam no tipo do «mendigo-milionário». Cfr. Le Senne, ob. cit., pág. 221 e ss.

(26) Idem, pág. 230.

dro de vida que, se bem que monótono, lhe traz contudo a estabilidade de que precisa e de que gosta.

Sendo inactivo, breve se desencoraja; mas, enquanto o nervoso sofre o desalento quando começa a agir, o sentimental desiste antes de principiar, assustado pelas dificuldades que a secundaridade lhe apresenta e a emotividade agiganta: é a *resignação presumptiva*. Esta é a causadora das faltas de comparência de um aluno a um exame para o qual não estava muito bem preparado mas no qual tinha algums possibilidades de êxito; da falência precipitada pelo próprio comerciante apenas dela ameaçado e, enfim, de todas as desistências antecipadas, sejam de que género forem (desportivas, escolares, profissionais,...). É igualmente um indeciso, dificílimo de fazer passar a fase da deliberação na qual se perde sem sucesso, a menos que a impulsividade explosiva que lhe é própria ponha termo à questão, levando-o a «atirar-se de cabeça» numa das possíveis opções.

Sob a influência do agrupamento ES é um ambicioso, de uma *ambição potencial*, ao contrário do apaixonado que a tem sumamente *realizadora*. E porque o sonho não basta a ninguém, a sua insatisfação aumenta, dela se cansa e termina num aborrecimento profundo, difuso, incompreensível aos olhos de leigos, oscilando entre a vontade de sair de si por uma conversão ao mundo e o desejo de continuar prisioneiro dos seus irreais castelos de areia, contudo feitos a seu modo.

Desinteressado do mundo e das coisas, organiza um regime de vida ascético. É veraz, honesto em questões de dinheiro, com sentido da justiça e presta um culto real à moralidade, nem sempre tão vivida quanto proclamada, o que a torna uma «moralidade honorária» que «desliza insensìvelmente na sua vida em lugar da acção moral» ([27]). É uma capa de *dignidade* em que se envolve e a todas as suas acções, o que lhe cria por vezes fundas antipatias. Ela é até certo ponto uma expressão da sua psicodialéctica ([28]), pois esta compreende duas partes: uma de protecção da sensibilidade pela fuga, o isolamento, a atitude fechada e até hostil, o ar sobranceiro e altivo que escondem toda a sua fraqueza e vulnerabilidade, quando não uma verdadeira timidez; a outra de luta contra a inactividade pelo protesto, a *indignação*: criticando certas formas de pensar, dizer ou proceder, vituperando-as veementemente, ele tenta mobilizar a sua emotividade no sentido de o auxiliar a não fazer o que acha mal ou a realizar o que julga ser bem. A secundaridade, ajudando a formar um sistema de hábitos, dá continuidade aos esforços e leva-o à conclusão daquilo que empreende, evitando-lhe a dissipação, a mudança perpétua em que vive o nervoso.

Mas o sentimental está, mais do que qualquer outro carácter, ameaçado de um

---

(27) Idem, pág. 276.

(28) A *psicodialéctica duma consciência* «é a reacção do eu à situação que o carácter lhe impõe» e por isso «deve consistir em remediar as impotências que o eu, como Adler sublinhou fortemente, descobre em si mesmo no contacto com o meio e com outrem, bem como em moderar ou desviar aqueles poderes de que experimentou a força, mas também o perigo» (ibidem, pág. 192-3). Em resumo: é o movimento, por vezes inconsciente, do eu para remediar os seus defeitos ou utilizar as suas potencialidades.

O nervoso usa de representações do mal e suas consequências: o medo que elas lhe causam é o motor da acção para o bem. Le Senne chama-lhe «o demónio da perversidade» (loc. cit., pág. 196), aproveitando uma expressão de Edgar Poe.

perigo que raras vezes consegue evitar, ao menos temporàriamente. Referimo-nos à *introversão*, ao ensimesmamento, esse fechar-se sobre si mesmo que lhe corta mais ou menos o contacto com o mundo real. A introversão começa por pequenas atitudes de isolamento: longos passeios solitários, evitar a convivência, fechar-se muito tempo no quarto, etc. Ao aumentar, crescem paralelamente as atitudes de afastamento e de oposição ao real, o «devaneio» (sonho de olhos abertos) progride, não consegue estabelecer diálogo com os outros, fecha-se progressivamente: é a esquizidia. «Estes verdadeiros esquizóides sofrem com as cores berrantes, com os sons agudos da vida real — que são para o cicloide e o homem médio um excitante indispensável da vida — como se foram uma horrível e brutal dissonância, até mesmo psìquicamente dolorosa. O seu autismo é um ensimesmamento espasmódico sobre eles próprios. Procuram evitar todas as excitações externas, sufocá-las. Correm as persianas da casa a fim de poderem sonhar na doçura da luz coada, propícia à sua imaginação» (29).

Por último, esse mundo interior perfeitamente irreal avoluma-se de tal modo que só ele passa a ser vivido. Se as imagens e ideias perdem o freio, o controle e vêm como uma corrente indomável, baralhando-se, cavalgando umas sobre as outras, desfazendo toda a organização mental, temos então um caso de esquizofrenia; e «quando a doença se agrava, mais e mais se obnubila a consciência em proveito de manifestações de automatismo: movimentos ritmados e estereotipados, bater de mãos, esgares, perturbações da mímica, etc., por vezes impulsões» (30). Pode também acontecer que, nesse mundo íntimo, o mundo real ainda entre, mas como um intruso ameaçador, de forma que em tudo a pessoa só vê obstáculos e em todas só pensa como perseguidores que a si o perseguem; é um verdadeiro delírio de interpretação ou paranoia: «a afecção fundamental que no fundo comanda esta tendência do espírito é uma perturbação da afectividade e do carácter: um estado passional à base de orgulho que impede de julgar imparcialmente e que acusa com evidência e de maneira arbitrária as pessoas supostas capazes de prejudicar o sujeito nas suas ambições ou projectos» (31). É o complexo do «perseguidor-perseguido» de Falret sob a forma delirante. «Nasce-se sentimental, passa-se a introvertido e acaba-se esquizoide ou paranoico» (32), tal é a evolução infeliz que sempre se deve evitar.

Abrir-se, contactar, ser como os outros, abandonar o casulo e vir para o ar livre tais são os desejos impotentes de muitos e muitas jóvens; e assim toma corpo o seu grande e profundo drama, vivido na intimidade da consciência, às vezes oculto aos estranhos, mas transparecendo normalmente na expressão concentrada do rosto, na tensão permanente em que vive por não saber equilibrar «este excesso de pressão, face a este defeito de expressão» (33). E por quê essa tensão interior? por que não consegue dar vasão à energia colossal que lá dentro tem armazenada? O agrupamento nAS é o grande responsável: ao contrário do nervoso que em tudo quer ser extrava-

---

(29) Ernest Kretschmer — «La structure du Corps et les Caractères, Paris, Payot, 1930, pág. 159 (citado por Le Senne, l. c., pág. 238).
(30) Henry Baruk — «Psychoses et Névroses», Col. Que sais-je?, pág. 26.
(31) Idem, pág. 39.
(32) Le Gall, Caract. Enf. Adol., pág. 148
(33) P. Mesnard, l. c., pág. 28.

gante, marcar pela singularidade, «o que o sentimental procura não é a originalidade do eu, mas a sua pureza. O sentimental junta a um sentimento ininterrupto e violento de si mesmo, uma fatal impotência de se alcançar a si próprio» ([34]).

Ajudá-lo a encontrar e a realizar o seu próprio eu, libertando-o de si mesmo, tal vai ser a finalidade do esforço educativo. Este vai ser um ataque cerrado à introversão; de que modo?

EDUCAÇÃO DO SENTIMENTAL

A introversão é do domínio do adquirido, daquilo em que a pessoa se torna, da construção que ela faz de si mesma: é pois esta construção que é preciso vigiar, velando para que seja correcta, harmónica e eliminando as excrescências, as deformações que acaso se desenvolvam. Ninguém deita abaixo os alicerces de uma casa sob pretexto de que as janelas não deixam entrar a luz ou a chaminé do fogão tem pouca tiragem; *mutatis mutandis*, não é o carácter que urge modificar (o que aliás seria impossível) mas a defeituosa personalidade sobre ele edificada. Esta ergue-se tendo em vista os valores; simplesmente, o sentimental introvertido focou-se sobre um valor enlouquecido: a atenção a si próprio que degenerou em autismo. É preciso agora abri-lo a novos horizontes, fazer-lhe entrever perspectivas mais amplas do que as oferecidas pela contemplação mórbida do próprio eu. Não é possível ir muito longe quando apenas nos fixamos a nós mesmos: «droit devant soi on ne peut pas aller bien loin» era a reflexão profunda que fazia o Petit Prince, quando atentava nos acanhados limites do seu pequeno asteroide. ([35])

Consideremos portanto algumas manifestações da introversão e indiquemos os meios de educação.

O sentimental é indeciso e tímido: custa-lhe tanto tomar uma resolução como depois o executá-la. É preciso ajudá-lo a ganhar o gosto da decisão, entregando-lhe pequenas tarefas a cumprir que, muito lentamente, irão aumentando de responsabilidade, mandando-o fazer recados, primeiro acompanhando-o, depois deixando-o ir sòzinho; levando-o a viajar sem companhia; criando-lhe o amor pela convivência, arranjando ocasiões propícias e persuadindo-o suavemente a fazer visitas e a estabelecer conversas, não como quem cumpre um dever, mas por já aí encontrar um valor real que lhe agrada cultivar.

Assim irá diminuindo a falta de confiança em si próprio que tanto o atormenta, pois verá que é capaz de fazer aquilo que todos os outros fazem. Ocupemos o seu tempo de uma maneira inteligente e agradável e teremos um esplêndido antídoto contra três males iminentes: o escrúpulo, as manias e o aborrecimento ([36]). O escrúpulo surge por ele se debruçar excessivamente sobre o passado, moendo e remoendo o que fez, comparando-o com o que poderia ter feito e identificando impròpriamente este *poderia* com um *deveria* ter feito; o escrúpulo será tanto mais fre-

---

(34) Le Senne, l. c., pág. 245.

(35) Antoine de Saint-Exupéry — «Le Petit Prince» (citação feita de cor).

(36) A palavra «aborrecimento» tenta traduzir o *ennui* francês ou o *spleen* inglês; é aquilo que vulgarmente se diz com a expressão «estar aborrecido, sem saber por quê».

quente quanto mais estreito for o campo de consciência e mais prevaleça o agrupamento ES sobre a inactividade: levemo-lo a aceitar o velho princípio segundo o qual «o que está feito, feito está», a pensar no presente que se oferece ou no futuro que se avizinha e a alargar o campo de consciência pela consideração de que a moral é muito mais uma *vida* do que um feixe de *regras* a cumprir materialmente. (37)

As manias e os hábitos do sentimental são por vezes difíceis de arrancar; mas não seremos nós que iremos intervir directamente, ele é que, graças à ocupação do tempo e à variedade de afazeres os irá perdendo um tanto ou quanto. Ele gosta de coleccionar, sejam plantas ou selos, postais ou borboletas: despertemos e favoreçamos tal inclinação que até pedagògicamente pode ser muito útil; proporcionemos-lhe algumas actividades calmas e repousantes que só apresentam inconvenientes se o deixarem isolado muito tempo e com muita frequência, tais como a jardinagem, a modelação, a fotografia, os trabalhos manuais: em tarefas deste género ele irá educando, tal como o nervoso a sua motricidade e *geito* de mãos, ao mesmo tempo que toma consciência do valor do trabalho cabalmente realizado com perseverança e atenção; o sentimental apresenta-se com os mais diversos tipos físicos (38) e muitas vezes o desporto bem doseado (e sobretudo feito em grupos para combater a tendência ao isolamento) contribuirá para lhe aumentar o *tonus* vital. Em suma, demos-lhe que fazer e a melancolia, o aborrecimento que por toda a parte o ameaçam, não terão grandes possibilidades de o vencer.

Mas seria um erro não lhe deixar um refúgio, um sítio qualquer onde ele de vez em quando se meta para satisfazer a sua tendência à meditação e ao sonho, onde possa «devanear» à vontade ou redigir o seu diário íntimo: ele precisa disto e apenas há que evitar que caia em exageros.

O sentimental, sobretudo quando muito emotivo e independentemente do valor real da sua inteligência, tem dificuldade em fazer um raciocínio, claramente estabelecido segundo as regras da lógica formal: é preciso ajudá-lo, com muita paciência, quando nos contar as suas pequenas histórias de criança ou de adolescente e começar a baralhar as ideias, perdendo o fio da meada. Não lhe digamos apenas: — «Já compreendi», antes o auxiliemos a encontrar a expressão exacta, o termo próprio, fazendo-o chegar ao fim da narrativa que se propusera comunicar-nos.

Perante a falta de confiança em si próprio, encorajemo-lo. Não tenhamos medo de o louvar sempre que o mereça: é quase certo que, ao contrário do nervoso, ele não se envaidecerá e, a dar-se o caso, menor seria este mal do que o que poderia advir da severidade, da incompreensão, do silêncio frio ou dos castigos humilhantes. Este último caminho levá-lo-á ao receio e à desconfiança sistemática do mundo e

---

(37) «A vida cristã não deve compreender-se ùnicamente a partir duma lei formulada, nem mesmo principalmente a partir duma vontade de Deus que ordena, mas sempre a partir duma *vontade de Deus que dá*. Se é uma exigência, é antes de mais um dom. Digamos melhor: é um *dom que exige*.» Bernard Häring «La Loi du Christ», Desclée & C.ie, I vol., introdução.

(38) Pierre Mesnard, l. c., pág. 29 anota com justeza que a identificação do sentimental pela simples inspecção física é quase impossível, pois que ele se aparenta com outros grupos caracteriais, desde o nervoso ao fleumático.

dos homens, por vezes a revoltas fundas e duradoiras, a estreitamentos de consciência, quase sempre à introversão e, no limite, às nevroses e psicoses.

Falámos atrás na *dignidade* em que o sentimental se envolve como em capa protectora. Ela é um excelente recurso para o educador, para ela apelando a fim de obter uma melhor conduta. Tenha contudo o cuidado de nunca troçar dela, nem infligir ao pequeno educando «sábias» humilhações: «A humilhação não é nunca o caminho da humildade. Aqui, ou seria o caminho do desencorajamento e do abatimento, ou do rancor e da vingança», escreve Le Gall ([39]). Com efeito, alguns (os largos ou *abúlicos*) aproveitariam a humilhação para desenvolverem ainda mais o complexo de inferioridade que sempre os atinge, a par de enraízarem toda uma estranha psicologia sado-masoquista, ([40]) produtora de malformações morais que da virtude só conservam aparências; outros porém (os estreitos ou *tensos*) veriam nascer em si uma onda rancorosa que o tempo dificilmente acalma e muito prejudicaria a sua vida espiritual.

Com Pierre Mesnard chamamos a atenção para três perigos a que o jovem sentimental se expõe mais do que qualquer outro tipo: enurésia, masturbação e fuga.

O carácter de protesto e revolta da enurésia fica bem patente em certos casos em que se pode notar que a criança passa a molhar a cama quando vítima de um conflito afectivo, cessando de o fazer quando a causa desapareceu.

A masturbação tem para o sentimental um significado e uma repercussão muito diferentes das que tem para o sanguíneo, cuja fórmula se lhe opõe ponto por ponto: enquanto neste se trata apenas de ensaios ou tentativas frustradas antes de conhecer o acto sexual, normal e completo, sem deixarem grandes abalos psíquicos, no sentimental «é preciso ver a causa profunda, menos na procura de uma voluptuosidade frustrada, do que numa espécie de compensação nascida dum conflito afectivo». ([41]) Por isso será contra-indicada uma ríspida severidade, ao passo que dá os melhores resultados a formação de um ambiente de amor e de simpatia para com a criança no qual, só então, se devem inserir com seriedade, mas sem azedume, os conselhos e as advertências, que devem ter sobretudo um aspecto positivo: a beleza do plano de Deus, o respeito que nos devemos, a dignidade que possuímos, etc..

Finalmente, a fuga: esta não é uma decisão impensada e frívola como a do nervoso, mas é o resultado de lentas acumulações de revolta que um dia explodem, talvez apenas porque uma gota de água basta para fazer verter um copo cheio.

Com risco de alongarmos excessivamente este artigo, não resistimos à tentação de resumir uma observação de pseudo-perversidade: ([42])

Loje, rapaz, 14 anos — O pai é pedreiro, tem sete filhos, meio sórdido. Pai e mãe com alguma saúde, mas entregando-se à bebida. As nove pessoas que cons-

---

(39) Caract. Enf. Adol., pág. 175. É certo que as humilhações podem ser *ocasião* para um acto de verdadeira humildade, quando aquele que as sofre está embebido em caridade sobrenatural: «Uma grande humildade só pode provir duma grande caridade: *os graus da caridade e os da humildade estão em perfeita correspondência*» (Bernard Häring, l. c., pág. 338), mas, em princípio, um ser humano não tem o direito de humilhar outro voluntàriamente.

(40) P. Mesnard, l. c., pág. 30.

(41) Idem, pág. 42.

(42) Le Gall, Caract. Enf. Adol., pág. 431-2.

tituem a família vivem num compartimento único, sem iluminação natural, pestilento e infecto. Ambiente de discussão, pancada e total falta de respeito uns pelos outros. De vez em quando, alguns dos filhos fogem, só regressando impelidos pela fome e certos dum correctivo magistral.

O pequeno tem pouca saúde, falta contìnuamente à escola, apesar de repetidas intervenções da polícia. Nas aulas está distraído, apático, insensível, mentindo sem fantasia e entregando-se à masturbação, lá no fundo da sala para onde sempre vai. Praticou vários roubos e maldades diversas. Contudo a assistente social nota perspicazmente que este rapaz é melhor do que aparenta e é o meio familiar com a sua deplorável educação que lhe encobre e prejudica a verdadeira natureza. Quando em colóquio amigo e íntimo, mostra-se emotivo, sensível e dedicado.

«Reeducação prosseguida com sucesso completo (ao fim de três anos), numa casa especializada para crianças. Inteligente, forneceu então uma escolaridade satisfatória. Esta criança é agora aluno da Escola para Oficiais-Mecânicos da Marinha» (43).

Este caso nos mostra quanto há a esperar dos nossos sentimentais, quando conduzidos por uma educação racional.

O SENTIMENTAL E A ESCOLA

A entrada na escola é para as crianças deste tipo uma espécie de passagem do Rubicão ou Bojador.

Antes de mais, pela sua falta de sintonia ou adaptação ao meio; em seguida, pelas características especiais da sua inteligência.

A delicada sensibilidade desta criança vai ser sèriamente ferida com vários aspectos da vida escolar: a curiosidade dos outros a seu respeito, a promiscuidade com outras crianças de meio social por vezes muito diferente, o regime de competição e de «luta pela vida», a vulgaridade ou brutalidade das conversas, os jogos violentos e desleais, a imoralidade grosseira e exibicionista, o ambiente sem amizade nem carinho eis alguns espinhos que se irão cravar dolorosamente neste pequeno sensitivo e retraído. Se a isto juntarmos as características habituais dos internatos de «tipo clássico» com uma disciplina demasiado rígida para um carácter que espontâneamente se lhe opõe, com uma vida cenobítica que lhe é insuportável (camaratas, refeitórios, balneários...), com um horário tão apertado que lhe não deixa algum tempo para as suas fantasias, com uma tendência a nivelá-lo e a uniformizá-lo que é para ele quase um ultraje, compreendemos estas palavras de Le Gall, apoiadas no testemunho de Mauriac: «Por muitas razões, a vida escolar fere esta consciência original e tão fàcilmente sofredora, até mesmo angustiada. O internato, em particular, é-lhe muitas vezes doloroso: todos os sentimentais guardam más recordações do pensionato». (44)

---

(43) Le Gall, Les insuc. scol., pág. 106.

(44) Idem, pág. 102. É este um grave problema que se põe aos directores de colégios para alunos internos e aos reitores dos Seminários; com efeito, segundo uma estatística citada

Tudo isto o predispõe psicològicamente ao insucesso escolar, o qual tanto se verifica sobretudo no início da escola e, mais tarde, em cada mudança de ciclo.

Por seu turno, Griéger mostra que o sentimental, como o nervoso, é pouco favorecido para as propriedades nìtidamente intelectuais: reter o essencial, reflexão abstracta, interesse pelas ciências teóricas. Com efeito «a inteligência teórica cresce com a actividade (A), na razão inversa da emotividade (E), sendo favorecida pela secundaridade (S)». ([45]) Os seus «estados de alma» prejudicam-lhe a reflexão. Pouco objectivos e concisos. Pouco interesse pelas ciências abstractas e técnicas mas — característica digna de nota! — interesse e gosto pronunciado pela *filosofia*, bem como por temas religiosos. A razão do facto deverá procurar-se no agrupamento E S que é favorável à ambição e à concentração sobre os problemas que levanta. O seu talento filosófico tem uma tendência religiosa e a sua poesia é frequentemente filosófica. A inteligência é particularizante de tendência ética.

De Roger Gaillat fixemos os seguintes resultados obtidos pelos sentimentais; destes,

são	bons	alunos	em	aritmética	20%
»	»	»	»	geometria	40%
»	»	»	»	redacção	80%
»	»	»	»	ortografia	60%
»	»	»	»	leitura	80%
»	»	»	»	recitação	60%
»	»	»	»	história	100%
»	»	»	»	geografia	80%
»	»	»	»	caligrafia	100%
»	»	»	»	desenho	60%
»	»	»	»	ed. física	60%

donde a conclusão de que têm especiais aptidões para redacção, ortografia, história e caligrafia, encontrando maiores dificuldades na aritmética e nas ciências (excepto zoologia e botânica, pelo que de vivo e de agradável conservam). ([46]) O mesmo autor nos revela um pormenor de interesse: na classe por si estudada nenhum sentimental se classificou no terço dos melhores alunos, como nenhum se inscreveu no terço dos piores, mas todos, sem excepção, pertenciam ao terço dos alunos médios.

Mas a verdade é que nem sempre o quadro escolar é tão favorável aos sentimentais como as indicações anteriores deixariam prever: o insucesso, repetimo-lo bate-lhe muitas vezes à porta. Perante ele devem os pais agir com sagaz prudência, pro-

---

por este autor nesta mesma obra, pág. 59, «num Seminário Maior católico os seminaristas repartiam-se caracterològicamente, pouco mais ou menos, do seguinte modo: *E nA S*: 50%; E A S: 25 %; E A P: 5 %; E nA P: 5 % (a sua escolaridade eclesiástica muito raramente atinge o termo); outros caracteres: 15%».

(45) P. Griéger, ob. cit., pág. 120.

(46) R. Gaillat, ob. cit., pág. 149-52.

curando erguer uma criança já de si abatida pela reprovação e nunca humilhá-la ainda mais: certos suicídios infantis, se não a maior parte, têm aqui a sua origem. (47)

Além de ser dever da família criar um ambiente de paz, de amor, de encorajamento sem o qual esta criança se fecha e murcha como planta atingida pela estiagem, importa sobremodo a sua orientação. Em especial no caso de sentimentais para-nervosos, o artesanato de artes pode ser indicado: marfim, ébano, modelação, encadernação e outros que são refúgios para o gosto pelo trabalho solitário e felizes pontos de apoio para este tipo de inteligência e de afectividade. Certas indústrias ligadas às artes poderão ser igualmente aconselháveis: engenheiros ou técnicos de vidro, cerâmica, texteis, matérias plásticas, etc.. «Se esta orientação técnico-estética não é possível, o aluno poderá prosseguir os estudos secundários e, graças à sua consciência, chegar a bom termo nas secções de letras, seguindo carreiras do mesmo tipo». (48)

Digamos agora uma palavra sobre a religião do sentimental, ou melhor, sobre a maneira como a religião se manifesta nos sentimentais. Nela se verifica, como em tantas outras coisas, a tendência individualista, a sua falta de espírito de comunidade. Além disso, aceitando dificilmente uma disciplina imposta do exterior, reage contra a hierarquia e suas leis. «Há uma dissociação frequente da afectividade e da objectividade na vida religiosa. (...) Das duas componentes da religião, o sentimental retém a afectiva e regeita a confessional, (...) substitui à religião organizada um anarquismo religioso, uma religiosidade sincera mas indeterminada. (...) Muitas vezes esta dissociação toma a forma de anti-clericalismo: a religião é oposta aos homens que lhe dedicam a vida, aos padres, pela simples razão de que, continuando a serem apenas homens, nela misturam as fraquezas humanas que o sentimental não cessa de apontar». (49) Isto não os impede aliás de seguirem uma vida religiosa ou de irem engrossar as fileiras do clero diocesano, como a citada estatística daquele reitor de seminário, bem o documentou. Mas sempre permanecerá verdade que «a sua religião é do tipo efusivo, é uma religiosidade mais do que uma religião. São altamente sensíveis à sombra das igrejas obscuras e ao encanto das capelas isoladas. São bem mais atentos ao «Deus sensível ao coração» do que à teologia, à casa de Deus e ao apelo de Deus do que à disciplina religiosa». (50) Por isso a escolha feita pelo sentimental da vida religiosa ou clerical obriga a três ordens de precauções: assegurar-se da clareza do sentimento religioso, que é a Deus que se dirige e não ao confessor ou director; desconfiar de efusões religiosas, fundadas no maravilhoso, no milagre ou nas aparições; verificar a prática das virtudes, mais do que a exaltação do fervor religioso. (51)

★

E assim estamos chegados ao fim do trabalho que nos propusemos. O leitor achará talvez que nem sempre fomos muito claros, nem justificámos suficientemente

---

(47) Seria um bom tema para a reflexão psico-pedagógica a impressionante nota que, a este respeito, insere Le Gall em Les insuccès scolaires, pág. 105.
(48) Idem, pág. 61.
(49) Le Senne, l. c., pág. 256.
(50) Le Gall, Caract. Enf. Adol., pág. 168.
(51) Idem, pág. 169.

COMPOSIÇÃO BINÁRIA DOS TRÊS FACTORES DE BASE

E S

Ruminação interior. Explosões retardadas. Introversão.

Fàcilmente ansioso. Exigente. Resignação presumptiva.

Reservado (fechado). Ligado ao passado. Conduta moral. Remorsos. Tendência à mentira, manha.

Falta de coragem física.

nA S

Falta de à-vontade.

Indecisão escrupulosa. Rápido desencorajamento. Lentidão. Ensimesmamento. Melancolia. Gosto pela solidão. Arma de defesa: a resistência passiva.

(52)

Descrição sinalética do Carácter «Sentimental» (E nAS)

Violência, excitabilidade, humor variável.

Impulsivo. Solitário.

Preocupado. Fechado.

Rabugento. Medita sempre os mesmos pensamentos, ruminação mental. Indeciso. Pouco corajoso. Tímido. Fàcilmente desencorajado. Fica muito tempo sob a mesma impressão. Gosta das velhas recordações, ligado aos seus hábitos, caseiro. Melancólico e sombrio. Descontente consigo. Liga pouca importância ao seu exterior. Acordo entre o pensamento e a vida. Honrado e merecendo crédito. Patriota e bom para os inferiores. Persuadido que as suas empresas estão condenadas ao fracasso. Pessimista. Escrupuloso. Sujeito a doenças mentais e perturbações funcionais. Conservador em política. Religioso.

Valor dominante: intimidade.

Resultante caracteristica: vulnerabilidade.

Tendências mórbidas: Nevrose. Melancolia. Neurastenia. Psicastenia. Esquizofrenia. Paranoia.

Psicodialéctica:

1. Protecção da sensibilidade (isolamento, fuga).
2. Luta contra a inactividade (protesto).

(53)

Inteligência e Orientação

Difícil reflexão abstracta. Raciocínio embrulhado.

Vida intelectual profundamente influenciada pela vida afectiva. Ausência de objectividade e concisão. Inteligência particularizante com tendência ética.

Especiais aptidões para as letras e filosofia. Interesses religiosos profundos.

Artesanato artístico.

Professorado (letras, filosofia).

Carreiras sedentárias.

Medicina psiquiatria, pediatria).

Sacerdócio (vida monástica ou professorado).

(54)

Atitude educativa

Clima de paz, amor e confiança.

Não usar da severidade ou da humilhação.

Evitar e combater a introversão: entrega de tarefas, ocupação do tempo, trabalho metódico e em grupo, etc.

Na escola: carinho, desculpar os insucessos, encorajar. Métodos activos.

Escutismo, óptimo meio de integração.

Educação religiosa, tendo cuidado com o subjectivismo, a impressionabilidade e a afectividade.

Combater os escrúpulos, a indecisão, a falta de confiança em si mesmo. Atenção ao excesso de hábitos e manias. Ajudar o raciocínio.

Revelação inteligente e cautelosa, de carácter eminentemente positivo: os magníficos recursos que possuem.

as nossas asserções; aceitando de bom grado tal crítica, apenas temos a dizer que este artigo é um resumo, uma colectânea de apontamentos e que, pela profusão de notas e citações, procurámos orientar os interessados para as obras onde poderão fazer um estudo de pormenor.

Desejamos vivamente que estas páginas, escritas no meio dos nossos próprios labores escolares, não sejam de todo inúteis.

António Serrão

(52) R. Gaillat, 1. c., pág. 121. Não repetimos o agrupamento E nA que é igual ao do nervoso.

(53) R. Resten, ob. cit., pág. 89.

(54) Griéger, Gaillat e Resten, *in operibus citatis*.

EXPANSÃO DA ACÇÃO CATÓLICA

NA DIOCESE DO ALGARVE

Fala-se, por vezes, dum acentuado desnível na vida religiosa de Portugal, entre as zonas norte e sul, incluindo nesta última o Patriarcado de Lisboa, a Arquidiocese de Évora e as dioceses de Portalegre, Beja e Algarve.

Mapas apresentados em estudos de sociologia religiosa, confirmam-no. Na realidade, a zona sul manifesta ainda hoje, ao vivo, as desastrosas consequências daquele período de agitação que envolveu a primeira parte destes últimos 50 anos, sobretudo no ponto de vista religioso. Actualmente, uma das dioceses, acima referidas — a de Beja — é talvez a diocese de Portugal que atravessa maior crise religiosa e com muita verdade se insere no conjunto das dioceses mais descristianizadas da Europa.

Qual será porém a situação religiosa no Algarve? Será igualmente dramática?

No desejo de ajudar a tornar mais objectivo e melhor fundado o pensamento de quem se interessa pelo assunto, tentou-se elaborar um pequeno estudo sobre a vida religiosa no Algarve num dos seus aspectos — o movimento da Acção Católica no ano social 1957/58.

Desde já quero advertir que o ter uma Acção Católica mais ou menos desenvolvida não é critério principal e muito menos exclusivo para ajuizar da vitalidade religiosa duma paróquia ou diocese. Em todo o caso, nas circunstâncias actuais, dada a intensa descristianização do nosso povo, a existência dum laicado católico organizado é algo que a Santa Igreja, pela voz autorizada dos Sumos Pontífices, reputa indispensável para um apostolado mais eficiente. Nesta perspectiva, é-nos lícito concluir de algum modo sobre o nível de vida cristã, a partir do maior ou menor florescimento da A. C. em determinado meio.

Os números que apresentarei com as respectivas conclusões dizem respeito mais à quantidade que à qualidade das pessoas que por eles são representados.

Na base deste estudo está grande parte dos dados fornecidos pela Junta Diocesana do Algarve.

A. C. E CLERO NO ALGARVE

Na diocese do Algarve, em meados deste ano, havia 97 Secções ou Comissões Organizadoras Oficializadas dos vinte organismos especializados da Acção Católica Portuguesa (1). Nessas secções estavam inscritos oficialmente 1925 associados.

Podemos considerar estes números globais em função do apostolado sintonizado com os sacerdotes da diocese ou apenas frente à massa populacional, para calcular percentagens e tirar conclusões. Uma e outra via levam ao mesmo ponto e por isso mesmo completam-se. A A. C. existe para um trabalho de colaboração com a Hierarquia na actuação apostólica sobre os vários meios.

Seguimos agora o primeiro aspecto: os filiados na A. C. em colaboração com os sacerdotes.

É consolador verificarmos que em união com os sacerdotes do Algarve há uma avalanche de quase 2000 colaboradores empenhados na obra da restauração em Cristo do meio algarvio. É certo que neste juízo abstraimos das qualidades dos 1925 filiados. Nem todos serão membros activos, possìvelmente, mas, nem por isso, temos o direito de desvirtuar da A. C. algarvia aquela propriedade que é essencial a toda e qualquer actuação do laicado católico — a sua capacidade de expansão, conquistando para Cristo os homens e os meios.

Há, no Algarve, 76 sacerdotes (2) (número global que abrange todos os Padres, mesmo os que estão no Seminário, colégios, etc...) a população calculada para 1958 sobre o decénio 1940-1950 (3) é de uns 331.650 habitantes. Será, portanto, 1 sacerdote, em média, para 4363 almas.

Para este número de pessoas há em contrapartida no Algarve, 25 filiados da A.C.

Sendo esta uma visão parcial e servindo ùnicamente para facilitar uma ordem de grandeza, no entanto não deve deixar de nos despertar a atenção para vermos como é relevante o contributo que a A. C. pode prestar na Evangelização do Algarve.

Mas o problema da expansão da A. C. no Algarve é mais complexo. Nele tem de entrar outras coordenadas.

Para já é de notar que mais de metade das paróquias não têm A. C. Por isso mesmo, nas outras maior será a colaboração prestada pela A. C.

Por exigência da própria natureza da A.C. é natural supor que a uma colaboração maior no apostolado deve corresponder uma evolução também maior no laicado católico. Mas isto não passa duma suposição, porque a realidade é bem diferente. Quando mais adiante analisarmos a linha evolutiva da A.C. a partir de 1953, então veremos que nem sequer a situação tem permanecido estacionária, como tem havido um nítido decréscimo.

A.C. — FERMENTO NA MASSA

Constituem o fermento os 1925 filiados, inscritos em 97 secções. A massa, em conjunto, é uma população de 331.650 habitantes. Não chega a 1% a relação do

---

(1) No Algarve não há organismos universitários.
(2) D. Fr. Francisco Rendeiro, O.P. — Bispo do Algarve — Carta Pastoral — 1958, pág. 6.
(3) Conferir os respectivos recenseamentos.

fermento para a massa, mas apenas 0,6%. Relativamente à população maior de 15 anos, a percentagem sobe um pouco, para 0,8%. Que nos dizem estes números? Será muito ou pouco 0,6%? A resposta virá do estudo comparativo.

A média nacional, em 1957, era de 1,1 por cento (4). O ideal está na proporção de 10%. Daqui se conclui que a A.C. no Algarve ainda não atingiu a média nacional e do ideal está muito longe.

Das 97 secções existentes na diocese, são de base paroquial (organismos agrários, operários e independentes) 86 e de base não paroquial (organismos escolares) as restantes 11. Não quer isto dizer que haja 86 paróquias com A. C. Nem há tantas paróquias na diocese do Algarve, mas apenas 68 (5) e algumas têm mais de uma secção.

Destas 68 paróquias apenas 30 têm A. C., são portanto 38 ou seja 55,8% aquelas onde este movimento ainda não lançou raizes ou se alguma vez as lançou, actualmente encontra-se sem vida.

Disse que a média nacional em 1957 era de 1,1%. No Algarve é de 0,6%. Esta afirmação leva-nos a dizer algumas palavras sobre o estudo comparativo da diocese do Algarve com as restantes dioceses de Portugal.

COMPARAÇÃO COM AS OUTRAS DIOCESES

Não será isenta de erro uma comparação pura e simples dos dados globais da A.C. entre as várias dioceses, sem atendermos que para o Algarve entram com certo peso factores de suma importância. São eles: um enfraquecimento contínuo na vitalidade religiosa até aos nossos dias e o grande número de pescadores que no Algarve se dedicam exclusivamente às lides do mar. Para eles a A. C. não tem um quadro que os englobe. Ora, em muitas dioceses, sobretudo no norte, ou o enfraquecimento na vida religiosa não foi tão acentuado ou nelas começou mais cedo a restauração. Por outro lado, além das dioceses de Lisboa, Porto, Aveiro, nenhuma das outras tem um movimento marítimo equiparado à diocese do Algarve.

Em 1957, havia no Algarve uma população de mais de 325.000 habitantes. Das 17 dioceses de Portugal, apenas havia 8 com uma população superior à do Algarve. Estava em primeiro lugar Lisboa; seguia o Porto, terminando em oitavo lugar Portalegre e Castelo Branco. O Algarve é a nona em população. Será também, ao menos, a nona em A. C.? Um estudo sobre A. C., no Patriarcado de Lisboa, da autoria do Rev. P.e Manuel Falcão, professor de sociologia e A. C. no Seminário dos Olivais, e publicado na revista «Novellae Olivarum» em Novembro de 1957, dá-nos os dados precisos para podermos responder à pergunta formulada. No conjunto das várias dioceses, o referido estudo coloca a do Algarve em 13.º lugar, com uma percentagem de 0,8% de associados. A diocese com maior percentagem era a de Braga, com 1,9%; a que tinha menor percentagem era a de Beja, com 0,3%. Vizinhas do Algarve estavam as dioceses de Portalegre e Castelo Branco com 0,9% e a de Angra

---

(4) P. Manuel Falcão — Expansão da A. C. no Patriarcado — Revista «Novellae Olivarum» — Novembro — 1957, pág. 296.

(5) D. Frei Francisco Rendeiro, O.P. — Bispo do Algarve — Problema de Clero no Algarve — 1959, pág. 10-11.

com 0,7%. A percentagem de 0,8% para o Algarve supunha haver na diocese 2631 associados, em 103 secções (6). Ora ùltimamente, a Junta Diocesana apurou os dados e assegura que em 1957 havia 93 secções, com um total de 2175 associados. Neste caso a percentagem é de 0,7% e por isso mesmo na classificação geral das dioceses, embora não sejamos obrigados a pôr o Algarve em 14.º lugar, pelo menos fica com a mesma percentagem de Angra. Este, o movimento em 1957. Poderemos concluir alguma coisa para 1958? Supondo que as outras dioceses permanecem com a mesma percentagem, o Algarve descerá para o 14.º lugar, porque a percentagem em 1958 é de 0,6. Em igualdade de circunstâncias está a diocese de Coimbra, com 0,6%. Deste modo o Algarve fica a fazer grupo com as duas dioceses geogràficamente visinhas: Évora e Beja, formando com elas aquela zona de Portugal, sem excluir Coimbra, onde a A. C. está menos desenvolvida. O facto de o Algarve ser uma terra marítima atenua um pouco a gravidade desta situação. Mas só causas mais profundas podem explicar uma média tão fraca de A. C. nestas dioceses, a ponto de as fazer contrastar das restantes de Portugal. De entre essas razões com toda a verdade, devem ser evocadas a falta de clero e a descristianização do povo alentejano e algarvio.

Esta é, numa visão geral, a situação da A. C. no Algarve. Como está ela nos vários sectores — é o objecto do que se vai dizer.

A. C. DE HOMENS E DE MULHERES

Há, na diocese do Algarve, cerca de 90.000 (7) homens. Destes apenas 203 estão inscritos na A. C. — nomeadamente, nos sectores da L.A.C., da L.E.C, da L.I.C. e da L.O.C.. Se a percentagem geral da diocese é fraca (0,6%) a dos homens não lhe atinge a metade. É apenas 0,2%. É uma percentagem muito exígua e sinal do muito que está por fazer. E não é a grande percentagem de homens do mar que explica um tal estado da A. C. entre os homens, pois nos meios mais desenvolvidos como Faro, Portimão, Lagos, Olhão, Vila Real de Santo António e Albufeira, em que há muitos pescadores, a maioria dos homens emprega-se noutros afazeres. Todas as paróquias, em princípio, tem possibilidade de ter A. C. de homens e só há, apenas 21 secções nas 68 freguesias. E dessas paróquias com A. C. de homens, algumas tem mais de uma secção de L. C.

Quanto ao número de senhoras inscritas na A. C., o panorama é realmente diferente. Dos 1925 filiados, 922 são senhoras; numa média, portanto, de 50%. Relativamente ao número global de mulheres, calculado em cerca de 97.000, a percentagem é de 1%. É superior à percentagem geral (0,6%) e 5 vezes maior que a dos homens.

Como explicar tão grande desequilíbrio? Será a A. C. uma forma de apostolado melhor adaptado ao temperamento feminino? A religiosidade mais fácil nas mulheres será a verdadeira causa? Pode haver outros motivos, mas certo é que tamanho desequilíbrio não se explica apenas pela religiosidade mais fácil do espírito feminino. Causas mais profundas estarão na base.

---

(6) Conferir o artigo citado — pág. 296.

(7) Este número é um cálculo aproximado, por não termos dados específicos para 1958. Por isso mesmo baseamo-nos nos dados de 1950.

São 32 as secções de senhoras. Relativamente ao número de secções de homens (21 secções) aquelas não apresentam uma tão acentuada diferença como para o número de filiados. Comparando temos:

21 Secções da L. C. com 203 associados
32 Secções da L. C. F. com 922 associadas

o que dá uma proporção de 10 homens para cada secção da L. C. e 30 mulheres para cada secção de L. F. C. Não é isto fenómeno exclusivo na A. C. porque na prática dominical há uma diferença também semelhante.

Esta proporção de 10 homens para uma Secção da L. C. não pode ser tida como indicação de fracasso da A. C. entre os homens. Uma vez que todos sejam bons elementos, eles sepresentam já uma base segura para um apostolado eficiente. Mas todo o problema está em que mais de dois terços das paróquias não tem A. C. de homens.

O facto de o número de mulheres por secção ser superior ao dos homens também não é fenómeno exclusivo do Algarve. A diocese de Braga, que tem a maior percentagem de associados (1,9%) está nas mesmas circunstâncias. Tem 9 homens e 25 mulheres, em média por cada secção quer da L. C. quer da L. C. F.. A diocese de Beja que tem uma percentagem de associados inferior a qualquer diocese de Portugal apresenta a mesma proporção, entre homens e mulheres por secção, como o Algarve e Braga. Não já assim no Patriarcado de Lisboa e na diocese de Coimbra, em que a proporção é aproximadamente 17 homens e 17 mulheres por secção de L. C. e de L. C. F.. E estas dioceses não são as que estão em maior florescimento.

À base do que fica dito, não se pode acusar de fracasso a A. C. no Algarve; no entanto talvez não seja errado pensar que se aproximam mais da verdadeira perspectiva aquelas dioceses em que não há tão acentuada diferença entre a A. C. de homens e de mulheres.

A. C. DE RAPAZES E RAPARIGAS

Nos organismos da juventude estão inscritos 800 filiados. Deles:

186 são da J. C.
614 são da J. C. F.

Estão divididos pelas 44 secções:

16 secções são da J. C.
28 secções são da J. C. F.

Frente à população global da juventude, incluindo rapazes e raparigas, de 14 a 25 anos, os 800 filiados dão uma percentagem de 1,3%.

Entre a J. C. e a J. C. F. não é tão acentuado o desiquilíbrio como entre os organismos de adultos.

Enquanto nestes a diferença é de 1 para 5, naqueles é de 1 para 3. A medida da actuação destes organismos constituídos pela juventude algarvia é, para os rapazes, na percentagem de 0,6 sobre uma população de 30.500 rapazes; para as raparigas é de 2% sobre uma população de 29.500 raparigas.

Proporcionalmente à população, os organismos da juventude estão mais evoluidos que os dos adultos. Enquanto estes estão numa relação de 0,6% aqueles na de 1,4%.

Concluindo: a ordem de actuação, no próprio meio, por parte dos vários sectores, é a seguinte:

J. C. F.	2 %
L. C. F.	1 %
J. C.	0,6%
L. C.	0,2%

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA A. C. NO ALGARVE

Já dissemos que mais de metade das paróquias da diocese não tem A. C. Neste momento interessa saber quais são as paróquias com A. C. O cartograma, que acompanha este estudo tem assinaladas todas as paróquias com A. C. ([8]).

Nele podemos verificar duas zonas muito extensas, onde a A. C. ainda não chegou. São as duas extremidades da diocese, que incluem as vigararias de Castro Marim, S. Brás de Alportel, Vila do Bispo e Lagos. Distribuindo a A. C. por vigararias, tem-se esta perspectiva:

1	Vigararia	**sem**	A. C.	—	Vila do Bispo
4	Vigararias	**com**	A. C.	—	numa só paróquia
3	»	»	»	—	em duas paróquias
3	»	»	»	—	em três paróquias
2	»	»	»	—	em quatro paróquias

As vigararias de Faro e Silves são as que apresentam um maior número de paróquias com A.C. As vigararias de Castro Marim, Lagos, S. Brás de Alportel e Portimão têm apenas uma paróquia com A. C.

Podemos também ver no cartograma duas regiões, como que dois blocos, onde a A. C. está mais concentrada. São formadas pelas paróquias que envolvem a cidade de Faro, até S. Brás de Alportel e Tavira, embora com uma ou outra lacuna e pelas paróquias mais ou menos vizinhas da cidade de Silves, estendendo-se mais para os lados de Algoz, até Loulé.

Pelo norte e sul desta zona também há lacunas. Poderíamos talvez encontrar aí dois centros de irradiação. Dum lado — Faro, onde estão as direcções diocesanas e onde quase todas as paróquias da região têm pároco. Doutro lado, a vigararia de Silves, em que a A. C. dos meios trabalhadores, sobretudo no meio rural, progrediu nos últimos anos. A zona serrana está quase toda sem A. C. Apenas uma quarta parte da sua extensão tem paróquias, onde, na vila ou povo, há A. C.

A região média e sobretudo a marítima apresenta uma grande descontinuidade. Das 31 paróquias, banhadas pelo mar, apenas 15 têm A. C.

Que nos diz a distribuição geográfica da A. C. assim, como viemos a observar?

---

(8) Nesta marcação, apenas utilizamos os dados fornecidos pela Junta Diocesana. Eles representam aquelas paróquias que este ano, mandaram as propostas para a Junta Diocesana.

Diz-nos que é talvez a *falta de clero* a principal razão porque nas vigararias de Castro Marim e de S. Brás de Alportel, Vila do Bispo e Lagos, não há quase nenhuma A. C. (9).

Também contribui para tal a *indiferença* religiosa que é um dos grandes males da diocese do Algarve, como dizia há pouco tempo o Assistente Diocesano da A. C. É sobretudo por estas razões que a A. C. não tem vingado, não obstante o trabalho de alguns párocos, os quais, no entanto, continuam a empregar muitas das suas energias, movidos pelo desejo de um dia nascer nas suas paróquias este movimento do Laicado Católico.

É na região média que está o maior número de freguesias com A.C. Uma ou outra a entremear não a tem. É mais fácil, por isso, que as primeiras influam nestas segundas.

O movimento de revitalização da A. C. no Algarve certamente dará os seus frutos e talvez, em breve, tenhamos a alegria de já não ver tantas lacunas sobretudo naquelas paróquias onde dificilmente se vê que não haja sequer uma secção.

Do que fica dito podemos tirar esta conclusão: Mais de metade do Algarve não recebe o influxo da A. C., pelo menos quanto à extensão do território e quanto ao número de paróquias.

Porém, se somarmos a população das paróquias com A. C., teremos um total de 207.000 pessoas.

Supondo que cada uma destas pessoas é actuada pela A. C., então é maior o número dos que recebem o seu influxo que dos que o não recebem.

Um outro ponto que se podia desenvolver, ainda ligado a este assunto, seria o da intensidade da A. C. nas várias paróquias. Não temos dados precisos para 1958 e por isso mesmo nos limitamos a fazer-lhe referência.

MOVIMENTO DA A. C. ALGARVIA NOS ÚLTIMOS ANOS

Só por si era assunto que, pela sua extraordinária importância, merecia um estudo mais pormenorizado. Limitar-me-ei a dar um conspecto geral, que nos permitirá auscultar qual tenha sido a linha de evolução da A. C. após 1953.

Nestas linhas encontrar-se-á resposta ao problema, apresentado no princípio deste artigo: que nos diz, para o presente e até certo ponto para o futuro, a vida da A. C. nos anos transactos? diz progresso ou decrescimento?

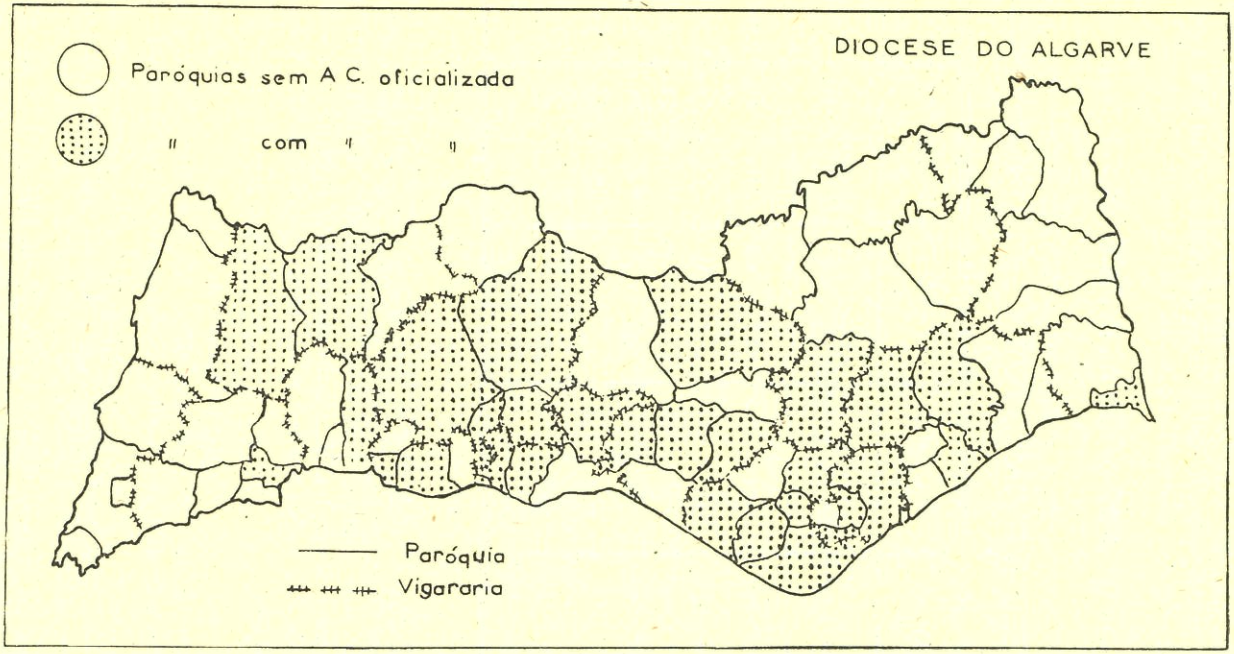
---

(9) Em Maio deste ano, o Senhor Bispo do Algarve publicou uma pastoral com o título «Problema de Clero no Algarve» em que apresenta um quadro estatístico referente ao Clero que havia em 1908, 1918 e 1959.

Em 1908, toda aquela zona que actualmente constitui as 4 vigararias, a que me refiro, tinham 22 sacerdotes que aí pastoreavam 24 paróquias, supondo que já nessa altura a divisão do território por paróquias era como hoje.

Possìvelmente, todas as paróquias estariam providas com pároco próprio e residente. Em 1918 já há menos 6 padres. Em 1959 há só 12 sacerdotes nas 24 paróquias. A média é, pois, de 1 sacerdote para 2 próquias. Destes 12 sacerdotes: 1 é pároco de 4 paróquias; outros 3 tem cada um a seu cuidado 3 paróquias. Em toda a diocese não há casos semelhantes. Destes 3 párocos, há um que tem a cura de almas numa área mais extensa que a das vigararias de Faro e Olhão juntas acrescendo o facto de aquela ser região montanhosa e estas não.

Por isso não admira o pouco progresso da A. C. nestas vigararias, por causa da falta de clero, da extensão das paróquias serranas e da dispersão da povoação pelos «montes».



MAPA DA A. C. NO ALGARVE EM 1959

A A. C. de hoje é consequência da do passado. Somos filhos dos que nos precederam e, por isso, temos aquilo que eles nos deram. De igual modo, o futuro está dependente de nós, da nossa fraca ou boa instrução e convicção, da nossa mais ou menos intensa dedicação e disponibilidade para todo o apostolado e portanto para o da A. C. Donde: importa conhecer o passado, para precaver o futuro.

QUADRO ESTATÍSTICO N.º 1

A. C. NO ALGARVE
E O SEU MOVIMENTO NOS ÚLTIMOS ANOS

	HOMENS		MULHERES		RAPAZES		RAPARIGAS		TOTAL	
	Filiados	Secções	Filiados	Secções	Filiados	Secções	Filiados	Secções	Filiados	Secções
1952/53	161	14	919	37	123	14	716	41	1919	106
1953/54	168	17	1078	37	147	18	808	37	2201	109
1954/55	177	19	1050	43	207	21	876	36	2310	119
1955/56	195	18	1034	43	207	21	716	33	2152	115
1956/57	194	18	896	34	186	11	899	30	2175	93
1957/58	203	21	922	32	186	16	614	28	1925	97

No quadro 1.º que acompanha este estudo mostra qual tem sido a linha de evolução. Imediatamente deparamos com esta realidade: não tem havido movimento uniforme, mas após um progresso, veio logo uma descida, quer no total de filiados, quer no total de secções. Mais em concreto. Até 1955 há uma evolução, cada vez mais acentuada. Em 2 anos houve um aumento de 391 associados e de 13 secções, pois em 1953 havia:

1919 associdos em
106 secções

e em 1955 havia

2310 associados em
119 secções

De 1955 até 1958 tem eliminado o número de filiados e de secções. Nos dois anos que seguiram a 1955 houve um decrescimento de 26 secções.

Entretanto verifiquemos que foi mais acentuado o decrescimento destes dois anos que o progresso de 1953 a 1955. Isto vê-se melhor no total das secções, que aumentaram com mais 13 e logo diminuiram 26, no espaço dos mesmos dois anos.

Este fenómeno não pode passar despercebido à vida da A. C., já porque são poucas as paróquias com A. C., já porque representa uma quebra na vida apostólica da Igreja no Algarve.

Contudo está ainda de pé o saber-se, sendo isso possível, qual o motivo porque em 1911 houve um nítido progresso. Talvez a resposta se encontre nesta linha. É que só pode fazer verdadeira e efectivamente A. C. o cristão que alia à boa vontade e à sua disponibilidade para Deus, o conhecimento das verdades cristãs. Mas é pela catequisação que vem ao homem o conhecimento das verdades da fé. Diz S. Paulo que a fé vem pela audição da palavra de Deus. E como poderá alguém ouvir essa palavra, se não houver quem a pregue? — afirma o Apóstolo.

Ora em 1954 houve, em cada paróquia do Algarve uma intensa missão, em ordem a uma autêntica preparação catequística e a uma vida cristã prática. Nossa Senhora de Fátima acompanhou essa missão. Foi óptima oportunidade para despertar muitas consciências e fazer nascer em algumas almas o novo ideal de tornar Cristo mais conhecido e amado pelos homens.

Certamente por isso, nasceram mais secções e mais associados se alistaram naquelas que já existiam. Esta razão explica de algum modo o progresso até 1955. Para o subsequente decrescimento o motivo estará numa escolha dos filiados? se houve tal escolha, ela apenas explica a diminuição de filiados. Então como explicar uma tal diminuição de secções? Seria a falta duma catequisação continuada e aprofundada?

O ano cujo estudo nos ocupa, 1950, apresenta, relativamente ao ano passado um pequeno aumento no número de secções. Não já assim quanto aos filiados. Enquanto a partir de 1955 o decrescimento foi de 385 associados, o que representa uma média de 96 pessoas por ano, entre os anos 1957 e 1958 a baixa foi de 250 filiados. Portanto o decrescimento em 1958 foi quase 3 vezes maior que a média dos últimos 4 anos.

O mesmo movimento regressivo verifica-se em cada um dos quatro organismos: agrário, escolares, independentes e operários. Mas dele falarei, quando em seguida abordar o estudo de cada sector.

● A ACÇÃO CATÓLICA NOS DIVERSOS SECTORES SOCIAIS

O número de associados e de secções em cada um dos 16 organismos especializadas existentes no Algarve, encontra-se especificado no quadro estatístico que segue.

Para uma apreciação mais concreta e precisa dos números que aí se indicam, vários elementos têm de ser tidos em conta. São eles: uma delimitação rigorosa dos meios e o ter elementos estatísticos adequados. Tudo isto é, por hoje, trabalho que ainda tem de ser feito. No entanto, com os dados que possuimos já se pode fazer uma ideia aproximada da penetração da A. C. nos diversos sectores sociais.

QUADRO ESTATÍSTICO N.º 2

A. C. NO ALGARVE EM 1957/58

ORGANISMOS		SECÇÕES	FILIADOS
AGRÁRIO	LAC	13	107
	LACF	16	466
	JAC	5	70
	JACF	8	231
	Total	**42**	**874**
ESCOLAR	LEC	1	10
	LECF	1	88
	JEC	2	76
	JECF	7	128
	Total	**11**	**302**
INDEPENDENTE . .	LIC	4	62
	LICF	5	131
	JIC	—	—
	JICF	3	26
	Total	**12**	**219**
OPERÁRIO	LOC	3	24
	LOCF	10	237
	JOC	9	40
	JOCF	10	229
	Total	**32**	**530**
	Total Geral	**97**	**1925**

1 — *Meio escolar.*

De entre todos os meios, que actualmente, no Algarve, está em maior evolução, é escolar. Criam-se escolas técnicas. Multiplicam-se os colégios. Todos os centros de

ensino funcionam repletos de estudantes. O nível cultural está em progresso. E como estará o nível espiritual? Referindo-nos à A. C. — como está ela no meio escolar?

No sector da juventude escolar católica estão inscritos 204 associados, em 9 secções, sendo

2 secções da J. E. C.
7 secções da J. E. C. F.

Só o liceu de Faro tem seguramente umas 5 vezes mais de alunos que toda a juventude escolar católica, masculina e feminina. Isto só mostra o muito que a A. C., neste meio, tem de caminhar.

Quanto ao movimento dos anos anteriores, as 9 secções (acima indicadas) representam um progresso relativamente ao ano anterior.

Em conjunto, a juventude escolar, tem permanecido estável, no ponto de vista da quantidade. À excepção de 1957 — em que há apenas 6 secções — o nível tem permanecido entre as 8 e 10 secções. Mais em pormenor, pode ver-se no quadro que segue:

1954 —	9	secções	com	286	filiados
1955 —	10	»	»	280	»
1956 —	8	»	»	288	»
1957 —	6	»	»	278	»
1958 —	9	»	»	204	»

Neste caminhar, a A.C. escolar está a perder terreno, porque não acompanha a evolução exterior neste meio. E incumbe-lhe, nesta hora, angariar forças para uma actuação mais intensa e mais extensa.

Para a Liga escolar não se põe com tanta acuidade o problema da evolução do seu meio. Em todo o caso é muito fraco o número de secções. São apenas 2, das quais uma é da L. E. C. e outra da L. E. C. F. Os associados são 98, sendo 10 da L. E. C.

2 — *Meio independente*

É um meio muito especial. Define-se bem na L.I.C.F., menos bem na J.I.C.F.. Define-se mal na L. I. C. e não chegou ainda a definir-se na J. I. C. (10).

Isso mesmo transparece nos números: No Algarve há:

5	secções	da	L. I. C. F.
3	»	»	J. I. C. F.
4	»	»	L. I. C.
0	»	»	J. I. C.

Comprova-o ainda a história da evolução da A. C. neste meio. Tem havido quase total uniformidade. Nunca houve J. I. C.. A L. I.C. F. esteve sempre mais de-

(10) Conferir o artigo citado — pág. 296.

senvolvida e atingiu o máximo de 7 secções em 1953. O total de secções tem sido 12, com um leve crescimento de 1 secção entre 1954 e 1956.

3 — *Meio operário*

É este, sem dúvida, o que está mais descristianizado. Na base deste fenómeno está, sem dúvida, o terrível efeito da luta entre o capitalismo e uma civilização de sub-alimentados — qual seja o da revolta diabólica contra tudo o que leva o nome de eclesiástico. Se essa luta, entre nós, não foi tão intensa, pelo menos criou-se uma mentalidade, que de algum modo, se reflete no pouco progresso da A. C. nos meios operários. Nela estão inscritos:

24 homens em 3 secções
40 rapazes em 9 secções

A indiferença religiosa, contra a qual a Igreja vai lutando e que no Algarve está infelizmente muito enraizada é resultado, em parte, dessa mentalidade que tem atingido mais os homens.

Entre as mulheres, a A. C. parece estar muito mais desenvolvida. Nela contam-se:

237 mulheres em 10 secções
e 229 raparigas em 10 secções

À primeira vista podemos ter a impressão dum grande desnível entre a A. C. de homens e a de mulheres, no meio operário. Mas o facto de haver mais associadas não diz que a A. C. das mulheres esteja muito desenvolvida, quando o número de secções é pequeno. Ora são 20 as secções de mulheres, enquanto as dos homens são 12.

O facto de haver muita gente numa secção, isso não lhe dá uma vitalidade maior do que aquela que pode haver uma secção com poucos filiados.

O meio operário conta com 530 associados e 32 secções. Em 1957, pelo que deduzimos dos dados fornecidos, nesse ano, pelas Direcções Gerais, só havia 17 paróquias com A.C. de operários. É pouco e representa apenas uma quarta parte no total das paróquias do Algarve.

Em 1957 — e pensamos que em 1958 o fenómeno é o mesmo — os organismos que atingiam os centros de maior população eram: a J.O.C.F. que existia nas 5 cidades e na maior parte das vilas; a L. O. C. F. que estava dividida por 4 cidades e duas vilas.

Os organismos masculinos actuavam numa extensão relativamente curta. Das 4 secções da J. O. C., em 1957, estavam duas em Faro, uma em Lagos e outra em Vila Real de Santo António.

Finalmente, à maneira de nota, queria focar dois problemas, perante os quais a A. C., tanto dos organismos agrários, como dos organismos operários não pode ficar inactiva.

O primeiro está vinculado a esses grupos de homens e de mulheres, rapazes e raparigas que em determinada época do ano se deslocam da serra algarvia para a monda de arroz nas regiões de Alcácer do Sal, sobretudo. São às centenas as pessoas que vão dos lados de Messines, S. Marcos, Alte e arredores. Muita dessa gente, sem

formação alguma, está sujeita aos inúmeros perigos da vida a que se submetem, na procura do pão do corpo. Por vezes provoca-se um desnível moral muito acentuado, que é fruto do meio e também da falta de formação cristã. A Acção Católica não pode ficar indiferente perante um problema desta natureza. Importa conquistá-los para que eles conquistem para Cristo aqueles com quem vivem no trabalho de cada dia.

O segundo é do mesmo género, mas não implica a saída do Algarve, como no primeiro.

Refiro-me às terras que atraem a si muita gente, por nelas haver maior possibilidade de encontrar trabalho, uma vez que o movimento fabril está aí mais desenvolvido. Centros, como Portimão e Olhão, tem muitas fábricas de conserva. De muitas povoações do Algarve acorre gente para lá, e até mesmo do Alentejo. As consequências morais são inevitáveis. Os motivos são, em geral, os mesmos, apontados em cima.

Os meios mais pequenos são, com facilidade, absorvidos pelos maiores e a influência destes chega mais depressa àqueles.

Conheço uma terra, donde uma grande parte das mulheres e raparigas e desloca para trabalhar nas fábricas de conservas. Nenhuma dessas pessoas está associada na A. C. nem noutra obra cristã da paróquia; e a sua formação religiosa é muito precária. Nos meios onde trabalham não são actuados de forma nenhuma pela A. C. que aí é também muito exígua. O campo está preparado para o poder das trevas poder agir como quiser, se A. C. do Algarve não tomar a dianteira. Deus chama. É a hora da A. C. Estes caminhos pouco andados esperam por alguém. Se a Igreja, o laicado católico não se faz guia destas gentes, outros luzeiros, outros mitos procurarão seduzi-las.

E não pensemos que a A. C. operária está a caminhar em franco progresso. No espaço dos últimos 5 anos diminuiu o número de secções: de 37 para 32 e o número de filiados: de 770 para 530.

4 — *Meio Agrário*

Neste meio, são melhores as perspectivas. Ele apresenta um desenvolvimento maior que o meio operário. Tem 873 filiados, em 42 secções, das quais:

13 são da L. A. C.
16 » » L. A. C. F.
5 » » J. A. C.
8 » » J. A. C. F.

A Acção Católica de adultos, está, neste meio, mais desenvolvida que a da juventude, como aliás se pode ver.

A diferença é mais acentuada entre os organismos masculinos e femininos. Aqueles têm 42,8% das secções e 25,4% dos associados.

Contudo, os organismos agrários apresentam um maior número de filiados e de secções que qualquer outro organismo, numa proporção de 45,4% de filiados e de 43,2% de secções relativamente ao total de associados e de secções da A. C. no Al-

garve. Mas, apesar disso, também nos organismos agrários se verifica um decrescimento a partir de 1955.

Diminuiu o número de secções de raparigs (12 para 8), dos rapazes (7 para 5), das mulheres (18 para 16). Sòmente houve um progresso neste ano passado nas secções de homens, as quais eram desde 1955 10 e agora são 13.

Também subiu o número de filiados entre os homens. Em 6 anos houve um aumento de 52 filiados, pois de 55 subiram para 107.

Este progresso, embora lento, tem sido uniforme...

Conclusão

Para concluir este pequeno relatório que tentámos elaborar, outra palavra mais autorizada não podia ser agora evocada senão aquela que o Senhor Bispo do Algarve escreveu em 1958, a respeito da A. C. no Algarve. Depois de fazer referência a alguns problemas da vida religiosa diocese, Sua Excelência Reverendíssima afirma. «Temos, porém, alguns indícios dolorosos que não queremos ocultar. E o primeiro é o da nossa Acção Católica, organizada na Diocese há mais de 20 anos. Nestes últimos tempos, assistimos a uma cristilização incompatível com a natureza apostólica do movimento. Nalguns sectores tem havido mesmo diminuição de número de filiados; queira Deus que seja um sinal de apuramento da qualidade.

As iniciativas lançadas para estimular o Movimento não tem sido coroadas daquele êxito que seria legítimo esperar...

Em geral, verificamos que as iniciativas lançadas muitas vezes a pedido dos próprios dirigentes dos movimentos apostólicos começam com entusiasmo, mas logo decaem.

Tudo isto revela muito espírito de comodismo; os nossos católicos queixam-se de que não têm tempo para o apostolado, e são incapazes de sacrificar um encontro no café ou uma partida de jogo. Falta-lhes a convicção apostólica que os leve a sentir os problemas dos seus irmãos e a tentarem dar-lhes a mão para os salvar.

Dizendo isto queremos pôr a salvo um pequenino número a quem faríamos injustiça aplicando as palavras que ficam ditas».

José Rosa

ELECTRICIDADE E LITURGIA

«Quae in casu, juxta decreta,
permissa quaeque vetita sunt»

É possível que algum leitor ficasse surpreendido com a estranheza deste título, pois todos sabemos que a electricidade, na igreja, não se pode empregar «ad cultum». Quer-nos parecer, todavia, que o assunto não tem sido encarado com o interesse que de facto merece. Daí todas as incompreensões.

Há mesmo quem se escandalize em virtude de a Igreja recusar entrada nos templos a um dos mais nobres inventos do homem, Ela que, em tempos idos, fàcilmente associava ao culto numerosos elementos naturais, chegando mesmo ao ponto de conceder a muitos deles uma eficácia sacramental. Por outro lado, tem-se feito, por vezes, uma interpretação demasiado rigorista desta posição da Igreja, julgando que ela condena certas aplicações da electricidade que de facto estão permitidas.

De qualquer maneira, há sempre lugar para lamentações já que todos reconhecem que a luz eléctrica oferece numerosas facilidades que seria irrazoável não aproveitar.

Além disso, estamos agora perante um facto consumado: bem ou mal, a electricidade entrou nos templos e terá de entrar ainda nas igrejas novas que se vão construir.

É pois realmente oportuno examinar sistemàticamente «*o que é que está proibido e o que é que está permitido segundo os Decretos da Santa Sé*» (*S. C. R.* 4322). Ao mesmo tempo, interessa conhecer a razão de ser das proibições para que se compreendam e respeitem mais fàcilmente.

Podemos reduzir a três as aplicações possíveis da electricidade nos templos:

1.º/ uma finalidade funcional (iluminação da arquitectura e dos fiéis)
2.º/ uma aplicação estética como elemento festivo
3.º/ uma utilização dinâmica como elemento que enquadra o desenrolar do culto e facilita a participação.

I — Iluminação funcional

Trata-se de iluminar o espaço interno da igreja, de maneira a permitir que ele facilite a criação dum ambiente comunitário.

Habitualmente não pode haver uma convivência de sentimentos comunitários, se não há luz que nos permita sentir os outros seres presentes no espaço. Mas não basta iluminar vários seres humanos para que se crie um ambiente de comunhão entre eles. É normalmente imprescindível que esses seres se reunam num espaço interno bem constituído o qual facilitará uma atmosfera de recolhimento e de concentração indispensável a toda a oração comunitária.

Ora é a luz que dá vida ao espaço interno. Ela é, juntamente com a cor, a *alma* do espaço arquitectónico. Levando até ao fim esta comparação seremos forçados a dizer que uma arquitectura fica morta se não tiver luz. Sem luz é inútil falar de espaço; e sem espaço não se pode falar de arquitectura.

Mas quando falta a luz do dia teremos de resignar-nos a perder este valor do espaço? Seria perda lamentável, pois a igreja não é feita para servir apenas de dia; e também de noite é vantajoso que o espaço exerça o seu poder de concentração. É portanto necessário criar de noite, uma iluminação artificial que *anime* a arquitectura e torne legível o espaço. O problema ganha ainda mais acuidade no caso de igrejas antigas, hoje desprovidas das primitivas entradas de luz em virtude de construções adventícias sobrepostas às janelas. (Foi o que aconteceu, por exemplo, com as duas naves laterais da Sé de Lisboa).



Em qualquer caso, não se trata — é claro — de reproduzir materialmente, com luz eléctrica, o feito da luz natural (1). Trata-se de empregar os meios artificiais, segundo suas leis próprias, em ordem a conservar na arqui-

(1) Isto, além de ser contrário aos princípios artísticos, seria tentar um impossível.

Foto 1 — **Igreja de Plaimpied (Cher — França)**

tectura, mesmo na falta de luz natural, os seus ritmos essenciais e o seu ambiente de mistério.

Como se vê, é grande a importância da iluminação funcional. Quantas vezes a maior parte das nossas igrejas não teriam mais vida e o culto mais esplendor se elas fossem iluminadas convenientemente.

Todavia, para não se contradizer a si mesma, a iluminação deve enquadrar-se na arquitectura, de maneira racional e homogénea. Por isso, dever-se-á atender ao seguinte:

1.º/ *Não pode ser apenas utilitária, iluminando sòmente o espaço em que há pessoas. É preciso tornar legível todo o espaço.*

2.º/ *Deve estar repartida hieràrquicamente, sendo mais forte no santuário que no corpo da igreja.* As modernas facilidades técnicas permitem esta gradação, de maneira satisfatória. Nalgumas igrejas em que o altar não está suficientemente hierarquizado, um emprego racional da electricidade pode corrigir o espaço e contribuir para fazer do altar o centro das atenções.

3.º/ *Deve ser suficientemente discreta para não atrair as atenções sobre si.* Por isso:

a) não deve haver focos luminosos intensos cuja vista ofusque os fiéis. Este escolho não pode ser evitado recorrendo a um emprego exclusivo e uniforme de luz indirecta, como se fez em parte, na Sé de Lisboa. O abuso e o mau uso da luz indirecta acaba por falsear mais ou menos o espaço: suprime miraculosamente todas as sombras e por isso desaparece o relevo, a animação de planos e consequentemente a vida dos volumes (2).

b) não pode ser excessivamente intensa nem repartida uniformemente — o que destruiria igualmente os volumes. Por vezes a indiscreção vai até ao ponto de se iluminarem os recantos mais escondidos e os mínimos pormenores arquitectónicos. Ora isto, além de estragar a alma do monumento (muitas vezes o encanto das igrejas antigas está nas relalações subtis entre a luz e a sombra) (3), prejudica a própria função material do templo: na medida em que a luz deixa de ser meio ao serviço do espaço, ela torna-se espectáculo mais ou menos folclórico e rouba as atenções que deveriam centrar-se no altar. Uma luz muito intensa ou mal estudada pode falsear também o jogo das cores que

(2) Em aplicação dos decretos da S. C. dos Ritos, o Em.º Cadreal Marchetti-Selvaggiani, Vigário de Roma publicou em 1932 algumas orientações para as igrejas romanas em que só permitia, ao redor do altar, lâmpadas de pequena intensidade e ainda assim com a condição de «os focos luminosos estarem completamente escondidos». «*Art Sacré*» nota que todas estas prescrições «segundo as quais é preciso esconder os focos luminosos datam duma época em que as lâmpadas de forte intensidade eram sempre ofuscantes». Hoje dispomos de lâmpadas fortes que não ofuscam as pessoas. Ainda a propósito destas prescrições — e seja dito duma vez para sempre — a revista lembra que elas «não obrigam como tais senão em Roma; mas enquanto exprimem o espírito e aplicam a letra das prescrições gerais, litúrgicas e canónicas, estas regras constituem, pelo menos, uma indicação que ninguém pode desprezar sem faltar ao respeito devido às coisas santas e sem pôr em perigo a seriedade e a majestade do nosso culto» (n.º 1-2 de 1957, pág. 23).

(3) Le Corbusier define a arquitectura como sendo o «jogo de volumes sob a luz».

não é menos importante que o dos volumes, sobretudo nas igrejas dos últimos quatro séculos.

Como exemplo, deveras modelar, apresentamos a ifreja francesa de **Plaimpied** (Cher). A julgar pela fotografia, só é pena que a luz do santuário seja demasiado intensa.

Na **igreja da Vitória** (Lisboa) já foi executado parcialmente um projecto de iluminação que nos parece bem estruturado. Esta igreja não tem grandes exigências arquitectónicas, mas é, apesar de tudo, um espaço agradável. Na iluminação, teve-se mais em conta a comodidade da assembleia do que o enriquecimento do espaço. No entanto o conjunto, não sendo excepcional, é bastante satisfatório. A capela-mor deveria sobressair mais para ser o foco da iluminação e anular o aspecto um pouco teatral da iluminação do trono.

Do que fica exposto, podemos deduzir que a iluminação de ambiência, mais que qualquer outra, não deve montar-se sem um trabalho de colaboração entre arquitecto e técnico electricista, sob pena de correr graves riscos. Ainda assim, terá de haver todo o cuidado em evitar as fantasias gratuitas e os efeitos teatrais, que desdizem da dignidade da casa de Deus.

Na construção de igrejas novas, como no restauro de antigas, há que dar mais



Foto 2 — **Igreja da Vitória — Lisboa** (Instalação da Empresa Eléctrica «D. Moura» — Lisboa

importância à iluminação artificial. Sobretudo nestas últimas, a luz eléctrica pode ser um importante elemento de valorização (ou de enriquecimento) que as tornará mais adaptadas à sensibilidade moderna.

★

Além da iluminação difusa, que nem sempre basta para a leitura, é necessário prever um dispositivo prático e simples que ilumine os fiéis directamente.

Não deve haver receio de empregar honestamente a luz eléctrica, sem a disfarçar em lustres antigos, falsos círios etc., como ainda hoje se vê em muitas igrejas. Detestável também o emprego de lâmpadas com a forma de velas ou lâmpadas em vez de adoptar um desenho despretencioso e prático, que satisfaça lògicamente a função.

Antigamente os cristãos usavam a luz mais como símbolo de Cristo e sinal de alegria. O emprego exclusivamente utilitário só mais tarde veio a ser preciso. Mas nem por isso se deve descurar, mesmo em igrejas antigas. É precisamente nestas que a sua necessidade é mais urgente: como atrás deixámos dito, em muitas delas não há luz suficiente para a leitura, não só por terem sido fechadas (nalguns casos) as primitivas entradas de luz, mas sobretudo porque os construtores medievais não pensaram que o povo havia de ter necessidade e possibilidade de ler.

II — Iluminação festiva

A iluminação difusa, por mais perfeita que seja, não é suficiente. É preciso dar à igreja um ambiente de alegria, um carácter festivo. Os pequenos pontos luminosos que, desde a mais alta antiguidade cristã, se espalham ao longo da igreja, têm precisamente esta finalidade.

Nas vigílias dominicais, sobretudo da Páscoa e do Pentecostes, nas festas dos grandes mártires e noutras manifestações de culto cristão, a luz dos círios postos à volta do altar ou sobre os «cibórios» dos mesmos, os candelabros e as lâmpadas de azeite ao longo da nave e do coro, os lustres dependurados do tecto e as velas nas mãos dos fiéis e também a cintura de luz que cercava o santuário formada por círios postos sobre tábuas que uniam entre si as colunas dos arcos — tudo isto dava ao templo um ambiente de alegria muito próprio das festas celebradas (4).

Eusébio diz que, na Vigília Pascal, era tão grande o número de círios dentro da igreja que a «noite ficava transformada em dia». E a nossa Itéria na *Peregrinatio ad loca sancta* diz-nos que no ofício do «Lucernarium» a igreja ficava cheia duma

---

(4) Já os *Actos dos Apóstolos* relatam que na Vigília presidida por S. Paulo em Tróade, para a «fracção do pão»... «havia muitíssimas lâmpadas na sala» (XX, 8).

Desde os primeiros tempos as reuniões cristãs eram alumiadas por um grande candelabro, à maneira romana (cfr. a propósito, a calúnia que Minúcio Félix refuta no *Octávio*).

No séc. IV, a basílica de Cirta (Constantina) conforme se vê pelo inventário, possuía: 7 lâmpadas de prata, 2 candelabros grandes e 7 pequenos com numerosos recipientes para queimar azeite, 11 lâmpadas de bronze.

Ainda no séc. IV, sabemos pelo *Liber Pontificalis* que Constantino doara à basílica de

«luz infinita» produzida por velas e candelabros. S. Paulino de Nola deleita-se a descrever a iluminação da sua catedral em estrofes entusiasmadas. E Lactâncio deixou-nos estes versos não menos significativos:

«Pendent nobilibus lumina funibus
Quae suffixa micant per laquearia
Et de languidilis fota natantibus
Lucem perspicuo flamma iacit vitro»

Tavez tenhamos razão para ficarmos envergonhados por não conseguirmos com as estupendas facilidades modernas o que os antigos atingiam com tão grande pobreza de recursos. A maneira pragmática e fria como as nossas igrejas são iluminadas (quando o são) e sobretudo o mau gosto que reina neste campo e a dificuldade que nós sentimos em alcançar um pouco desse efeito festivo (embora tenhamos meios mais eficazes), mostram bem quanto estamos longe daquela visão poética das coisas. É claro que se tem de condenar toda essa desordenada multiplicidade de lâmpadas e lustres que transformam a igreja num salão de baile ou numa barraca de circo. O ambiente festivo só é legítimo (só tem lugar dentro da igreja), se ajuda a rezar melhor. Portanto os pontos luminosos não deverão ser permitidos nestes três casos:

1 — *Quando vêm destruir outros valores que, além de serem tradicionais, se inserem melhor nos actos litúrgicos.*

2 — *Quando atraem sobre si a atenção dos fiéis, em virtude de serem demasiado indiscretos.*

3 — *Quando a sua aplicação não respeita a santidade do lugar e do culto.*

Por isso, a Sagrada Congregação dos Ritos, ao dar ao Ordinário poder de permitir a electricidade «para dissipar as trevas e iluminar as igrejas com mais esplendor», é rigorosa quanto a estas três condições:

1 — A electricidade não pode servir imediatamente ao culto como tal: «non ad cultum».

2 — Mesmo nos usos permitidos «evite-se todo o efeito teatral».

3 — «Respeite-se sempre a gravidade que convém à santidade do lugar e à dignidade da Liturgia Sagrada».

Examinemos mais de perto cada uma destas restrições para sabermos «*o que no caso está permitido e o que está proibido* segundo os Decretos».

Latrão este espantoso aparelho luminoso: 4 coroas, cada uma com 20 lâmpadas de oiro; 1 lustre com 50 lâmpadas dependurado do tecto (da nave); outro lustre com 80 lâmpadas dependurado em frente do altar; outro grande lustre com 120 lâmpadas. Além disto, o generoso imperador dera outros 169 pequenos lustres e também numerosos candelabros, num total de 8.730 lâmpadas! Para fazer frente à despesa da alimentação de tantas lâmpadas, dotara Constantino a mesma basílica com uma renda proporcionada.

1.º) *NON AD CULTUM*

Proibe-se que a electricidade substitua as velas de cera e as lâmpadas de azeite prescritas no culto. Para vermos melhor a razão de ser e o alcance desta proibição, convém examinar, desde já, qual a função da luz durante os ofícios litúrgicos.

Embora seja inegável a função utilitária da luz é històricamente certo, (como diz D. Leclercq) que «o uso de luzes não teve, mesmo nas origens, uma finalidade puramente utilitária». Quais serão então as finalidades da luz nos ofícios divinos?

A) A LUZ-LUME TEM UM VALOR CULTUAL. A liturgia da Roma pagã usava muito a luz em honra dos deuses (5). Os Romanos, como todos os povos antigos achavam que a luz era própria dos deuses e por isso acendiam velas e archotes diante das suas estátuas, não evidentemente para os iluminar, mas em sinal de veneração. Talvez por isso veio a ser largamente utilizado no culto ao imperador (6). A pouco e pouco foi-se esvaziando do conteúdo religioso, mas ficou sendo sempre, durante o séc. II e III, uma das prerrogativas exclusivas do imperador, que se fazia preceder

---

(5) Apúlio, descrevendo a procissão da festa de Ceres, diz que «numerosa multidão de um e outro sexo levava lâmpadas, tochas, círios e outras espécies de lampadários».

(6) Assim se explica que alguns cristãos considerassem suspeito de superstição o uso litúrgico das velas. Lactâncio ridiculariza os pagãos que as usam no culto: «se os deuses precisam de luzes terrestres, é uma prova de que eles são terrestres e não divinos». E o concílio de Elvira excomunga aqueles que acendem círios de dia nos cemitérios cristãos «porque não se devem incomodar os espíritos dos santos» (cân. 34).

A) Todavia já desde o começo do séc. III (como atestam numerosos monumentos funerários) os círios eram utilizados para prestar CULTO AOS MÁRTIRES. Estes aparecem várias vezes ladeados de 2 círios, à maneira do que se fazia na terra aos dignatários da corte. S. Jerónimo (342-420) virá explicar mais tarde que estas luzes se usavam «para significar que os santos morreram iluminados com a luz da fé e que, na pátria celeste, resplandecem com a luz da glória.» S. Jerónimo faz-se eco duma interpretação simbólica que lhe era evidentemente anterior. O simbolismo podia aplicar-se com igual verdade aos santos não mártires e até aos simples cristãos que passavam para a outra vida.

B) De facto, já no FUNERAL de Constantino († 337), segundo conta Eusébio, «as luzes, acesas a toda a volta (de féretro) sobre candelabros, ofereciam à vista um espectáculo admirável. como nenhum mortal jamais vira desde o começo do mundo». E mais tarde, no funeral de S. Germano de Auxerre († 447) conta um cronista coevo que «a multidão das luzes ofuscava, com seu brilho, os próprios raios do sol». Merece referência a este propósito o testemunho de S. João Crisóstomo († 407): «Para quê esses fachos acesos nos funerais dos cristãos, esses hinos que a Igreja faz ecoar? Não são para honrar a Deus e dar-lhe graças por ter coroado um vencedor que terminou seus combates, por ter associado a si um herói já livre de todas as angústias?» Ao ler esta passagem de S. João Crisóstomo, vem-nos logo à memória o triunfo de Mário relatado por Cícero: «Estes sucessos valeram-lhe grandes honrarias. Em todos os bairros da cidade levantam-lhe estátuas e queimam incenso e círios diante delas. Que digo eu? Jamais um mortal foi tão querido à multidão».

C) Do uso das lâmpadas e círios no culto dos Santos e nos funerais cristãos passou-se natural para o seu emprego no CULTO DAS RELÍQUIAS. Documentos do séc. V falam-nos de lâmpadas de azeite diante dos «martyria» (ou «confissões») no Oriente e no norte de África. No séc. VI vemos generalizado esse costume em Roma, no Egipto e nas Gálias.

(Sobre o uso das luzes para marcar a PRESENÇA EUCARÍSTICA, ver a nota 8).

de luz-lume e incenso nas grandes entradas solenes (7). Desta distinção honorífica participam mais tarde os altos dignitários imperiais, entre os quais, depois de Constantino figuram também os Bispos. Na procissão de entrada para os ofícios solenes o Bispo começou a ser precedido por 7 ceroferários. Quando o cortejo chegava ao coro, os círios eram postos, «in pavimento» à direita e à esquerda do altar, donde os acólitos os tiravam depois para irem ao ambão, acompanhar o diácono durante a leitura do Evangelho. Era uma honra imperial prestada ao Livro Santo que era tido como sinal do próprio Cristo (Conta S. Cirilo que o Concílio de Éfeso foi presidido pelo Livro dos Evangelhos posto sobre um trono, em representação de Cristo). No séc. XI, o simples sacerdote que presidia às solenidades começou a ser tratado como um Bispo. Entre os privilégios que então adquiriu figura este de ser precedido por sete ceroferários na procissão de entrada.

É interessante notar que foram precisamente estes mesmos círios que, por volta do séc. XI, subiram para cima do altar.

A evolução deu-se da seguinte maneira: Primitivamente não se punha nada sobre o altar, porque além de ser muito venerado, era pequeníssimo. No séc. VII, começaram a pôr-se sobre o altar as relíquias dos mártires que se honravam na igreja. O Papa S. Leão IV, (847-855), como aliás o Concílio de Reims (Séc. IX) e Ratério de Verona (†974) proibem que se coloque alguma coisa sobre o altar além do Evangelho e das relíquias. No séc. XI, começaram a pôr-se os cofres das relíquias, e logo depois as imagens dos santos, tábuas com quadros, o crucifixo e também os candelabros que os ceroferários traziam na procissão de entrada.

Como a procissão foi sendo suprimida, no Séc. XII os círios são postos no altar antes de começar a missa e retirados no fim para a sacristia. Em muitos lugares, em vez de os retirarem para a sacristia, deixavam-nos detrás do altar. Não tardou muito que eles ficassem permanentemente sobre o altar, como nos diz Inocêncio III (†1203). Durante os Séc. XIV e XV generaliza-se o costume, mas no Séc. XVI e XVII algumas catedrais e colegiadas ainda são fiéis ao costume antigo de os colocarem «in pavimento» aos lados do altar. Chartres parece nunca ter interrompido este costume até aos nossos dias.

Não é de admirar que a Santa Sé, tendo em conta as missas «versus populum» e o crescente respeito pelo valor simbólico e litúrgico do altar, venha a permitir o costume antigo, de resto mais nobre em si mesmo e mais de acordo com a sensibilidade actual.

Em conclusão: *de rito honorífico à pessoa do celebrante, a luz tornou-se um rito honorífico do Santo Evangelho e depois uma honra ao altar e ao mistério que nele é celebrado* (8).

---

(7) O costume manteve-se na praxe da corte de Bizâncio e nalgumas cortes cristãs do Ocidente. Em plena Idade Média, Ricardo Coração de Leão utilizava ainda este cerimonial.

(8) O uso de luzes para assinalar a PRESENÇA EUCARÍSTICA teve origem no séc. XI, quando se começaram a colocar velas diante dos *Pre-santificados* no ofício de Sexta-feira Santa. Generalizou-se em breve a todo o culto eucarístico em virtude da reacção suscitada contra as afirmações de Berengário (1046).

No séc. XII o Sagrado Viático é precedido por um círio quando levado aos doentes.

No séc. XIII generaliza-se o costume de colocar um lampadário honorífico diante dos ar-

É evidente que a electricidade nunca pode substituir esta função não só por haver nela apenas luz (e não lume) mas sobretudo porque a maneira como o círio ganhou este valor cultual deu-lhe um peso tradicional que se não pode desprezar.

B) A LUZ-LUME TEM UMA FUNÇÃO SIMBÓLICA. Além do valor cultual que a luz trouxe dos usos pagãos, ela ganhou no Cristianismo um outro valor inteiramente novo: tornou-se símbolo do próprio Deus no meio dos homens. Para os cristãos. «Deus é Luz» (I. João I, 5) e «habita numa luz inacessível»; Cristo é a «Luz do mundo». (João VIII, 12) a «Luz verdadeira que ilumina todo o homem vindo a este mundo». O círio, a lâmpada, o archote que se consomem para darem luz e calor estão particularmente indicados para simbolizar Aquele que, para tornar-se «Luz do mundo» se aniquilou totalmente a Si mesmo. Este simbolismo é hoje mais evidente na Liturgia da Vigília Pascal. Ao preparar o círio, o celebrante diz: «Cristo, hoje e ontem, princípio e fim, alfa e omega...» E ao acendê-lo com lume novo, arrancado ali à pederneira diz: «Que a luz de Cristo que ressuscita gloriosamente dissipe as trevas do coração e da alma. Depois, no louvor do círio, no soleníssimo precónio pascal louva-se afinal N. S. Jesus Cristo «que desfez as trevas dos nossos pecados com a graça da sua luz» (Ordo da Semana Santa).

Mas o círio, no Cristianismo, assume um outro valor que os pagãos nem podiam sonhar. Os pagãos ainda adivinharam que Deus é luz, mas nunca podiam pensar que nós seriamos «filhos da luz», nunca podiam conceber que a luz divina se acenderia também no coração dos homens. Ora nós, cristãos, participantes da natureza divina, somos «filhos da Luz» e temos a obrigação de nos «portarmos como filhos da Luz». (I João) O círio a gastar-se sobre o altar, «é também símbolo do cristão diante de Deus: disponibilidade generosa que aceita consumir-se na presença do Senhor, irradiando luz e calor (i. é, fé e caridade). Lembra-nos ainda que somos fachos acesos pelo Espírito Santo, que não devemos pôr-nos debaixo do alqueire mas devemos consumir-nos para atear noutros homens novos focos de luz.

A luz do círio é também sinal da fé. Ao vê-lo arder sobre o altar, conforta-se a nossa alma: é a esperança de que a luz, recebida no Baptismo vai desabrochar um dia numa outra Luz eterna (9) quando tivermos percorrido plenamente o caminho da vida, guiados por Cristo, a «Luz verdadeira que vindo ao mundo ilumina todo o homem (João 1/9).

É claro que, para simbolizar Cristo que se imola ou o cristão que se consome também em amor a Deus e aos irmãos, a Luz do círio e da lâmpada é mais indicada que a energia eléctrica. A Igreja deseja continuar a usar este meio pobre mas belo «para conservar **a significação simbólica da nossa fé e caridade** e a **visível**

---

mários eucarísticos. O Concílio de Worcester (1240) parece ser o primeiro a tornar este uso obrigatório: «ao menos nas igrejas que têm recursos abundantes, deve arder uma lâmpada, dia e noite, diante do penhor da nossa redenção». No séc. XVI esta disciplina é tornada rigorosamente obrigatória, em virtude dos novos erros que surgiram, mas desta vez as luzes passaram a pôr-se à frente do altar-mor, tornado desde então trono do Santíssimo Sacramento.

(9) Ver a frase de S. Jerónimo citada na nota 6.

destruição da matéria, como convém à índole do culto. (A. A. S. 1942, 112) [10]). Por isso a electricidade nunca poderá substituir a luz da cera e do azeite quando empregados na sua função simbólica.

Assim se compreendem plenamente as restrições feitas pela Igreja ao uso da luz eléctrica nos ofícios litúrgicos. Para um espírito profano, estas proibições seriam interpretadas como um medievalismo supersticioso e retrógrado, que não se abre às facilidades do progresso. Isto seria verdade se os círios e lâmpadas estivessem na igreja para iluminar, pois é evidente que a electricidade ilumina melhor. Mas a maneira como as velas foram introduzidas no culto mostram-nos que elas são um elemento mais simbólico do que utilitário. Ainda hoje isto é evidente, porque são exigidas na celebração da Missa em pleno dia mesmo que se trate duma missa campal. E o *Cerimonial dos Bispos,* quando fala nos lampadários da igreja nem sequer refere a sua função prática: «Deve haver, nas igrejas, lâmpadas em número ímpar,

---

(10) Antigamente estas luzes eram alimentadas com várias substâncias materiais, até mesmo com ramos de algumas árvores e com gorduras.

Qual a causa da predilecção da Igreja pelo azeite e pela cera, entre todos os elementos naturais?

O **azeite** é o elemento usado nas «crismações» para simbolizar a unção dos dons do Espírito Santo que iluminam espiritualmente a nossa alma. Por isso não é para admirar que a Igreja sempre lhe tivesse dado preferência para a iluminação honorífica das basílicas, das relíquias, das imagens e da Sagrada Reserva. Para S. Agostinho († 430) o azeite e o fogo simbolizam o Espírito Santo. «Que simboliza o fogo? Simboliza o crisma. O azeite é de facto o sacramento do Espírito Santo, nosso fogo»... «O Espírito Santo descerá no dia de Pentecostes. E como virá? À maneira de fogo, pois que Ele se mostrou sob a forma de línguas de fogo. Honório de Autun, no séc. XII ainda pensava da mesma maneira: «a igreja é iluminada contìnuamente pela luz da lâmpada como a Santa Igreja de Deus é sempre iluminada com a luz do Espírito Santo».

O uso da **cera de abelha** é também uma tradição antiquíssima com um rico valor simbólico. A virgindade das abelhas era muito admirada pelos antigos. S. Ambrósio († 396) afirma a propósito: «Todas elas guardam a integridade virginal dos seus corpos, e o seu nascimento é virginal... As virgens são dignas

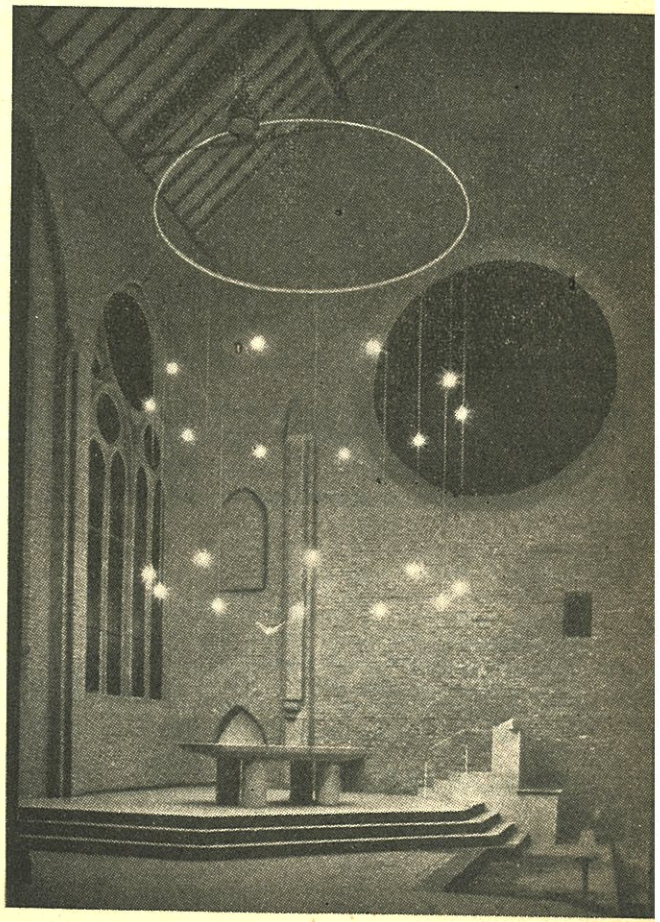


Foto 3 — **Igreja dos Franciscanos de Colónia**

não só por preocupação de culto e ornamento, mas também por causa do seu significado místico».

Alguns decretos da Sagrada Congregação dos Ritos têm concretizado o princípio do uso «non ad cultum». Assim, PROIBE-SE:

a) Substituir por lâmpadas eléctricas, os círios e lâmpadas de azeite que as leis litúrgicas e canónicas prescrevem, no altar ou fora dele, para a celebração da Missa e para o culto do Santíssimo Sacramento e das relíquias. (Dcr. 4097, 4206, 4322)

b) Acrescentar (11) lâmpadas eléctricas entre os círios na banqueta (Decr. 4097, 4206) mesmo postas sobre os vasos das flores (Decr. 4210, 4322) sobretudo se são de várias cores.

c) Colocar lâmpadas sobre a mesa do altar. (Decr. 4097)

d) No culto do SS. é proibido iluminar interiormente os tabernáculos e baldaquinos. (Decr. 4275, 4322)

e) Pôr lâmpadas «junto dos nichos dos Santos que estão colocados na parede por cima do altar». (nichos, trono etc.) Decr. 4322) ou diante de outras imagens (especialmente da Santa Face do Senhor) se estão a ser veneradas por grande concurso de povo.

f) Empregar electricidade, em vez de cera, diante das cruzes das igrejas consagradas, no dia aniversário da consagração.

C) A LUZ TEM UM FIM FESTIVO. Além do valor directamente cultual e do valor simbólico que fazem com que a luz entre no próprio culto, ela tem ainda uma finalidade psicológica que o acompanha extrìnsecamente: manifesta e intensifica o ambiente de alegria que anima a comunidade cristã, por altura das grandes festas.

---

de comparar-se às abelhas. Como elas são corajosas, pudicas, castas. Alimentam-se do orvalho do céu, não conhecem marido e produzem o mel». Os Liturgistas da Idade Médio haviam de desenvolver ainda mais o simbolismo. Hugo de S. Vítor († 1141) diz assim: «O círio de cera é Cristo. Porque no círio há três coisas: a cera, a mecha e a chama. A cera é aquela carne que, por obra do Espírito Santo e sem união carnal, nasceu da Virgem; a mecha coberta de cera é a alma de Cristo revestida da carne; o fogo que brilha é a própria divindade». Este simbolismo chegou a ser cantado na própria Liturgia pascal. O *Exsultet* do Sacramentário Galicano entre outros elogios que faz às abelhas, louva-as porque «apesar da pequenez do seu corpo, trazem num peito estreito uma grande alma»: «...ó abelhas admiráveis e verdadeiramente bem-aventuradas, cuja virgindade nunca foi violada e é fecunda apesar de casta! É assim que Maria, a criatura mais santa de todas, concebe; é assim que dá à luz, sendo virgem, e Virgem ficou sempre».

Numa época racionalista como a nossa, sentimos vontade de sorrir por vezes a esta simplicidade e singeleza que são fruto afinal duma visão poética das coisas. Mas a Igreja, que todos os dias lida com realidades simbólicas, deseja manter todos os valores que os seus filhos ao longo dos tempos foram descobrindo, desde que eles continuem válidos. Parece ser este o caso. Se nos sorrimos com ele, talvez que a falta esteja do nosso lado.

(11) Como elemento festivo seria redundante no altar; como valor simbólico não só é inútil, mas é mesmo prejudicial: fàcilmente pode ofuscar ou cair em espectáculo chamando sobre si a atenção que deveria ir para o altar. Sobretudo fàcilmente inutiliza o efeito misterioso e poético da luz da vela, abafando-o com o brilho da luz eléctrica. Além disso, dada a facilidade do seu emprego, em breve viria a tentação de substituir, por lâmpadas as próprias velas obrigatórias, caindo-se desta maneira, debaixo da proibição da alínea *a*).

Este efeito é conhecido desde a mais alta antiguidade e consegue-se pela multiplicação de pequenos pontos luminosos dispostos ordenadamente. Antigamente isto era alcançado com o emprego de velas e lâmpadas de azeite, como acontecia em Latrão. S. Jerónimo, respondendo a um certo Vigilâncio que se insurgia racionalistamente contra o uso de círios durante o dia deixou-nos este testemunho precioso: «em todo o Oriente, acendem-se círios para a leitura do Evangelho, quando o sol está a brilhar, não para afugentar as trevas mas em sinal de alegria» (12).

Este valor festivo da luz baseia-se no ponto luminoso como tal e não no conteúdo simbólico que possa ter a maneira como ela é criada e mantida. Por isso, nada obsta a que se procure o mesmo efeito com o emprego de lâmpadas eléctricas; antes pelo contrário, teremos assim maiores facilidades.

Mas são de condenar todas as aplicações menos dignas da electricidade para este fim. É de rejeitar toda essa floração de lustres e lampadazinhas que darão talvez um ambiente de arraial, mas não um ambiente de festa digna e serena. Muita coisa está errada neste campo, muita coisa se tem de mudar.

Todavia é razoável esperar que uma piedade mais bem formada e uma progressiva educação do bom gosto do clero e do povo permitam utilizar as enormes facilidades da electricidade para dar aos templos cristãos aquele ambiente de alegria e de festa que lhe competem, sem atentar contra a nobreza, a dignidade e a paz da casa de Deus. Algumas realizações modernas, como a **Igreja dos Franciscanos de Colónia** fundamentam as nossas esperanças. Só é para desejar que se repitam estas experiências por toda a parte, com a condição de serem levadas a cabo por um autêntico artista que trabalha debaixo das orientações litúrgicas e canónicas, seja dotado de imaginação e tenha a humildade e a prudência de experimentar pacientemente cada caso concreto, antes de se conformar com a solução definitiva.

Utilize-se a electricidade segundo as suas leis próprias. Dar às lâmpadas eléctricas a forma de velas é uma falsidade; inseri-las em lâmpadas de azeite ou castiçais antigos é um anacronismo. Haja lógica no desenho dos dispositivos.

Que a iluminação festiva seja digna, mas não redundante. Os tempos modernos cultivam a simplicidade e ela convém à casa de Deus.

O Santuário deve ser mais rico em iluminação festiva, pois ele é o coração da igreja, mas haverá todo o cuidado em evitar que as luzes aí postas encadeiem a vista dos que estão a seguir as cerimónias. Por isso dever-se-ão usar lâmpadas não ofuscantes.

O Pontifical dos Bispos falando das antigas lâmpadas de azeite, sugeria que elas fossem dependuradas do baldaquino, para não atravancarem o Santuário. Na igreja de Santa Ana de Saint-Nazaire (Paris), o próprio baldaquino é constituído ùnicamente pelas lâmpadas e seus projectores metálicos. E o efeito parece agradável.

Em qualquer caso, convém que o dispositivo da lâmpada tenha uma forma cuidada e se evitem sempre os empregos em série.

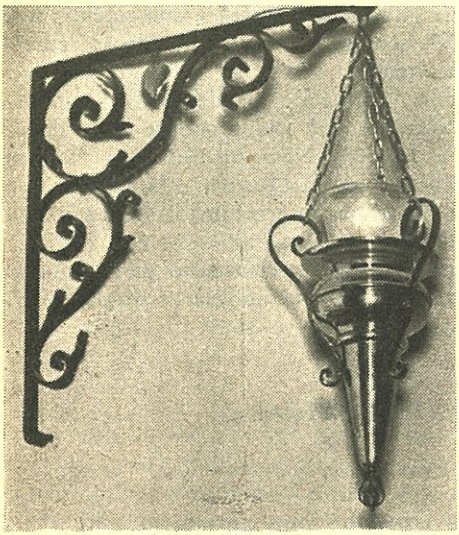
Nem todos os dias se devem acender as lâmpadas todas, pela razão simples de que os dias não são todos igualmente festivos. Uma instalação bem cuidada deve

---

(12) Pelo que dissemos atrás, já sabemos que, neste caso concreto da leitura do Evangelho, a luz tem também uma função honorífica que S. Jerónimo não julgou oportuno referir.

prever a possibilidade de se acenderem só algumas lâmpadas nas festas menores, deixando o uso conjunto completo apenas para as grandes solenidades.

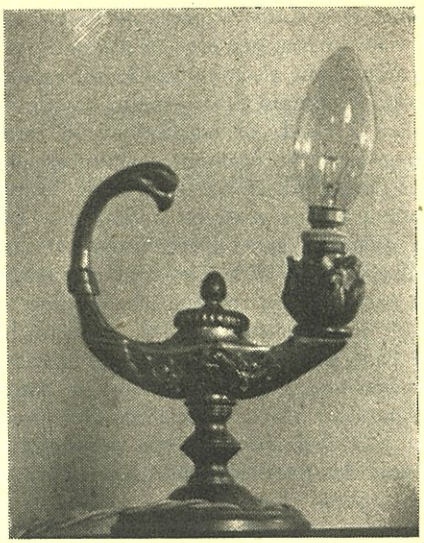
Sabemos que há-de haver quem se escandalize pensando que estamos a aconselhar coisas proibidas. Não vale a pena in-



2 — Uma lamparina de azeite? Parece mas não é.

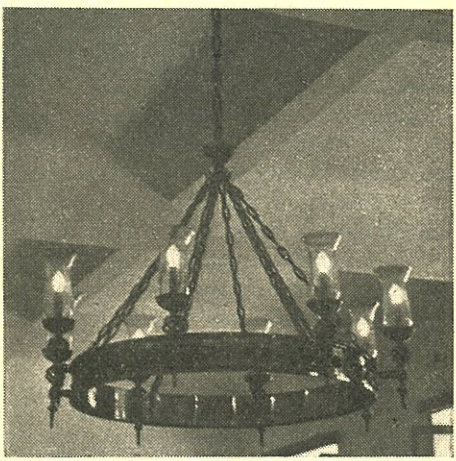
ventar mais proibições, além daquelas que a autoridade eclesiástica julga dever fazer. Evitando cair nos erros proibidos, e tendo em conta as linhas de orientação traçadas, nada impede que a luz eléctrica seja usada como elemento festivo. A Igreja permite-a, na prática, dentro da própria basílica de S. Pedro (infelizmente imitando velas).

E também a permite expressamente: já vimos como o decreto n.º 3859 permite a electricidade a juízo do Ordinário «para aumentar o esplendor da iluminação» (a pompa externa). O decreto 4322, depois de esclarecer o alcance das proibições anteriores, conclui: «*Nos outros lu-*



1 — A electricidade vestida à moda romana.

O QUE SE NÃO DEVE FAZER



3 — Candeeiros de petróleo? Velas de cera? Não; umas coisas com electricidade.

gares da Igreja e nos outros casos, permite-se a luz eléctrica, a prudente juízo do Ordinário. E o Card. Vigário de Roma, usando desta permissão, prevê uma «iluminação extraordinária, por ocasião das grandes solenidades, feita à base de lâmpadas eléctricas, contanto que a sua aplicsação corresponda inteiramente às exigências artísticas, à dignidade do templo e ao respeito devido ao culto sagrado» (art. 9).

O Card. Selvaggiani só se refere a «grandes solenidades», porque estas em 1932 eram pràticamente as únicas aplicações da iluminação festiva. O Cardeal apenas torna oficial na diocese de Roma uma situação de facto, mas não nega nem aprova outras possíveis aplicações. Dado o carácter permanente do ambiente festivo da igreja» («beata facis visio», antecâmara da Jerusalém Celeste) é sumamente aconselhável que, ao menos algumas lâmpadas, possam ser acesas em todas as reuniões da comunidade, em que não domine a cor penitencial.

É evidente que este problema melindroso não pode ser deixado à inspiração de cada particular. A S. Congregação dos Ritos submete «ao prudente juízo do Ordinário» cada uma das soluções concretas a adoptar. Nem haveria outra maneira de garantir a observância dos Decretos e dos princípios da Liturgia e da arte.

O Ordinário, por sua vez, agirá normalmente por intermédio da Comissão Diocesana de Arte Sacra que deve existir em cada diocese (13).

Serão permitidas as aplicações não litúrgicas da electricidade para aumentar a «pompa externa» ou o «esplendor» festivo, *sòmente quando se respeitem as outras duas condições, que passamos a estudar.*

2.º) *EVITAR O EFEITO TEATRAL*

Uma luz indiscreta desvia a atenção dos fiéis e prejudica o culto, mesmo quando empregada artìsticamente. Todos os elementos que entram no culto (palavras, gestos, canto, luz) são apenas meios ao serviço do mesmo culto. Não têm ali sentido como fins em si mesmos. S. Em.ª o Senhor Cardeal Patriarca fala do «acto de humildade» que todas as artes têm de fazer ao entrarem no templo, (14) e Pio XII dizia na Enc. «Mediator Dei» que as artes são sempre legítimas na igreja desde que sirvam a liturgia como «nobres escravas». Se esses elementos assumem um valor autónomo, independente do culto, tornam-se espectáculo que, atraindo a atenção, dificulta a união com o acto de culto. Pode dizer-se que tudo o que não facilita a participação a dificulta: os ornamentos redundantes, as homilias palavrosas mas sem enquadramento litúrgico, as músicas de ópera e os gestos de teatro — tudo isto pode ser artístico mas não é legítimo dentro da igreja (15). «A fortiori» será de rejeitar, quando não é artístico.

---

(13) Cfr. Carta Circular de 1/9/1924 (Proto 34.215); Encíclica «Mediator Dei» (edição da A.C.P., n.º 102); Instrução do 3/9/1958; Concílio Plenário Português, n.º 266.

(14) Card. Cerejeira, Pastoral de 8 de Março de 1953.

(15) No discurso ao Congresso de Assis (A. A. S. 1956, 716) Pio XII põe os liturgistas de sobre-aviso contra o «perigo de o respeito diminuir, se a atenção se afasta da acção principal para seguir o esplendor das restantes cerimónias».

É por isso que a Sagrada Congregação dos Ritos proíbe expressamente:

a) colocar lâmpadas atrás do ostensório (16) para iluminar a hóstia por transparência (Decr. 2.613)

b) colocar lâmpadas dentro do sacrário ou dos baldaquinos da exposição do Santíssimo (Decr. 4275)

c) rodear de lâmpadas, sobretudo coloridas, os nichos dos Santos colocados nos retábulos dos altares (Decr. 4322)

d) fazer em qualquer parte da igreja jogos artificiais de luz, inscrições luminosas, filas de lâmpadas, coroas, raios de luz (Decr. 4210) (17).

3.º) *RESPEITAR A SANTIDADE DO LUGAR DO CULTO*

Há certos actos que pela sua natureza não estão indicados para dar culto a Deus e talvez sirvam para o ofender. É incongruente pretender louvá-lo com estes actos, como acontece com as manifestações de piedade que desdizem da santidade do lugar e da dignidade do culto.

Neste capítulo não há mais prescrições concretas da S. S. dos Ritos, além dalgumas já implicadas nas indicações anteriores. Mas o Cardeal Vicário de Roma esclarece:

a) «são formalmente proibidas as velas eléctricas automáticas que se acendem com a introdução de uma moeda, dum pedido ou por outro processo»

b) só permite à volta do altar, lâmpadas que não ofusquem. (Nesta altura todas as lâmpadas fortes ofuscavam)

c) no resto da igreja aconselha a luz eléctrica, desde que os focos não encandeiem

d) recomenda precaução e prudência na iluminação de pinturas e imagens, admitindo a possibilidade duma iluminação «calma e suficiente» que os torne bem visíveis.

---

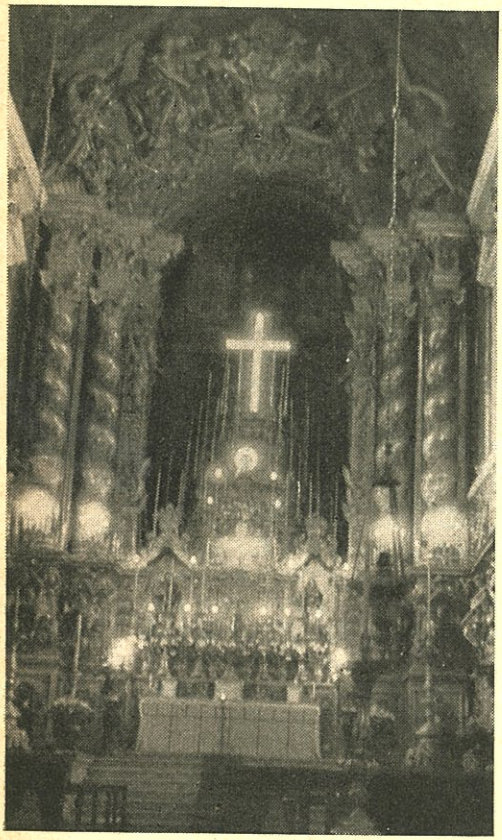
(16) O Card. Selvaggiani acrescenta: «quer se coloquem as lâmpadas fora do altar, quer adossadas à sua parede» (art.º 2).

(17) Concretiza o Card. Vigário de Roma: «Estão proibidos e portanto deverão ser pura e simplesmente retirados, as *coroas, lustres, diademas, cornijas, inscrições, monogramas, corações, raios, estrelas, rosas, lírios, flores* e toda a outra luz eléctrica composta de lâmpadas ou lampeões isolados, *de filamentos luminosos à volta de estátuas ou imagens*, quer estejam nas paredes das igrejas, capelas ou anexos, quer estejam em nichos ou pequenos edifícios separados» (art. 7). «Não permitimos e proibimos toda a iluminação feita com lâmpadas em série, aplicadas sobre suportes de madeira ou metal, *que reproduzam as linhas e os motivos arquitectónicos* do interior das igrejas e dos altares...» (art.º 10).

O QUE SE NÃO DEVE FAZER

Um círio com pingos de cera?
Um archote dum soldado romano?
Não: apenas disfarces de electricidade

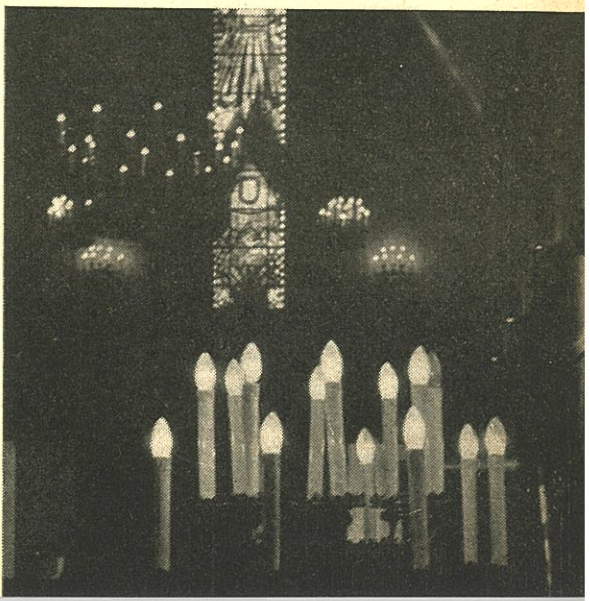




Serpentinas eléctricas nas bases das colunas, castiçais eléctricos na banqueta e no trono, uma cruz teatral, uma coroa de estrelinhas na cabeça da santa, etc. etc...

O povo delira... Mas... para onde terá fugido a nobreza e o encanto desta igreja?

É só carregar num botão e logo se acende uma multidão de velas... eléctricas...



III — Iluminação de enquadramento

A luz desempenha na criação do ambiente um papel tão subtil e tão importante como a música.

Ora todos concordamos que a música do Natal ou da Páscoa não é própria para o ambiente da Quaresma, que a música da entrada deve ser diferente da que acompanha o Credo ou a Consagração. Não deverá, dar-se o mesmo com a luz? Não deverá ela variar com os tempos litúrgicos e mesmo com as partes do mesmo ofício?

Além de conservar o espaço arquitectónico e de dar ao templo um ar festivo, não poderá ela ter uma função dinâmica, ajudando a sentir o conteúdo litúrgico dos ofícios divinos ao longo do seu desenrolar?

Convém notar que não se trata de integrar directamente a luz eléctrica no culto, mas de empregá-la de molde a facilitar, por nosso lado, a participação nesse mesmo culto, aumentando ou diferenciando a emoção (como faz a música). Um aumento de claridade ajuda a despertar o entusiasmo (que é preciso na Páscoa, no Credo ou nos cantos de aclamação); uma diminuição discreta pode ajudar-nos a concentrar o espírito (cânon, consagração); a multiplicação dos pontos luminosos pode aumentar a alegria serena (cantos alegres, Natal, Epifania, Páscoa); o domínio de uma luz mais difusa favorece a tranquilidde e a contemplação (Pentecostes, tempo após a comunhão).

A luz torna-se hoje tão manejável que podemos criar com ela os mais diversos climas psicológicos. Ela tornou-se já uma linguagem expressiva de incalculável valor.

Todavia também aqui — sobretudo aqui — é preciso atender aos princípios ditados pela S. Congregação dos Ritos, que recordámos acima. As mudanças de intensidade deverão medir-se com prudência e suceder-se harmoniosamente e com discreção, para não distraírem. «*Que imperceptìvelmente a luz mude para modificar o lugar em função do momento, a fim de que o emprego bem conduzido dos aumentos e das diminuições enriqueça o sentido da oração*» ([18]).

O resultado deve ser excelente, mas será dificílimo de conseguir. Trata-se duma nova forma de arte (talvez a oitava arte) que só pode ser entregue a um verdadeiro artista. Seria uma autêntica desgraça se viesse a cair nas mãos dum virtuoso original ou dum sacerdote de gosto duvidoso. É como o órgão durante a acção litúrgica: nada melhor quando tocado por artistas competentes; nada mais prejudicial se entregue a um curioso.

Teremos de esperar o aparecimento de uma nova forma de artistas: os organistas da luz. Difícil, sem dúvida. Mas nós acreditamos na possibilidade de se criarem estes artistas. Os espectáculos «Som e Luz» provaram já que é possível manejar um «teclado eléctrico» tão fàcilmente como um teclado de órgão. Um artista verdadeiro, que tenha o sentido profundo da Liturgia, poderá manejar a luz na igreja

---

(18) Cfr. «Art. Sacré» n.º citado, pág. 18. A parte substancial desta 3.ª parte é uma novidade que colhemos desta revista.

com igual facilidade, evitando os efeitos teatrais desse espectáculo. Numa palavra: é preciso «baptizar» a técnica do «Som e Luz».

Por enquanto não será fácil este emprego da luz, mas há-de ser possível num futuro próximo. Todavia, se quisermos vir a alcançar alguma coisa neste sentido é preciso tentar, fazer experiências. A Igreja foi sempre uma comunidade em experiência contínua. Algumas experiências falharam; outras deram resultado. Mas este bom resultado nunca teria sido conseguido se não tivesse havido possibilidade de experimentar. A este propósito, «Art Sacré» cita esta palavra do P.e Coutourier, seu antigo director: «é preciso aceitar os riscos ou então resignar-se a nada fazer». Este risco, aliás, pode ser bastante mitigado, se as primeiras experiências forem feitas em actos de culto não oficial (celebrações etc.).

É interessante verificar que o novo Ordo da Semana Santa insere uma aplicação, por assim dizer rudimentar, da iluminação de ambiência. No começo da Vigília Pascal, manda que todas as luzes da igreja estejam fechadas. Enquanto a igreja está mergulhada em completa escuridão, sai a luz da pederneira; o círio expulsa as trevas, só ele brilha naquela escuridão; depois a luz do círio ateia as velas todas, acendem-se as luzes da igreja. «Lumen Christi gloriose ressurgentis dissipet tenebras cordis et mentis».

Quem não vê neste emprego da luz uma bela maneira de exprimir o mistério da nossa redenção do «poder das trevas» pela transmissão da vida de Cristo ressuscitado? Este simbolismo é criado directamente pela luz do círio e das velas. Mas o facto de se apagarem e se acenderem depois as lâmpadas eléctricas, realça o efeito simbólico da luz das velas e dá àquele momento um ar de apoteose muito maior.

IV — Sugestões práticas

Tudo aquilo que atrás ficou dito parece-nos suficiente para mostrar a importância que a Igreja atribui ao problema em questão.

Quer-nos parecer que tanto nos projectos de igrejas novas como na iluminação das antigas este problema não foi tido ainda na devida conta. Muitas soluções têm sido improvisadas apressadamente, sem garantias de competência técnica, artística ou litúrgica. Aqui fica este modesto estudo a fim de chamar a atenção dos responsáveis para o pensar da Igreja e contribuir para que estas soluções desastrosas não voltem a aparecer.

Finalmente *chamamos a atenção dos* SACERDOTES para o seguinte:

a) nas plantas de igrejas novas devem exigir dos arquitectos um estudo criterioso da iluminação artificial. Desenhos legíveis devem acompanhar a planta mandada ao Ordinário. O trabalho de execução deve ser entregue depois a um bom técnico, sob a orientação artística do arquitecto.

b) nas igrejas antigas ([19]) devia haver um esforço para limpar o que está mal

(19) Nas igrejas que sejam MONUMENTOS NACIONAIS, o padre não pode tomar este trabalho a seu cargo. Mas deve esforçar-se por mostrar aos serviços competentes a necessidade de uma iluminação eficiente, que falta na maior parte destas igrejas. A este propósito, convém

e depois estudar uma iluminação nova, com os mesmos cuidados que recomendamos para as igrejas novas.

AOS ARQUITECTOS *pedimos que dediquem a este assunto mais interesse* do que normalmente se lhe tem dado e recomendamos *a observância das regras litúrgicas e canónicas*. Longe de serem obstáculo à sua liberdade artística, elas traçam-lhes o caminho em que essa liberdade se deve exercer para não cair em desvios funcionais.

AOS TÉCNICOS DE ELECTRICIDADE, lembramos igualmente que estas regras, bem como as orientações do arquitecto devem ser olhadas com simpatia, como condição normalmente essencial de um trabalho acertado sobre todos os aspectos. A *instalação eléctrica numa igreja não é apenas um problema técnico; é também um problema artístico e um problema litúrgico*. Pode ter tão grandes repercussões no ambiente da igreja que por vezes chega a modificar completamente a fisionomia do espaço interno. É para evitar que se dê esta mudança ou para evitar que ela se faça no sentido negativo, que recomendamos vivamente a colaboração de um arquitecto. Cremos que haveria maior facilidade de entendimento se cada empresa tivesse o seu arquitecto a quem recorreria quando fosse preciso. Isto seria proveitoso não só para ambas as partes como também para o bom resultado da obra.

Quanto às possibilidades e limitações de algumas descobertas recentes da electrotécnica, queremos repetir-lhes o que a revista «Art Secré» dizia no seu número de Setembro-Outubro de 1957:

---

notar que, embora a Igreja tenha cedido ao Estado a propriedade legítima das igrejas classificadas como «monumentos nacionais», só o fez com a condição de elas ficarem afectadas «permanentemente ao serviço da Igreja». Por isso ficou estabelecido na Concordata: «ao Estado cabe a sua conservação, reparação e restauração *de harmonia com plano estabelecido de acordo com a Autoridade Eclesiástica, para evitar perturbações no serviço religioso;* à Igreja incumbe a sua guarda e *regime interno*» (art. 6.º).

Quer dizer: a Igreja cede o domínio legítimo destes bens, mas reserva-se o direito da sua utilização: só poderão ser utilizadas para o serviço religioso. E esta utilização deverá fazer-se segundo as normas exclusivas da Igreja, uma vez que o Estado é incompetente em tal matéria. Por isso o Estado não podia deixar de reconhecer a Igreja, além do direito de guardar os templos à sua vontade, outros dois direitos destinados a garantir a integridade do culto:

1.º — poder exclusivo no regime interno.

2.º — faculdade de coordenar, de acordo com o Estado, os planos de todas as obras a realizar na igreja, a fim de que estas venham ao encontro da função da mesma (i. é, do serviço religioso), em vez de a virem perturbar.

Evidentemente, cabe apenas à Igreja (e não ao Estado) designar o que é que pode bolir com o serviço religioso. Ora, pelo que atrás expusemos, vê-se claramente como a Igreja entende que a iluminação eléctrica pode ter sérias repercussões no serviço religioso. Por isso, a Direcção dos Monumentos Nacionais, que de resto tem chamado a si a instalação eléctrica nestas igrejas, deve sentir-se obrigada a iluminá-las *convenientemente* e portanto «de harmonia com plano estabelecido de acordo com a Autoridade Eclesiástica para evitar perturbações no serviço religioso». Um esforço de compreensão, tanto por parte do pároco como dos funcionários competentes, facilitará o entendimento necessário; mas é imprescindível um entendimento numa escala superior, entre o Episcopado e a Direcção dos Monumentos Nacionais. Cremos que esta não deixará de cumprir o seu dever se começar a notar, da parte da Igreja, vontade e possibilidade de colaboração esclarecida. E a Igreja em Portugal tem já possibilidades de o mostrar se quiser. Desta maneira tudo caminhará melhor, não só neste campo da luz, mas em tudo o resto, e a Direcção dos Monumentos poderá exercer duma maneira mais conveniente sua louvável função.

a) As *lâmpadas fluorescentes* produzem bons efeitos com a sua luz branca. Mas têm a grande desvantagem de não se poderem ocultar fàcilmente ao olhar dos fiéis e de não se adaptarem a todas as igrejas. Aconselham-se as lâmpadas do género «Luz do dia de luxo» para iluminar as estátuas nos nichos, a partir do interior; o «Branco brilhante de luxo» para iluminação das naves; o «Branco solar de luxo» para outros lugares da igreja onde seja preciso uma cor mais quente ou um ambiente mais íntimo e mais misterioso.

b) *Lâmpadas com projectores incorporados* permitem o controle do fluxo luminoso, podendo ocultar-se fàcilmente atrás de pilares ou outros elementos arquitectónicos. Iluminam os fiéis sem os ofuscar. São muito indicadas para a iluminação geral, directa ou indirecta, porque permitem fàcilmente uma nítida gradação de intensidade; também para a iluminação de elementos particulares (esculturas, imagens, painéis, etc.) oferecem grandes facilidades.

c) *A luz quente de incandescência*, à base de infra-vermelhos, pode ser utilizada para iluminar e aquecer algumas igrejas (ou partes, como o baptistério) que necessitem também de aquecimento. Isto é sobretudo necessário nas igrejas medievais onde o frio demasiado pode hoje causar-nos incómodo.

Desde que se respeitem os três grandes princípios gerais e as subsequentes proibições concretas, nada obsta a que a luz eléctrica seja chamada a dar o seu grande contributo para o esplendor do culto e para o ambiente festivo da comunidade cristã. Usando-a dignamente para este fim, inserimo-nos na mais pura tradição eclesial que, ao longo dos tempos, sempre tem assimilado os valores novos que vão aparecendo, para fazer com eles um canto novo em honra de Deus. Se a electricidade oferece tão grandes recursos, não há razão alguma para ser olhada com desconfiança ([20]).

AVELINO RODRIGUES

---

(20) BIBLIOGRAFIA AUTORIZADA — Para evitar sobrecarregar as notas com um grande aparato crítico, preferimos, por sistema, não mencionar as fontes donde tirámos as diversas citações. No entanto, para facilitar aos leitores um trabalho mais profundo, devemos indicar aqui as obras compulsadas.

As notícias históricas estão todas fundamentadas em: *Missarum Solemnia* e «*La Liturgie de l'Église Romanaine* (de Jungmann); artigos do P.e Malherbes no *Bulettin Paroissial Liturgique* (1925); artigos «L'Éclairage des Églises», «Luminaire», «Cierge», «Lampe», «Chandelier» do *Dictionaire d'Archéologie Chrétienne» et de la Liturgie.*

As interpretações e actualizações simbólicas são em parte colhidas em *Signes Sacrés* (de Romano Guardini) e *La Messe* (dos Padres da Comunidade de Saint-Séverin).

Algumas concretizações e aplicações práticas (das mais importantes) foram sugeridas pela Revista *Art Sacré* (1957, n.º 1-2).

FÉRIAS MISSIONÁRIAS

«Férias Missionárias» é a expressão que parece querer permanecer definitivamente para significar as nossas actividades apostólicas durante as férias.

Experiências deste género têm já sido feitas noutros sítios, v. g. em França, onde o tema «Séminaire en mission» é já conhecido de todos. Seria porque eles tenham experimentado, que nós fizemos a experiência também? — Quase certo que sim, embora não tivéssemos expressamente pensado nisso. Foi antes e sobretudo a mesma razão que os moveu a eles, que nos entusiasmou e impulsionou a nós. E assim as experiências apostólicas durante as férias são hoje entre nós uma realidade, uma prometedora realidade, cujo alcance, nem nós próprios sabemos ainda descortinar. Elas deram já seus frutos: foram os entusiasmos das primeiras, a alegria de tantas crianças, alguns de nós que aprendemos a amar. Mas elas hão-de frutificar progressivamente enquanto não cessar o entusiasmo, e este não cessará enquanto houver rapazes com ideal. Elas atingirão o seu resultado pleno, quando toda a nossa vida durante o ano, mesmo nos seus mais insignificantes aspectos, fôr orientada para elas. Quando elas forem objecto e motivo de amor, levando-nos, por amor delas, a amar o nosso próprio dever de estado. E quando assim fôr, nós teremos aprendido a amar, e teremos talvez mesmo transformado o próprio Seminário.

Estas experiências têm-se feito. Fomos a primeira vez e ficámos entusiasmados; fomos a segunda, e os resultados foram quase os mesmos, não houve progressos.

Mas era de esperar que houvesse. Houve frutos, mas podia haver mais. E isto fez-nos reflectir. É esse esforço de reflexão que vou tentar, um esforço de considerar factos, formular princípios, resolver problemas.

Factos, podemos lembrar os seguintes:

1 — Nós somos seminaristas, portanto sujeitos de uma educação e de uma formação que se destina ao sacerdócio. Somos por conseguinte candidatos a uma vocação de salvação e amor.

2 — A nossa diocese precisa de salvação. Há muitas paróquias sem pároco, onde nós poderemos fazer algum bem durante as nossas férias.

3 — Procurámos fazer esse bem, com a experiência das «férias missionárias».

São estes factos que relacionados entre si, levantam problemas. Mas antes de os abordar, é conveniente fixarmo-nos em princípios seguros, que nos hão-de guiar na apreciação dos factos e na resolução dos problemas. Também aqui se aplica a conhecida frase: «não há nada tão prático como ter ideias claras».

Comecemos por afirmar que toda a actividade de um seminário deve orien-

tar-se directa e primàriamente para a formação dos seminaristas. É essa a sua finalidade própria e a sua razão de ser. O seminário, em todo o seu conjunto, desde o edifício material, com o seu plano, a sua divisão, passando pela organização da vida disciplinar, escolar, religiosa, recreativa etc., até ao próprio corpo docente, tem uma única razão de ser, a preparação de sacerdotes, o que é dizer, a formação do seminarista. Nem se pode mesmo admitir a existência de outros fins secundários, *desviados* dessa orientação primária e principal. Tudo o que no seminário não fôr educativo e formativo, é uma realidade inútil, deslocada ou mesmo errada.

As próprias férias não fazem uma excepção ao que acabo de dizer. Elas não podem ser interpretadas como um tempo de libertação do seminário, como que um tempo «em que não se é seminarista». Elas fazem parte do Seminário como personalidade educadora e têm a sua principal razão de ser no seu grande valor educativo.

Uma outra ideia que convém ter clara, é que toda a actividade pastoral tem evidentemente de ser válida por si própria, tendo em vista além disso as necessidades do meio em que ela se exerce. Entende-se por actividade pastoral aquela actividade que é veículo da graça, portadora de salvação. É uma actividade missionária, que o mesmo é dizer apostólica. É uma actividade emanando da «missão» do Senhor: «Sicut misit me pater, et ego mitto vos». Porque o Senhor foi enviado, é que nós somos enviados. A nossa «missão» enraiza assim na própria Santíssima Trindade. Ela é a mesma, a «Missão» da Segunda Pessoa e a nossa. Ele deu-a à Igreja, a Igreja dá-no-la a nós. E assim se compreende como a «Missão» do Verbo, seja princípio e causa meritória de todas as outras «Missões», da própria inhabitação na alma em estado de graça. E assim eu disse que a actividade pastoral é veículo da graça. É a Missão visível do Verbo, a ser princípio da «missão» invisível de toda a Trindade. «Como o Pai me enviou, assim eu vos envio a vós!» A missão é a mesma». O Senhor ao mandar-nos, envia-nos equipados de meios válidos em si mesmos. E toda a actividade apostólica que fôr «missionária» isto é, emanando de uma «missão» dada, é válida. E nisto o apostolado se distingue inconfundìvelmente da propaganda. No apostolado, os meios são válidos por si, ao passo que na propaganda eles justificam-se pelos fins, desde que em si não sejam maus (1).

Mas o missionário anuncia a palavra num determinado ambiente, com determinadas necessidades, em determinadas circunstâncias. Já vimos que a sua acção não recebe em absoluto a sua validade de nenhum destes elementos, meio ambiente, necessidades ou circunstâncias. Mas também é certo que é nesses elementos que ela é válida e eficaz, não se compreendendo sem eles. E sendo assim é justo e necessário que os tenha em conta. Não se trata de conferir a uma verdadeira acção apostólica validade mas sim de comunicar às pessoas esse valor que ela possui por si mesma. E essa recepção do valor apostólico, ou seja, da graça e da salvação por parte de quem é missionado, é que é tanto mais perfeita quanto a actividade apostólica teve em conta e se procurou adaptar às necessidades e circunstâncias do meio ambiente.

E finalmente, um terceiro conceito a fixar, é que toda a formação deve ser um desabrochar na realidade e não num ambiente fictício, fabricado «ad casum».

---

(1) É preciso notar que pode haver uma propaganda pastoral, útil e legítima. Uma actividade pastoral pode pois incluir dois termos: acção apostólica e propaganda pastoral.

Formar é preparar: Formar um homem é prepará-lo para a vida. E a vida desenrola-se dentro de um mundo real, em que tudo é realidade, alegrias e tristezas, dificuldades e problemas. E não pode haver preparação para uma vida tão concretamente real, num mundo fictício de sonhos e conjecturas. Educar, não é esconder ao educando a realidade, mas ensiná-lo, orientando-o, a aceitá-la como ela é, para que ele manhã saiba viver dentro dessa realidade. A formação é pois um trabalho feito na realidade para a realidade (2).

Postos estes princípios, é tempo de formular o 1.º problema: exercerão as experiências missionárias um papel formativo em nós, ou pondo-o em termos de oposição: nós ao irmos para uma terra temos como finalidade primária a nossa formação, ou a Evangelização das pessoas para o meio das quais vamos trabalhar?

Poder-se-á dizer que no primeiro caso deveríamos sacrificar tudo o que não tivesse para nós um interesse formativo, e que no segundo deveríamos subordinar os nossos interesses às necessidades do meio?

Devemos tentar a resposta à luz dos princípios apontados. À base do primeiro princípio, temos de conceder às «experiências missionárias», um valor formativo, sob pena de termos de classificá-las de inúteis e deslocadas. Sendo uma actividade do Seminário, elas devem ter como fim primário e imediato a formação dos seminaristas.

Mas vimos também que toda a formação é um desabrochar na realidade, é uma preparação orientada, para a realidade pela realidade. Isto leva-nos a afirmar desde já que essas «experiências» porque elementos de uma formação, são uma realidade, isto é, são verdadeira e real actividade apostólica.

Porque elementos de formação, elas enquadram-se no mundo da realidade.

A escolha da Realidade: deve escolher-se uma realidade conveniente, de maneira a que a experiência possa constituir um valor formativo. E esta realidade conveniente abrange a escolha do local e dos componentes da equipa. E depois a aceitação dessa realidade; aceitá-la como ela é, uma vez que foi escolhida como conveniente. Aceitá-la com todos os seus dados, o meio com suas exigências e problemas, e os componentes da equipa, com seus feitios, defeitos e virtudes.

É importante esta escolha da realidade conveniente. É-o em toda a actividade formativa, e portanto também aqui. E esta escolha reveste tanta mais responsabilidade, quanto uma vez escolhida essa realidde, ela tem, para que a experiência seja válida, de ser aceite com todos os seus dados. O facto de ela ser escolhida como conveniente, não quer dizer que não levante problemas e dificuldades. Mas é preciso aceitá-la com essas dificuldades e problemas. É preciso depois, que em

---

(2) É certo, que no caso do seminário, nós não nos podemos formar dentro daquela realidade específica que será a nossa vida pastoral de amanhã, mas antes temos de viver necessàriamente dentro de um ambiente artificial, e que pode parecer uma contradição do princípio enunciado. Não o é de facto. Este ambiente é uma realidade, que não é distinta da realidade do nosso amanhã. É a mesma realidade, em fases diferentes. Nós como padres seremos pregadores, directores de consciência, procurando meditar aquilo que ensinamos, e rezar pelos casos que são submetidos à nossa direcção. Pois são essas mesmas verdades e esses mesmos princípios de solução que constituem a realidade do nosso trabalho aqui. E formar-nos-emos tanto melhor, na medida em que meditarmos e rezarmos as matérias do nosso estudo.

equipa orientada se procure o melhor possível resolver todas as dificuldades que surjam.

Vemos pois que as «experiências missionárias» têm um papel formativo. São elementos da nossa formação apostólica, e devido a isso elas são, como ficou dito, verdadeira e real actividade apostólica. Mas vimos já também que toda a actividade apostólica tem que ser válida em si mesma; tratando-se de uma formação, ela só o será na medida em que for válida, ou seja, só será formativa a experiência pastoral que for válida em si mesma. E só será válida e portanto formativa, se aceitar a realidade, isto é, o meio e as pessoas. Na medida em que esta realidade não for aceite, ou seja na medida em que as necessidades do meio não forem consideradas e as pessoas não forem amadas, a experiência começa a ser «não válida, e portanto, «não formativa», e inútil por conseguinte.

Sendo assim, o Seminário ao fomentar e orientar estas experiências apostólicas, está dentro da sua missão primária e essencial: formar os seminaristas. E para os formar bem, deve, como vimos, formá-los na realidade, portanto treinando-os na solução de casos reais aceitando todas as coordenadas dessa mesma realidade.

A missão do Seminário é pois formar. Mas formar, é preparar, treinar, orientar. Implica pois alguém que tem a missão de formar, de orientar, e alguém que recebe a formação e a orientação. E isto dá-se em todas as actividades formativas, portanto também nas «férias missionárias». Disse atrás, ao referir-me à aceitação da realidade com todos os seus problemas, que o que era preciso era, em *equipa orientada*, procurar resolver todas as dificuldades que vão surgindo. A equipa orientada, porque se trata de uma actividade formativa e para poder ser uma actividade formativa, deve ser o nosso método de trabalho. Pode-se trabalhar em equipa de diversas maneiras. Um grupo de pessoas, pode fazer em equipa um trabalho, expondo cada um a sua maneira de ver, procurando adaptar as opiniões de uns às de outros, mas todos em igualdade de circunstâncias. Mas um trabalho de equipa assim realizado não se pode em rigor apelidar de formativo, porque não há nele os dois termos incluídos em toda a formação: o que forma, e o que é formado. O trabalho em equipa, que seja formativo, é por excelência o trabalho em *equipa orientada*. Isto é, um grupo de pessoas, trabalhando verdadeiramente em equipa, mas sobre a orientação de um formador. E é para este género de trabalho que têm de tender necessàriamente as nossas experiências missionárias.

Qual deve ser nelas o papel do formador, não vem para aqui expô-lo. O que interessa é fixar bem o princípio, e desempenharmos nós bem o nosso papel de sujeitos de formação.

E é tempo de concluir a resposta ao 1.º problema. Com as missões nós pretendemos formar-nos evangelizando, na certeza de que só nos formaremos se evangelizarmos, uma vez que estas actividades apostólicas só são formativas na medida em que forem válidas em si mesmas. E sendo assim já não tem sentido a segunda parte do problema. Não se trata, de sacrificar umas necessidades às outras, mas sim de escolher a tal *realidade conveniente*, isto é, uma missão que não exija esforços superiores àqueles que um grupo de seminaristas, dirigidos por um orientador competente, trabalhando em boas condições de formação, possa desenvolver.

À luz destes princípios, vamos tentar esclarecer alguns problemas particulares. Referimo-nos já ao da escolha da realidade conveniente, do meio e das pes-

soas, isto é, do local e dos componentes da equipa. Vimos que esta escolha deve ser feita de maneira a que a realidade possa ser aceite com todos os seus dados. O princípio que deve presidir à escolha do meio, já foi dado: «uma missão que não exija esforços superiores àqueles... etc.» *(ver na folha anterior)*.

Quanto aos componentes das equipas, põe-se-nos um problema de número, e um problema de critério na escolha.

O número deve ser condicionado pelas necessidades do meio e pelas boas condições de formação. Pode e com frequência acontece, as necessidades da terra exigirem um determinado número de pessoas que as condições de boa formação excluem absolutamente.

Quanto ao critério da constituição das equipas, põe-se-nos o seguinte problema: Uma vez que as «f. m.» têm um fim formativo, deve-se submeter a escolha das actividades às lacunas dos seminaristas, v. g. escolher para elas rapazes que tenham dificuldades nisto ou naquilo, em contactar com as pessoas, em falar em público etc. ou devemos subordinar estas às necessidades do meio e à finalidade principal da experiência? A resposta parece-me ser esta. As férias missionárias só serão formativas, na medida em que, como actividade pastoral, forem em si válidas. E não o seriam, seguindo esse critério de constituição das equipas. O critério principal deve ser este: constituir o grupo, de maneira que ele possa ter boas condições de aceitação junto de cada membro individualmente, condição esta indispensável, para que ele possa criar boas condições de apostolado, e portanto, de formação.

Um outro problema, é o das repetições, ou dos mesmos elementos no mesmo meio, ou a repetição da experiência, ainda que com elementos diferentes, no mesmo local. Penso que se poderá sempre repetir a experiência, enquanto ela for válida. Quanto ao voltarem alguns dos que estiveram em anos anteriores, penso que é conveniente e por vezes quase necessário, mas apenas enquanto se realizarem as condições acima apontadas. No entanto mesmo que estas tivessem possibilidade de se verificar, não há nunca para um determinado elemento obrigação de voltar. E ao contrário, pode em alguns casos haver para alguns, obrigação de não voltar, se se prever que o seu regresso já não será válido, e portanto não formativo, e consequentemente inútil.

A duração das missões, terá de ser delimitada por estes mesmos dois termos — validade e formação. O número concreto de dias, depende da realidade de cada caso, portanto do meio e das pessoas.

O papel do Pároco

Um outro aspecto importante de considerar é o papel que o pároco deve exercer nestas nossas experiências. Convém recordar o que ficou dito atrás: é válida aquela actividade apostólica que for «missionária» isto é, emanando de uma «missão» dada. Ninguém vai exercer actividade pastoral sem ser enviado, sem ter recebido para isso uma «missão». Ora é o pároco que tem «missão» para a sua paróquia. E qualquer actividade apostólica nela exercida, é-o dependentemente da «missão» do Pároco. Ora nós também precisamos de «missão» para que as nossas ex-

periências sejam válidas. E essa «missão» é normalmente a do Pároco (3); é dele que a recebemos.

Mas como o nosso trabalho é orientado pelo seminário, há um orientador que não é o pároco. O ideal será que esse orientador, sem nunca sacrificar as exigências de validade e de formação das nossas experiências, siga a orientação do pároco. Mas pode acontecer que a orientação deste se projecte sobre um determinado género de actividades, diferentes daquelas que, por qualquer razão, interessam mais ao orientador da equipa. A este não é permitido sacrificar as condições de validade da experiência, para se sintonizar com o pároco. Nem tão pouco lhe é permitido ir, seguindo o seu plano diferente do do pároco, porque é este que tem «missão». Se de maneira nenhuma for possível a harmonia entre ambos os planos, a solução será escolher uma missão, onde o plano do pároco e as suas conveniências satisfaçam às exigências do plano de um bom orientador.

II PARTE

Agora, numa perspectiva diferente, vou tentar cingir-me aos problemas apontados por aqueles que nos deram testemunho das missões realizadas, num esforço, não de os resolver todos, mas de os ordenar, olhando a sua natureza, e vendo quais os verdadeiros problemas que eles constituem ou a que eles se referem, na esperança de que ordenar, será em muitos casos resolver.

Eles referem-se fundamentalmente a quatro temas principais:

A — A vantagem de haver um conhecimento prévio do lugar e das pessoas — portanto uma preparação.

B — A maneira de transmitir a mensagem.

C — Problemas de organização interna.

D — Esforço de reflexão sobre o trabalho feito.

Vejamos cada tema em separado.

A) Vantagens da preparação:

Debaixo deste tema, cabem testemunhos de 3 géneros diferentes:

1) aqueles que, ao depararem com determinadas dificuldades, reconheceram que tê-las-iam resolvido melhor, se conhecessem as pessoas e o meio. E temos testemunhos deste género:

a) Qual a maneira de nos prepararmos para os problemas que as pessoas levantam? Não se trata, é evidente, de pedir uma resposta pré-fabricada, para cada uma das perguntas que nos possam ser feitas. Trata-se sim de procurar possuir certos dados, como cultura, interesses predominantes da população, que nos permitirão prever a linha geral dos problemas levantados, e dentro dessa mesma linha geral, procurar uma solução para eles.

b) O interesse que teria havido em conhecer qual a influência que o dinheiro exerce no meio ambiente. Portanto o nível geral dos interesses económicos, e do nível de vida. E é este um problema de grande importância, pois que a maneira

(3) Digo normalmente, porque em absoluto, poderia dar-se o caso de recebermos essa «missão» directamente do Prelado. Isso não nos dispensava, é evidente, de trabalhar em harmonia com o pároco.

de encarar o problema do dinheiro e da sua influência na população dá-nos sempre uma coordenada determinada dessa mesma população.

c) Como aproveitar o que acontece para fazer apostolado, o que corresponde a perguntar, como meter dentro de um plano de apostolado, os possíveis acontecimentos imprevistos. É evidente que é impossível prever tudo, mas se se conhecer bem o ambiente, muitos desses acontecimentos deixam de ser imprevistos, e os que o continuam a ser, sê-lo-ão apenas «in specie» porque «in genre» nós já contávamos com eles, embora desta ou daquela maneira.

d) Levar métodos de trabalho precisos, para não haver necessidade de mudar de táctica. É evidente que esses métodos de trabalho são tanto mais susceptíveis de precisarem de ser mudados, quanto menos se fundarem em bom conhecimento do meio. O mudar de táctica em si não é um mal, e por vezes é uma necessidade. No entanto é perigoso, porque pode ser desmoralizador.

e) Saber aquilo que deve ser avisado em público na Igreja isto é, se será conveniente que actividades nossas, como visitas às famílias, reuniões etc., sejam avisadas em público. E isto só é possível saber-se, conhecendo mais ou menos a sensibilidade das pessoas com quem vamos contactar.

f) Devemos procurar que a pregação seja adaptada ao meio, o que só será possível se este for conhecido.

2) — Os que tendo ido segunda vez ao mesmo local, sentiram nítidas vantagens no conhecimento que tinham do ano anterior. Assim os que nos disseram:

a) O facto de já lá ter estado, deu-me esclarecimentos.

b) Foi-nos vantajoso a preparação do meio para ida.

3) E finalmente aqueles que, já mais claramente, fazem perguntas sobre o que deve ser essa preparação. E assim temos:

a) Os que perguntaram como se pode fazer o conhecimento da terra.

b) Como é que nos podemos preparar para uma experiência missionária.

c) E os que se queixam de que os dados que tinham eram poucos e falseados

d) E de que foi pena as suas experiências terem sido pensadas à pressa.

Parece-me que esta ordenação fenomenológica dos testemunhos, nos leva a concluir que todos eles se resumem num único problema, ou se quiserdes, numa única conclusão: a vantagem de se ter um conhecimento prévio do lugar e das pessoas.

B) A transmissão da mensagem.

Uma outra linha de problemas apresentados é a dos que dizem respeito à maneira de transmitir a mensagem de que somos portadores. E aqui deparamos com dois géneros de testemunhos diferentes e complementares, resultantes da diferente maneira de encarar as realidades e de raciocinar sobre elas. Em primeiro lugar, os que se regem por princípios. E numa exigência de coerência consigo mesmos, ao enfrentarem um determinado meio, procuram resolver as dificuldades e os problemas à base dos princípios pelos quais se regem.

As dificuldades apresentadas pelos que assim raciocinam, enquadram-se bem sob dois temas principais:

I — O Problema do convívio com as pessoas.

II — O Problema do ensino.

No primeiro tema podem meter-se os seguintes aspectos apontados:

a) O problema das visitas às famílias. Aspecto de um grande valor de eficácia e formação, mas que exige uma grande delicadeza.

b) Qual a melhor maneira de atrair as pessoas. Aspecto igualmente necessário e melindroso, porque para ser eficaz tem de fugir ao perigo de confundir apostolado com a simples propaganda.

c) A prudência exigida nas palavras que se dizem e nas atitudes que se tomam, mesmo que sejam em si mesmas insignificantes, mas que podem ter efeitos não proporcionados a essa insignificância.

Quanto ao problema do Ensino, foram apontados os seguinte aspectos:

a) Que sentido pode ter uma catequese, durante tão pouco tempo. Problema interessante que merece ser tratado com cuidado.

b) Qual o papel das festas e do cinema, no ensino. Se o problema tem sentido numa linha geral, em qualquer campo de apostolado, tem-no particularmente em actividades deste género.

c) A pregação e sua orientação.

d) O lugar da Bíblia na catequese e no ensino. Problema de catequética em geral, pode ter aqui um cambiante particular.

e) A vantagem de submeter o trabalho a um tema.

Vêm depois os problemas daqueles que encararam a realidade, raciocinando de outro modo, procurando resolver as dificuldades pelo conhecimento das pessoas. E à necessidade do conhecimento das Pessoas e do meio, se resumem todos os aspectos considerados, todos enunciados atrás, de outros pontos de vista.

C) — Os Problemas de Organização interna:

Surgem depois as dificuldades que directamente nos dizem respeito, porque de orgânica interna. E também estes se reduzem a dois temas:

1 — Organização material do trabalho

2 — Oração e confraternização.

Debaixo do 1.º tema, cabem os seguintes aspectos apontados:

a) O serviço da Casa.

b) Os horários e sua adaptação, aspecto importante, pois que dele pode depender em grande parte o fruto do nosso trabalho.

c) A cozinha, que como todos sabemos, constitue um verdadeiro problema, que nos ameaça por vezes de cairmos no ciclo vicioso de cozinharmos para podermos lá estar e de estarmos lá para cozinhar.

Quanto ao tema oração e confraternização foram apresentados os seguintes aspectos:

a) A nossa vida de oração, se deve ser feita em comum ou não, etc.

b) A ideia do «capítulo» familiar, em que ao fim do dia, numa conversa amigável se dá em comum o balanço ao dia.

c) A nossa formação através da conversa. É um aspecto interessante, pois as nossas conversas sobre os interesses comuns do momento, têm em nós grande valor formativo, e ajudam-nos a cultivar a verdadeira amizade.

D) — Esforço de reflexão sobre o trabalho feito.

E finalmente os testemunhos daqueles que se preocuparam por reflectir sobre a obra realizada, procurando no futuro, corrigir os defeitos e aumentar as qualidades do passado. Portanto:

a) Uma verificação do que aconteceu na Missão.

b) Possibilidade no futuro, de um género de trabalho diferente, mais profundo.

Resumindo vemos que os problemas e sugestões aqui apresentados se resumem aos seguintes temas:

I — Vantagem de um conhecimento prévio do lugar e das Pessoas.

II — O Convívio com as Pessoas.

III — O Problema do Ensino.

IV — A organização material do nosso Programa.

V — A nossa Oração e Confraternização.

VI — A Reflexão sobre o trabalho feito.

J. POLICARPO

CRÓNICA

Da última vez ficámos às portas da semana santa, que começou no dia 22 de Março. Como de costume os polifónicos tiveram a seu cargo a parte coral das cerimónias da Sé; os restantes colaboraram com os priores das freguesias nossas vizinhas, ou seja Moscavide, Olivais Bairro e Sacavém.

Foram dias cheios de ensaios e conferências os primeiros, já que as cerimónias tiveram nos últimos o seu maior desenvolvimento.

Na segunda feira santa o Sr. Cónego Neves falou-nos de alguns problemas relativos à Ressurreição do Senhor, e na 4.ª feira o sr. P.e José Ferreira revelou-nos um pouco da grande riqueza destes dias. Na quinta, na sexta e no sábado mal se parou cá em casa num constante percorrer a caminho da Sé. No sábado a sempre empolgante vigília pascal foi como todos os anos uma noite em que não só se não dormiu, mas em que nos sentimos despertar dum estranho sono de que nos não davamos conta. Tudo terminou com o solene pontifical celebrado no domingo por Sua Eminência o Sr. Cardeal Patriarca.

O domingo de Páscoa foi cá em casa, como não podia deixar de ser, dia de festa. O nosso jantar foi mais familiar do que nunca e nele o sr. P.e José Ferreira, teimando em não estar cansado, não nos faltou com os cânticos que são já apanágio das nossas refeições mais festivas.

Na segunda-feira foi a vez das tão apetecidas férias que apesar de pequenas foram acolhidas com manifesta satisfação. Aos que se lamentavam da brevidade delas ia o Senhor Vice-Reitor dizendo sorridente que no próximo ano haviam de ser maiores.

Pequenas como eram depressa se passaram e no dia 11 foi o regresso ao lar. Cá viemos encontrar o parque inebriado de primavera, os jardins cheios de flores, as árvores cobertas de folhas e por toda a parte uma sinfonia interminável donde sobressaia a voz dos rouxinóis, dos melros e dos pintassilgos.

E repetiram-se as cenas que se dão sempre na volta de férias: uns contam os dias que faltam para chegar ao fim da época, outros recordam as aventuras de férias, outros enfim pensam já na melhor maneira de descalçar aquela bota apertada que vem sempre no fim das épocas, que se chama «exames» e que desta vez é ainda mais apertada por se tratar dos exames do final do ano.

E a vida do seminário retomou imperturbável o seu curso habitual logo cortado no dia 16 por uma visita do filósofo francês Jean Guitton que nos falou do problema religioso de Bergson de quem fora, em vida deste, íntimo amigo. Bergson era, segundo disse o orador, um destes homens que pegando numa questão, não mais a larga até estudar o mais pequeno dos seus aspectos. Este foi talvez o motivo porque Bergson se não chegou a fazer cristão; não teve tempo de estudar todos os aspectos do cristianismo. Todavia Guitton dizia-se convencido de que ele tivesse morrido já no seio da Igreja.

No dia 19 veio o Senhor Cardeal Patriarca conferir vários graus da sagrada ordem, presbiterado ao João Rodrigues, diaconado aos Reverendos Machado, Avelino Rodrigues, José Manuel e Tomás além de várias ordens menores. Este dia, como todos os dias de ordenações, foi festivo para o Seminário. Com efeito os dias de ordenações são dias de colheita dos frutos cultivados carinhosamente ao longo de doze anos. Estes dias são portanto sempre alegres, como o são os dias de colheitas.

O Círculo Missionário e a Academia de S. António proporcionaram-nos umas palestras sobre história das religiões. Ouvimos no dia 19 o Prof. Dr. Silva Rego que nos apresentou as principais ideias mestras do hinduismo que não é pròpriamente uma religião mas «um panteão de religiões» que «oferece deuses a todos e não combate religião nenhuma». Digno de nota o conceito que o hindu tem de religião; esta «não é o conjunto das suas relações com a divindade» mas «a sua atitude para com todo, o costume e em última análise para consigo mesmo». É muito difícil aos missionários evangelizar os hindus e uma das razões é a simplicidade com que eles prestam culto a tudo o que lhes pareça possuir algum poder sobrenatural. Muito espalhada entre eles a terrível ideia da metempsicose ou seja de reincarnações sucessivas do espírito humano, normalmente em formas inferiores, pelas quais se vai purificando dos seus delitos. Enfim uma série de características que aqui não cabem.

O Sr. P.e António Brásio da congregação do Espírito Santo falou-nos do substracto religioso dos povos africanos a que chamou, tal como já outros antes dele o haviam feito a «pierre d'attente» do catolicismo, na expressão francesa difícil de traduzir em português. Falou em primeiro lugar da universidade do facto religioso. É comum a todos os povos a crença num ser superior a quem se deve atribuir a criação de todas as coisas. A concretização desse ser é que varia de povo para povo. Uns identificam-no com o sol, porque sem sol não é possível a vida, outros com qualquer outro elemento de grande importância na vida do homem. O avanço técnico representou sempre um retrocesso religioso de modo que quanto mais atrasado é um povo mais puro se conserva nele o elemento religioso e mais próximo se encontra do monoteismo. Tendo dito qual o verdadeiro sentido de «primitivo», falou dos vários círculos culturais africanos: Bochimanes, Hotentotes, Dâmaras, Hereros, Bantos do Sudeste Rodesiano do Sul, Zambeziano-angolense, Conguês do Sul, Pigmeus.

O substracto religioso destes povos pode ser aproveitado como base excelente para a construção do edifício do cristianismo, a destribalização contudo constitui grande ameaça para a perda desse substracto.

Finalmente o sr. P.e Honorato, falou sobre o cristianismo e as demais religiões.

Acabado o mês de Abril começou, como todos os anos acontece, o de Maio. É o felizmente tradicional mês de Maria que por esse Portugal além faz vibrar o nosso bom e piedoso povo. Cá pelo nosso seminário procuramos não ficar atrás do que por essas paróquias se faz.

Do mês de Maio o facto mais saliente foi a inauguração do monumento nacional a Cristo-Rei e a consagração oficial do país aos corações santíssimos de Jesus e de Maria, e há-de certamente ficar como um dos faustos acontecimentos da nossa secular e formosa história. Nos grandiosos festejos tivemos nós parte bastante activa. Na sessão do dia 15 no pavilhão dos desportos lá estava a nossa polifonia, na procissão do dia 16 também marcamos presença, no solene pontifical celebrado na manhã do dia 17 nos Jerónimos e nas cerimónias desenroladas em Almada na tarde do mesmo dia, a parte coral esteve toda a nosso cargo. Tivemos a alegria de ter a nosso lado alunos de quase todos os seminários maiores do país, bem como elementos do grupo coral dos ex-seminaristas — «Stella Vitae», e não faltaram os pequenos cantores de Santarém a dar, com suas vozes de criança, colorido ao nosso canto. Com todos estes nossos «irmãos» tivemos a alegria de um almoço de confraternização no dia 16, véspera do Grande dia.

Acabadas as festas ficou-nos delas a lembrança o cansaço e mais que isso a riqueza espiritual que o bom Jesus nesses dias nos prodigalizou.

DIAMANTINO MARQUES

FUNDADA EM 1756

«Cenáculo»

VINHO PARA MISSA

Com a aprovação de S. Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto

REAL COMPANHIA VELHA

PORTO
Rua das Flores, 69

LISBOA
Praça dos Restauradores, 14

SAMPEDRO

M. D'OLIVEIRA & MARQUES, L.DA

P. dos Restauradores, 65, 1.º
TELEF. 3 08 76 — L I S B O A

Secção dos Tecidos Pretos R. M.

Tecidos para o Rev.º Clero e seminaristas.

✲

Elasticotines — Sarjas — Tropicais
Casemiras — Merinos — Sobretudos

✲

Alfaiataria — Capas — Gabardines

✲

Condições especiais para Finalistas

Secção de Livraria

Livros estrangeiros — Edições próprias

✲

Revistas estrangeiras: Lumen Vitae — Foyer Notre Dame — Famille et College — Ecclesia — Panorama Chrétien, etc.

✲

Filmes fixos e de movimento:
(Catequese — ensino — divertimento)

✲

Máquina de escrever «Antares Micron»

✲

Máquinas de Projecção

Ourivesaria ALIANÇA

Verdadeiro atelier de arte, conhecido no País e estrangeiro

As mais especializadas oficinas para esmerada confecção de todos os objectos do culto católico

Rua das Flores, 119-121 - PORTO — Rua Garrett (Chiado), 50 - LISBOA



FERREIRINHA

VINHO PARA MISSAS

Preparado conforme norma canónica e com a aprovação de Sua Ex.ª Rev.ma o Sr. Bispo do Porto

PORTO
RUA INFANTE D. HENRIQUE

LISBOA
ROSSIO, 93-2.º



Faça como o Mundo inteiro
compre um

VOLKSWAGEN



SOCIEDADE COMERCIAL GUERIN

S. A. R. L.

P. DOS RESTAURADORES, 74 — TEL. 366751 (7 LINHAS)